



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

NATHALIA DE MENESES RODRIGUES

**GEOGRAFIAS LÉSBICAS: RECONFIGURAÇÕES ESPACIAIS DE MULHERES
NEGRAS SAPATÃO NO RIO DE JANEIRO, RJ**

NOVA IGUAÇU

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GEOGRAFIAS LÉSBICAS: RECONFIGURAÇÕES ESPACIAIS DE MULHERES NEGRAS
SAPATÃO NO RIO DE JANEIRO, RJ

NATHÁLIA DE MENESES RODRIGUES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia
PPGGeo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para obtenção de grau de mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Anita Loureiro de Oliveira

NOVA IGUAÇU

2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rodrigues, Nathália de Meneses, 1669-

R696g GEOGRAFIAS LÉSBICAS: RECONFIGURAÇÕES
ESPACIAIS DE MULHERES NEGRAS SAPATÃO NO RIO
DE JANEIRO, RJ. /Nathália de Meneses Rodrigues. - Nova
Iguáçu, 2024.

115 f.

Orientadora: Anita Loureiro de Oliveira.

Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2024.

1. Geografias Lésbicas. 2. Corpo e espaço. 3. Lésbicas RJ. 4.
Lésbicas Negras. 5. Geografias Negras. I. Oliveira, Anita
Loureiro de, 1978-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia III.
Título.



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO N° 16/2025 - IGEO (11.39.00.34)

Nº do Protocolo: 23083.013870/2025-38

Seropédica-RJ, 20 de março de 2025.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIENCIAS / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

NATHÁLIA DE MENESES RODRIGUES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 19/12/2024

Anita Loureiro de Oliveira. (Dra) UFRRJ

Orientadora, presidente da banca

Adelaine Ellis Carbonar dos Santos. (Dra) UFSJ

Examinador Externo

Geny Ferreira Guimaraes. (Dra) UFRRJ

Examinador Interno

(Assinado digitalmente em 21/03/2025 11:10)
ANITA LOUREIRO DE OLIVEIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeGEOIM (12.28.01.00.00.87)
Matrícula: ####576#9

(Assinado digitalmente em 22/03/2025 09:46)
GENY FERREIRA GUIMARAES
PROFESSOR ENS BASIC TECN TECNOLOGICO
CTUR (12.28.01.30)
Matrícula: ####532#2

*(Assinado digitalmente em 20/03/2025
20:16)*

ADELAINE ELLIS CARBONAR DOS
SANTOS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ####.###.969-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número:
16, ano: **2025**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão:
20/03/2025 e o código de verificação: **b4dc20dc24**

Dedico esta pesquisa à Luanna Barbosa (em memória)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, reverencio meus ancestrais. É pela força que me sustenta, pela herança cultural legada, pelas lutas travadas e pelos ensinamentos transmitidos que hoje posso afirmar, com resistência e orgulho, minha existência enquanto mulher preta/negra. Honro Oyá, que me amparou nas muitas tempestades da vida. Seu poder e sua força me inspiram a seguir, faça sol ou faça chuva. Tempo bom ou tempo ruim: *Epa Hey, Iansã!*

Meus agradecimentos se estendem a todas as mulheres da linhagem materna de minha família — especialmente às mais velhas, que abriram caminhos e edificaram uma geração de mulheres fortes e extraordinárias. À minha tataravó Dona Emília (Tia Miloca) e à minha bisavó Maria Natalina, cuja memória me honra também na escolha do meu nome.

Registro, com profundo afeto, minha gratidão à minha avó Sônia de Meneses Rodrigues, mãe de minha mãe, que assumiu comigo o lugar de mãe/avó desde o meu nascimento. Foi por seu esforço incansável e pelo sacrifício de uma vida inteira de trabalho que tive a oportunidade de estudar e aprender aquilo que lhe foi negado. Obrigada por todo o suporte — material, emocional, ético. Obrigada por me acolher como filha, por caminhar comigo e por me ensinar, com firmeza e amor, a andar com meus próprios pés.

Agradeço também à minha tia Lúcia Rodrigues, que tantas vezes desempenhou, com generosidade, um papel que não lhe cabia. Pelas reuniões escolares, pela ajuda com os trabalhos, pelas idas ao dentista e ao médico, por sonhar para mim um futuro tão digno quanto o que deseja para suas filhas. Por me mostrar que nada é definitivo e que a educação pode ser um caminho para romper as margens impostas.

Agradeço à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Nova Iguaçu, onde está localizado o Instituto Multidisciplinar — espaço onde construí uma trajetória acadêmica forjada a partir de uma perspectiva periférica. Aos amigos que caminharam comigo nesse percurso e aos discentes do Departamento de Geografia, minha gratidão.

Aos docentes do Departamento, agradeço pelo compromisso com o ensino crítico e pela escuta atenta: Roberta Arruzzo, Rodrigo Coutinho, Sarah Lawall, Edileuza Queiroz, Laura Mendes e, de modo especial, à minha orientadora, Anita Loureiro de Oliveira, a quem esta pesquisa deve muito de sua concretude e consistência.

Agradeço à professora Geny Ferreira Guimarães, por sua referência incontornável no campo das Geografias Negras — e para além dele.

Anita, minha orientadora, obrigada pelo tempo dedicado a este trabalho, pela escuta generosa e pelo compromisso com metodologias dialógicas e sensíveis. Obrigada por abrir caminhos para que temas como a questão étnico-racial, os marcadores de gênero e sexualidade e as múltiplas corporeidades adentrassem o campo da geografia com legitimidade. Seguimos juntas na Coletiva.

Ao grupo PET – Conexões Baixada, do qual tive o privilégio de ser bolsista, minha sincera gratidão. Foi mais do que espaço de pesquisa, ensino e extensão: foi um território de segurança, pertencimento e transformação — dentro e fora da universidade. A formação antirracista promovida pelo grupo foi decisiva na constituição da minha identidade, no fortalecimento da minha consciência racial e na definição do rumo desta pesquisa. À tutora Fernanda Felisberto, minha especial gratidão pelo ensino mediado pelo afeto.

À minha companheira e amor, Caroline Nunes, agradeço pela presença firme, pelo apoio incondicional e pelo incentivo constante — desde o momento da inscrição no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) até a última vírgula escrita neste trabalho. Seu amor sustentou e atravessou a construção desta pesquisa.

À psicoterapeuta Rosiana Motta da Silva, meu reconhecimento pelo acompanhamento cuidadoso ao longo de todo o processo de escrita, pela escuta atenta e pela atuação fundamental na preservação da minha saúde mental durante os momentos de maior instabilidade e exaustão.

Aos meus companheiros e companheiras de jornada acadêmica — Eloá Marcelle, Caroline Rezende e Syllas Jr. —, minha gratidão pela partilha, pelo companheirismo e pelo fortalecimento mútuo que nos uniu desde as primeiras aulas até o momento da defesa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001" e "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

*Eu sou a continuação de um sonho
Da minha vó, do meu vó
Quem sangrou pra gente poder sorrir.
BK' – Continuação de um sonho.*

RESUMO

RODRIGUES, Nathália de Meneses. **Geografias Lésbicas: reconfigurações espaciais de mulheres negras sapatão no Rio de Janeiro, RJ.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Nova Iguaçu, RJ, 2024.

As Geografias Lésbicas constituem a vertente dos estudos geográficos corporificados que utilizaremos para discorrer sobre as sexualidades postas espacialmente e os desdobramentos que surgem de corpos não heteronormativos e dissidentes. Entende-se por Geografias Lésbicas o campo de pesquisa no qual se inserem as temáticas que dizem respeito a lugares e existências marcados pela homoafetividade entre mulheres, seus modos de vida, trabalho e lazer. Trata-se de um campo de estudos orientado pelas experiências cotidianas de pessoas que se identificam como lésbicas, com a intenção de investigar como estas se encontram em determinados lugares, se relacionam nos espaços públicos e privados, têm acesso livre ou restrito às cidades e como negociam formas de apropriação espacial nos lugares onde não são bem-vindas; são sujeitas a abusos e opressões e onde, por vezes, se sentem inseguras ou vulneráveis em suas ações cotidianas, mas que a análise revela que é possível reconhecer agências coletivas que garantem suas presenças em espacialidades próprias desse grupo. Assim, esta pesquisa tem por objetivo compreender as dinâmicas socioespaciais tais como uso e reconfiguração do espaço de mulheres lésbicas do Rio de Janeiro, a partir da produção teórica das geógrafas anglófonas Gill Valentine e Kath Browne sobre as Geografias Lésbicas. Embora existam importantes contribuições nacionais de geógrafas como Joseli Maria Silva, a geografia brasileira se aproxima timidamente dessa temática, e mais tímido ainda são os estudos das mulheres lésbicas e negras. Dessa forma, a pesquisa pretende especificamente analisar como essas mulheres negras sapatão constroem e moldam os espaços urbanos no Rio de Janeiro para garantir sua segurança e expressão corporal, sexual e afetiva, enfrentando desafios específicos relacionados à intersecção de raça, sexualidade e gênero. A pesquisa tem um caráter qualitativo e a metodologia utilizada incluiu revisão bibliográfica e observação participante no grupo AFRO VELCRO entre 08/2015 e 11/2024, composto por mulheres negras e lésbicas moradoras do Rio de Janeiro e por meio do qual foi possível realizar um levantamento de informações privilegiado que, de modo decisivo, colaborou para a análise aqui apresentada.

Palavras chaves: Geografias lésbicas; corpo; espaço; lésbicas negras.

ABSTRACT

RODRIGUES, Nathália de Meneses. **Lesbian Geographies: spatial reconfigurations of Black lesbian women in Rio de Janeiro, RJ.** Dissertation (Master's in Geography). Multidisciplinary Institute, Federal Rural University of Rio de Janeiro: Nova Iguaçu, RJ, 2024.

Lesbian Geographies constitute a branch of embodied geographical studies that we will use to discuss spatialized sexualities and the implications arising from non-heteronormative and dissident bodies. Lesbian geographies are understood as a field of research encompassing themes related to places and existences marked by women's homoaffective relationships, their ways of life, work, and leisure. This field of study is guided by the everyday experiences of people who identify as lesbians, aiming to investigate how they occupy certain places, interact in public spaces, experience free or restricted access to cities, and negotiate forms of spatial appropriation in places where they are unwelcome, subject to abuse and oppression, and where they feel insecure or vulnerable. It also seeks to identify collective actions (agencies) that ensure their presence in spatialities specific to this group. This research, therefore, aims to highlight the debate in Geography regarding the relationship between lesbian women and spatial issues, drawing on the theoretical contributions of anglophone geographers Gill Valentine and Kath Browne. Although there are significant national contributions from geographers such as Joseli Maria Silva, Brazilian geography timidly engages with this theme, especially concerning lesbian and Black women. Thus, the research specifically seeks to understand how these women construct and shape urban spaces in Rio de Janeiro to ensure their safety and bodily, sexual, and affective expression, while facing specific challenges related to the intersection of race, sexuality, and gender. The research adopts a qualitative approach, and the methodology includes a bibliographic review and participant observation conducted within the *AFRO VELCRO* group between August 2015 and November 2024. This group consists of Black lesbian women living in Rio de Janeiro and provided privileged insights that have decisively contributed to the analysis presented here.

Keywords: Lesbian geographies; body; space; Black lesbian women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Índice em porcentagem de lésbicas assassinadas por raça/etnia (2014-2017).....	30
Figura 2 - Índice em porcentagem de lésbicas assassinadas por: feminilizadas e não-feminilizadas.....	31
Figura 3 - Quadro interativo – CCBB-RJ.....	32
Figura 4 - Homem Vitruviano (adaptação)	38
Figura 5 - Luana Barbosa.	53
Figura 6 - Marielle Franco.....	55
Figura 7 – Ana Caroline	57
Figura 8 - Isoporzinho das sapatão: Pedra do Sal.....	64
Figura 9 - Copo personalizado Isoporzinho das sapatão.	66
Figura 10 - Faixa Artística do movimento Isoporzinho das sapatão.	66
Figura 11 - Organizadoras e integrantes do Slam das Minas – RJ.....	69
Figura 12 - Logo Slam das Minas – RJ.	70
Figura 13- Sapagode arte-convite de divulgação 1	80
Figura 14 - Sapagode arte-convite de divulgação 2	80
Figura 15- O Rebu Bloco.	81
Figura 16- Bloco O Rebu: rodas de conversas.	83
Figura 17- Velcro Livre e lista trans.....	85
Figura 18 - Bailão das sapatão.....	86
Figura 19 - Afro-velcro: primeiro grupo.	89
Figura 20 - Afro-velcro: segundo grupo.....	90
Figura 21 - Afro-velcro – Logo/arte.	91
Figura 22- Afro-velcro – New era.	92

LISTA DE SIGLAS

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

COLETIVA: Grupo de Pesquisa e Extensão em Geografia, Cultura, Existência e Cotidiano

GETE: Grupo de Estudos Territoriais

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IM: Instituto Multidisciplinar

LBT: Lésbica, Bissexual e Transsexual.

LGBTQIA+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexual e Assexual e outros.

PPGGE: Programa de Pós-Graduação em Geografia

UEPG: Universidade Estadual de Ponta Grossa

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

RNL: Rede Nacional de Lésbicas

SENALE: Seminário Nacional de Lésbicas

SENALESBI: Seminário Nacional de Lésbicas e Bissexuais.

SUMÁRIO

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1
2.	MULHERES LÉSBICAS E A QUESTÃO ESPACIAL	8
2.1.	O que a geografia tem a ver com as lésbicas?.....	10
2.2.	Geografias Lésbicas: Análises a partir das Geografias Subversivas e Corporificadas.....	14
2.3.	Lesbofobia e Lesbocídio no Brasil.....	25
2.4.	Lésbicas, corpo e espaço: Cotidianos.....	32
3.	PISTEMOLOGIA NEGRO-SAPATÃO: LÉSBICAS NEGRAS E SUAS JORNADAS GEOGRÁFICAS	38
3.1.	Sapatão e preta! Reflexões sobre gênero, raça e sexualidade.	40
3.2.	A violência contra mulheres negras e a luta por justiça	50
3.3.	O caso Luanna Barbosa.....	52
3.4.	Marielle Franco	55
3.5.	Ana Caroline	57
4.	DA MARGEM AO CENTRO: A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS SEGUROS E A VISIBILIDADE LÉSBICA NO RIO DE JANEIRO, RJ	59
4.1.	Isoporzinho das Sapatão: Da Praça ao Movimento.....	64
4.2.	Erguer a Voz: Slam das Minas – RJ.....	67
4.3.	Arte, corpo e música: Sapagode, O rebu (bloco de carnaval)	79
4.4.	Noite delas: Velcro e Bailão das Sapatão.....	84
4.5.	Bailão das sapatão	86
5.	AFRO-VELCRO: ENEGRECENDO OS ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA SAPATÃO ..	88
5.1.	Afro-velcro: de pretas para pretas	89
5.2.	Afro-Lésbica, Negra Sapatão: Identidade, Espaço e Resistência.....	94
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
7.	REFERÊNCIAS	101

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Isaltina Campo Belo é o nome da personagem de um dos contos mais marcantes do livro *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2011), de Conceição Evaristo. A história retrata a vida de uma mulher negra que cresce em meio a dilemas profundos na infância, principalmente relacionados à descoberta de sua sexualidade. Isaltina percebe-se lésbica em um contexto que reforça padrões rígidos de gênero e heteronormatividade, enfrentando o peso da rejeição social e familiar. No entanto, sua trajetória é também de resistência e de busca por um sentido de pertencimento.

Ao ler esse conto senti uma identificação quase que imediata. A narrativa de Isaltina trouxe à tona reflexões pessoais, especialmente sobre as angústias e complexidades de existir em um corpo que não se alinha aos padrões sociais esperados. Assim como Isaltina, já me vi tensionada por questionamentos e enfrentando a sensação de deslocamento, tentando encontrar formas de viver minha verdade em meio às imposições externas como família, religião e ambiente escolar.

O conto não se limita a retratar a dor ou o sofrimento; ele ilumina o processo de autodescoberta e a força necessária para romper com as expectativas alheias. Conceição Evaristo, com sua escrita visceral e sensível, faz de *Isaltina Campo Belo* mais do que a história ficcional de uma mulher – é um espelho para muitas de nós, que nos reconhecemos em sua vivência e nas brechas de liberdade que ela ousa criar para si mesma.

Alguns anos após a identificação com essa leitura, ingressei no ensino superior através do ENEM e de políticas afirmativas com o sistema de cotas, visto que sempre estudei em escolas municipais e estaduais da rede pública e sou negra, preta – de acordo com a classificação do IBGE. Uma vez adentrando ao ensino superior, primeiramente no curso de Letras/Literatura na UFRJ o qual abandonei por não haver identificação com o curso, mudando para o curso de Geografia no IM/UFRRJ com o qual me identifiquei e me formei, me tornando professora de Geografia, profissão que exerço com bastante entusiasmo e dedicação.

O ano de 2015, além de me proporcionar o acesso ao ensino superior, foi um ano no qual construí uma maior consciência acerca de minhas questões de gênero e minha sexualidade. E que essas questões se relacionariam com as questões raciais. Visto que também comecei a me entender enquanto mulher negra. Agora, ambientada por um espaço mais aberto e

diversificado, conheci sujeitos que assim como eu e Campo Belo, passavam pelas mesmas angústias de construir uma identidade dissidente dos padrões da sociedade.

A primeira vez que fui a um evento específico para mulheres lésbicas foi um marco na minha vida. Entrei no espaço com uma mistura de ansiedade e curiosidade, sem saber exatamente o que esperar, mas com a esperança de encontrar algo que há muito tempo buscava: pertencimento. Assim que cheguei, fui acolhida por olhares que não julgavam, por sorrisos que compartilhavam histórias parecidas com as minhas e por uma energia que parecia me dizer: “aqui, você pode ser quem você é” e era o Isoporzinho das sapatão em uma edição que rolou na Pedra do Sal – RJ.

Foi ali, cercada por outras mulheres que também haviam percorrido suas jornadas de descoberta, que senti pela primeira vez uma liberdade indescritível. Não precisei esconder gestos, ajustar o tom da minha voz ou medir palavras para evitar olhares de reprovação. Pude falar sobre quem sou e quem amo, sem medo. Era como se aquele espaço fosse uma extensão do que sempre imaginei que a vida poderia ser: um lugar onde eu não precisasse me proteger constantemente.

Esse sentimento de acolhimento contrastava fortemente com as experiências de lésbofobia que vivi em outros ambientes. Já estive em espaços onde meu afeto foi silenciado, onde um olhar carinhoso para outra mulher era motivo de piada ou hostilidade. Situações em que o preconceito não era apenas uma sensação, mas uma realidade palpável, me forçavam a me apagar para evitar o confronto ou a rejeição. Esses momentos me ensinaram o peso de existir como mulher lésbica em uma sociedade que insiste em nos invisibilizar ou nos atacar.

A partir dessa experiência, busquei frequentar lugares com a mesma proposta e que me proporcionassem o conforto de ser eu mesma sem medo. Foi quando conheci as ações e movimentos protagonizados por mulheres, e com o predomínio de lésbicas, que produziam, nas ruas/áreas públicas, espaços seguros para a sociabilidade de mulheres lésbicas. O Centro do Rio de Janeiro, apesar de distante do meu local de moradia (Baixada Fluminense) passou a ser meu destino pela busca de ações que me engrandeçam enquanto estudante, militante e um ser pensante no mundo.

Essa pesquisa nasce do encontro transformador com mulheres lésbicas que cruzaram meu caminho e me inspiraram a ser quem sou. É uma construção que se alimenta da literatura negro-lésbica de Cidinha da Silva, da escrevivência de Conceição Evaristo, das Geografias Feministas e das Geografias Negras. Além de utilizar um referencial teórico que me impulsiona

a trazer a temática das sexualidades e das racialidades como elemento central para o campo da ciência geográfica. É nesse entrelaçamento entre experiência pessoal, literatura e teoria que busco explorar analiticamente as espacialidades vividas e criadas por mulheres lésbicas.

Os estudos sobre Geografias Corporificadas e as Geografias Negras foram fundamentais para essa trajetória. As Geografias Corporificadas, abriram caminhos para reconhecer o corpo como uma escala legítima e essencial de análise geográfica, desvelando como as experiências corporais moldam e são moldadas pelos espaços. Ao entender o corpo como lugar de interseção entre identidade, território e poder foi possível avançar em reflexões que ligam sexualidade, gênero e espaço (Oliveira, 2019).

Já as Geografias Negras (Cirqueira, Guimarães e Souza 2020) ao enfatizarem as dimensões raciais e coloniais da produção do espaço (e do pensamento geográfico sobre a produção do espaço), ampliaram as possibilidades de análise ao destacar as experiências de sujeitos historicamente marginalizados. Essas abordagens trouxeram à tona a relevância de compreender como os espaços urbanos, muitas vezes moldados por processos de exclusão racial e social, também carregam marcadores de gênero e sexualidade que impactam diretamente a vivência de mulheres negras lésbicas.

Com essas contribuições teóricas, hoje posso pesquisar as espacialidades de mulheres negras lésbicas como um tema legítimo e central. Essas mulheres, cujas vivências resistem às normas hegemônicas, criam espaços que não apenas questionam a segregação e a heteronormatividade, mas também reimaginam o urbano e o território de formas que refletem suas lutas e potências, reivindicando seu direito à cidade e para além disso, o direito a uma existência plena. Assim, a pesquisa se torna uma oportunidade de afirmar essas narrativas e dar visibilidade às ações de existência e resistência.

Cotidianamente os noticiários nos apresentam casos de violência contra mulheres, e entre eles, os crimes de ódio contra mulheres lésbicas, os lesbocídios, se destacam por sua crueldade e impunidade. Esses atos de violência não são isolados, mas sim partem de um sistema opressor que marginaliza e invisibiliza a comunidade LGBTQIAPN+. No Brasil, o número de casos de lesbocídio tem aumentado significativamente nos últimos anos. De acordo com o último Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil, elaborado pelo Núcleo de Inclusão Social da UFRJ, entre 2014 e 2017, houve um aumento de 237% nos casos registrados.

Essa violência estrutural não se limita ao ato em si, mas também atravessa as formas como mulheres lésbicas vivenciam e ocupam os espaços. No que se refere às espacialidades

dessas mulheres, o corpo se apresenta como a base fundamental para compreendermos como se dá essa relação com o espaço e com a sociedade, especialmente quando falamos de grupos sociais minorizados como mulheres lésbicas e negras, cujo corpo é em si mesmo um espaço de enfrentamento.

Embora as corporeidades de mulheres lésbicas e suas interações com o espaço estejam frequentemente marcadas pelo estranhamento e pela leitura como “não natural”, elas evidenciam uma pluralidade de performances do feminino e da feminilidade. Esses corpos lésbicos, ao não corresponderem aos padrões de gênero heteronormativos e frequentemente serem associados ao masculino, por se distanciarem da feminilidade hegemônica, tornam-se alvos ainda mais explícitos das exclusões e violências que o sistema opressor perpetua.

Monique Wittig, uma importante teórica feminista e lésbica, aborda o corpo lésbico principalmente em sua obra *O Corpo Lésbico* (*Le Corps Lesbien*, 1973). Nesse texto, Wittig desconstrói as narrativas normativas sobre o corpo e a sexualidade, propondo uma visão radical sobre o corpo lésbico como um espaço de resistência e criação. Para ela, o corpo lésbico rompe com as convenções impostas pela heteronormatividade e pelo patriarcado, desafiando as ideias de gênero e sexualidade que moldam os corpos femininos em função do desejo masculino.

Existem espaços nos quais as mulheres lésbicas possuem maior facilidade de circulação, enquanto em outros, esses espaços se mostram interditos (Silva, 2007). Essas interdições espaciais evidenciam que certas espacialidades não devem ser acessadas por elas. Portanto, é importante pensarmos as “Geografias Lésbicas” como possibilidade de compreender as dinâmicas espaciais de mulheres lésbicas bem como de compreender as estratégias adotadas por essas mulheres para construir espaços seguros e livres de opressões para (re)existências e manifestação de sua sexualidade.

As geografias lésbicas constituem um campo das geografias feministas insurgentes, tendo como precursoras as geógrafas anglófonas do Norte Global, Katherine Browne e Gill Valentine, que desenvolveram diversos estudos geográficos voltados à compreensão das espacialidades de mulheres lésbicas e das imbricações que corpos sexualmente dissidentes encontram no espaço. No Brasil, apesar de a Geografia estar cada vez mais aberta a estudos que envolvem questões de gênero e sexualidade, Silva e Ornati (2017) apontam que há um predomínio da abordagem voltada à sexualidade do homem gay, enquanto a temática lésbica é tratada de forma ainda tímida e, mesmo assim, geralmente sem uma intersecção racial ou de classe mais evidente.

Katherine Browne e Eduarda Ferreira refletiram em ‘Geografias Lésbicas: gênero, lugar e poder’ (*Lesbian Geographies: gender, place and power*), sobre as espacialidades produzidas por e para mulheres lésbicas, a partir de uma abordagem crítica que integra os debates sobre gênero, territorialidade e relações de poder, a qual permitiu que outros estudos com essa temática emergissem. Silva e Ornat (2017) trazem a seguinte interpretação do que vêm a ser estas Geografias Lésbicas, segundo o pensamento de Browne e Ferreira (2015):

As geografias lésbicas nascem, portanto, pela luta contra a invisibilidade das vivências lésbicas em ambos os campos epistemológicos, feminista e das sexualidades, no contexto de produção científica anglófona nos anos 1980. Assim, a perspectiva das geografias lésbicas se pauta desde o início pela interseção entre gênero e sexualidades, trazendo como preocupação a forma como estas interseções ocorrem na relação com diferentes espaços e tempos (Silva; Ornat, 2017).

Amparada pelas contribuições de Joseli Maria Silva (de 2009; 2017; 2023), Katherine Browne e Eduarda Ferreira (2015), Gill Valentine (1993), Doreen Massey (2004; 2008), esta pesquisa tem como principal objetivo compreender as dinâmicas socioespaciais tais como uso e reconfiguração do espaço de mulheres lésbicas do Rio de Janeiro, RJ. Trata-se de visibilizar o debate feito dentro da Geografia sobre a relação das mulheres lésbicas e a questão espacial por meio de uma investigação sobre como estas mulheres se encontram em determinados lugares, se relacionam nos espaços das cidades e como negociam os espaços onde não são bem-vindas; como estão sujeitas a abusos e opressões e onde se sentem inseguras ou vulneráveis. O foco é compreender o protagonismo dessas mulheres negras e lésbicas na construção de espacialidades seguras às suas existências.

Ao considerar o corpo como uma das possibilidades analíticas para compreender as dinâmicas socioespaciais de mulheres lésbicas é preciso considerar a concepção de espaço aberto e relacional da geógrafa feminista Doreen Massey, pois a experiência espacial não é linear entre os sujeitos. Massey (2004) percebe e define o espaço como um produto de inter-relações, que variam desde o macro (global) até as particularidades mais específicas, e para a autora, o espaço é a existência de multiplicidades, o que possibilita que diferentes trajetórias coexistam. Massey evidencia que sem espaço não há multiplicidade e sem multiplicidade não há espaço, logo, é notório que há pluralidade nas relações, pois multiplicidade e espaço são indissociáveis (Massey, 2004).

Assim, numa perspectiva geográfica do espaço aberto e relacional, objetiva-se também os seguintes pontos: Visibilizar as Geografias Lésbicas no cenário das geografias insurgentes e corporificadas; localizar espacialmente as dinâmicas de resistência de mulheres lésbicas no Rio

de Janeiro (RJ), e compreender o protagonismo de mulheres negras e lésbicas na construção de espaços seguros para estas mulheres no Rio de Janeiro (RJ). Esse último objetivo se faz necessário para pensarmos em espacialidades de mulheres lésbicas e negras, que vão ter imbricações específicas por conta da intersecção: raça, gênero e sexualidade.

Se a geografia brasileira se aproxima timidamente das mulheres lésbicas, os estudos sobre lesbianidades negras são quase inexistentes nesse campo disciplinar. Assim, para atingirmos tal objetivo, utilizaremos as contribuições de intelectuais lésbicas negras e não brancas para compreender essas especificidades: Adriene Ritch, Glória Anzaldúa e Ochy Curiel, autoras que embora não sejam geógrafas de formação, trazem em seus projetos políticos e pedagógicos ricas contribuições para compreender espacialidades de sexualidades dissidentes a partir de epistemologias decoloniais.

As geografias *desde dentro*, de forte inspiração nas Geo-grafias Negras (Guimarães, 2020) dizem respeito à geograficidade que pode ser percebida desde dentro das relações étnico raciais, através de diferentes abordagens, o método em desenvolvimento tem sido utilizado pela autora para reivindicar um sistema metodológico próprio para pesquisas comprometidas com as Geografias Negras e Antirracistas, segundo a autora:

Neste método proposto, as subjetividades que o assunto possui não são abstraídas ou retiradas ao longo da pesquisa, desta maneira, o lugar de existência e fala são relevantes e dialogando com a metódica de Ramos (1995) e Achugar (2006) por terem se dedicado a pensar o “lugar do negro desde dentro” e a partir do que possam ser as heranças africanas (Guimarães, 2020).

Utilizando essas autoras, e da minha vivência enquanto lésbica-negra, a partir da perspectiva metodológica “desde dentro” desenvolvida pela geógrafa Geny Ferreira Guimarães inspirada em Jesus Chuchu Garcia (2012), e a concepção de interseccionalidade reformulada por Ochy Curiel, que não separa as categorias: mulher-negra-lésbica, pois essas categorias estruturais não devem ser vistas de forma dissociadas, há também uma concordância com o que salienta Audre Lorde (1983): nós, mulheres negras e lésbicas não podemos escolher por qual opressão vamos lutar primeiro, visto que:

Eu não posso me dar ao luxo de lutar por uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular. E eu não posso tomar a liberdade de escolher entre as frontes nas quais devo batalhar contra essas forças de discriminação, onde quer que elas apareçam para me destruir. E quando elas aparecem para me destruir, não demorará muito a aparecerem para destruir você (Lorde, [1983] 2019).

Dessa forma, a pesquisa tem um caráter qualitativo e a metodologia utilizada incluiu revisão bibliográfica e observação participante no grupo AFROVELCRO entre 2015 e 2024, e

mais ativamente na rede social whatsapp a partir de 2021, ano que efetivamente ingresso no mestrado e minha vivência pessoal se soma à pesquisa em curso. O grupo é composto por mulheres negras e lésbicas moradoras do Rio de Janeiro (RJ) e por meio do qual foi possível realizar um levantamento de informações privilegiadas que, de modo decisivo, colaboraram para a análise aqui apresentada.

Por fim, partindo do campo conceitual de uma Geografia Lésbica, ou ainda uma geografia negro lésbica, o corpo é o condutor que evidencia o entrecruzamento gênero-raça-sexualidade e espaço. Os desdobramentos de uma corporeidade dissidente à norma devem ser reconhecidos não só nos espaços de sociabilidades que ocupam, mas é preciso que estejam inseridos nas pesquisas acadêmicas, nos “artivismos” e na abertura de novos espaços de enunciação. Assim, é justificável que temáticas como estas sejam cada vez mais assertivas diante dos estudos geográficos, pois é preciso que se compreenda como a dissidência imposta a esse corpo viabiliza demandas importantes para as mulheres negras e lésbicas, e a população LGBTQIAPN+ no geral.

2. MULHERES LÉSBICAS E A QUESTÃO ESPACIAL

Como uma ciência dedicada à investigação da relação entre sociedade e espaço, a Geografia tem se consolidado por meio de análises ambientais e econômicas da sociedade, que, durante muito tempo, se sobrepujaram a outras dinâmicas espaciais. Ao longo de seu árduo processo de consolidação como ciência, a geografia passou por diferentes fases e linhas teóricas, métodos e metodologias, em função da temporalidade espacial de cada geógrafa(o) envolvida em sua construção.

A partir da década de 1970, a geografia começou a incorporar a temática de gênero em suas análises, mas isso ocorreu predominantemente no contexto do fazer geográfico anglo-saxão. Gillian Rose (1993) reflete como a geografia feminista emergiu no contexto anglo-saxão e como passou a criticar as abordagens tradicionais da disciplina por negligenciar questões de gênero, especialmente no que diz respeito à experiência das mulheres e às relações de poder que moldam os espaços.

No Brasil, a incorporação da perspectiva de gênero na Geografia teve início a partir da década de 1980, impulsionada pelas transformações sociais e pelas pautas reivindicadas pelos movimentos feministas. Nesse contexto, a disciplina passou a problematizar as diferenças de espacialidade entre homens e mulheres, reconhecendo que o espaço geográfico é atravessado por relações de poder e, portanto, não é neutro em relação ao gênero. Um dos marcos fundadores dessa abordagem é o trabalho da geógrafa Rosa Ester Rossini, que, a partir de suas pesquisas sobre o trabalho feminino na lavoura canavieira paulista, contribuiu significativamente para consolidar uma geografia crítica sensível às desigualdades de gênero. Rossini é reconhecida como uma das precursoras da geografia feminista no Brasil, conforme destacado na entrevista concedida à Revista Latino-americana de Geografia e Gênero (Silva; Ornat, 2016).

Posteriormente, ao adotar novos métodos e metodologias e se tornar mais atenta às subjetividades espaciais, a Geografia começou a considerar outras abordagens, tais como dissidências de gênero, corpo e corporeidade, sexualidades e relações étnico-raciais, entre outros temas no final do século passado. No entanto, somente nos últimos anos, as Geografias Feministas têm se consolidado como uma corrente de pensamento significativa dentro do campo geográfico brasileiro (Silva; Ornat, 2017).

Neste primeiro capítulo, pretende-se destacar as Geografias Lésbicas no cenário das Geografias Insurgentes e Corporificadas, um campo que tem se manifestado com metodologias

próprias, focando nas múltiplas formas de espacialização dos sujeitos. As mulheres que se relacionam com outras mulheres, além de serem atravessadas por uma intersecção de elementos opressores, possuem uma existência espacial diferenciada, à qual estamos dedicadas a investigar por meio desta pesquisa.

Para tanto, recorremos às contribuições de autoras que, a partir de diferentes abordagens e contextos disciplinares, oferecem subsídios fundamentais para a elaboração de uma perspectiva crítica sobre as geografias lésbicas. No campo geográfico, destacam-se os trabalhos de Joseli Maria Silva (2009–2023), Katherine Browne, Eduarda Ferreira (2015), Gill Valentine (1993) e Doreen Massey (2008), cujas reflexões sobre gênero, sexualidade, espacialidades e relações de poder são centrais para esta análise.

Complementarmente, incorporamos os escritos literários de Natalia Borges Polessso (2018), cuja obra¹, embora situada fora da produção acadêmica em geografia, contribui de forma significativa para a compreensão das vivências e territorialidades lésbicas. A decisão de dialogar exclusivamente com mulheres, ainda que nem todas sejam negras ou se identifiquem como lésbicas, constitui uma escolha política e metodológica que busca tensionar a lógica hegemônica da produção do saber geográfico, promovendo uma reflexão insurgente e afirmativa no campo.

Além do objetivo já exposto, este capítulo busca também, através do diálogo com as autoras mencionadas, a reafirmação do conceito de Geografias Lésbicas, com o propósito de romper com o protagonismo de mulheres cis heterossexuais e homens gays nas Geografias Feministas e das Sexualidades. Vale ressaltar que não temos a intenção de padronizar as espacialidades lésbicas nem de reproduzir uma visão universal da lesbianidade, uma vez que “ser lésbica” depende de múltiplas relações, com raça, classe, idade e, principalmente, com o espaço.

¹ O livro *Amora*, de Natalia Borges Polessso, é uma coletânea de contos que explora as nuances das relações homoafetivas entre mulheres. A obra foi publicada em 2015 pela editora Dublinense e recebeu reconhecimento significativo, incluindo o Prêmio Jabuti na categoria Contos em 2016.

2.1.O que a geografia tem a ver com as lésbicas?

Entende-se por lésbica, toda e qualquer mulher que se relaciona única e exclusivamente com pessoas que se identificam como mulher, ou que reivindicam o termo. Em outras palavras, lésbica é uma mulher que se identifica como tal em virtude de sua orientação sexual, que envolve atração emocional, afetiva e sexual por outras mulheres. Essa identidade é moldada não apenas por aspectos individuais, mas também pelas dinâmicas sociais e culturais que influenciam a construção e o reconhecimento de identidades sexuais, contrariam a normatividade heterossexual/heteroafetivo imposta pela sociedade (Louro, 2004).

Essa dissidência se manifesta de diversas formas, que vão se manifestar no espaço geográfico e conduzir a socialização dessas mulheres juntamente com outros fatores. Trata-se de afirmar o pressuposto geográfico de que o espaço é socialmente produzido, ou ainda como nos propõe pensar Doreen Massey (2008, p. 9) uma visão do espaço como algo dinâmico, relacional e aberto, em oposição à ideia tradicional de espaço como algo fixo e estático.

Retomando a pergunta que permeia este subcapítulo “O que a geografia tem a ver com as lésbicas?”, a relação entre geografia e as vivências de lésbicas, assim como outras identidades GBTQIAPN+ estão intrinsecamente ligadas de maneiras profundas e complexas. A Geografia, ao estudar as relações entre as pessoas e o espaço, nos ajuda a entender como os lugares moldam nossas vidas, nossas identidades e nossas experiências. No caso das lésbicas, a Geografia nos permite: compreender como o espaço, lugar e território são vivenciados e significados por mulheres lésbicas, levando em conta as dinâmicas de poder, identidade, exclusão e afirmação.

As conexões entre a Geografia e as vivências lésbicas manifestam-se de forma significativa nas relações espaciais, uma vez que o espaço — entendido em suas múltiplas dimensões simbólicas, materiais e políticas — exerce papel fundamental na constituição das subjetividades e identidades. A Geografia, nesse sentido, permite investigar de que maneira determinados contextos territoriais, como bairros, cidades e regiões, influenciam nas formas de existência, expressão e pertencimento de mulheres lésbicas.

As experiências de visibilidade, segurança, afeto e sociabilidade estão profundamente condicionadas pelas dinâmicas socioculturais de cada espaço, que podem oferecer diferentes graus de acolhimento, invisibilização ou repressão. Assim, a identidade lésbica não se constrói de forma dissociada do espaço, mas se entrelaça a ele, revelando como os espaços também são produtores e reprodutores de normas, estigmas e possibilidades de resistência.

As relações em espaço público e privado também variam, refletir sobre espaço público e privado é relevante para entender a vivência lésbica, pois muitas vezes, desafios são postos às lésbicas ao expressar sua sexualidade em espaços públicos devido a normas sociais heteronormativas e a possibilidade de discriminação ou violência. Sabe-se que o privado, assim como “o pessoal, também é político” reforçando “subversividades identitárias, escalares, espaciais e temporais que são tão reais quanto a própria materialização do gênero” (Przybysz, 2017 apud Oliveira, 2021). Ainda que o espaço privado possa ser um refúgio, este espaço também pode ser um local de opressão, especialmente em contextos familiares ou a comunidade rejeita a identidade lésbica.

Além disso, a própria “construção intelectual que separa e invisibiliza a relação público/privado da dinâmica espacial é uma concepção androcêntrica que precisa ser desafiada, para dar visibilidade àqueles grupos que são negados pelo campo científico, como é o caso das mulheres (McDowell, 1999)” (Przybysz e Silva, 2017 apud Oliveira, 2021), e é nesse sentido que colocar a mulher negra e lésbica como produtora dessa construção intelectual que visibiliza existências e relações que subvertem as normas, é um desafio teórico-prático instigante e relevante.

No que se refere à territorialidade, interdição espacial e negação da existência/presença, a Geografia pode examinar como as lésbicas podem experimentar segregação ou exclusão em determinados espaços, como suas próprias casas, bairros, locais de trabalho, escolas, áreas de sociabilidade. Essa segregação pode ser formal, através de leis ou normas discriminatórias, mas também por meio da ação informal, através de comportamentos sociais que tornam determinados espaços hostis para pessoas LGBTQIAPN+. A hipótese central desta pesquisa é que, em contraposição às dinâmicas de exclusão, silenciamento e segregação — formais ou informais — vivenciadas por mulheres lésbicas em diferentes contextos espaciais, emergem práticas cotidianas de resistência e reinvenção territorial que produzem espacialidades contrahegemônicas, marcadas por afetos, redes de solidariedade e formas alternativas de pertencimento.

A criação de "espaços seguros" ou "espaços queer", onde as lésbicas e outras pessoas GBTQIAPN+ podem existir e expressar suas identidades sem medo de repressão, é um aspecto chave explorado pelas Geografias Lésbicas. Esses espaços, que podem incluir bares, centros comunitários, ou bairros específicos, são importantes para a resistência contra a hegemonia heteronormativa. A Geografia também pode investigar como as lésbicas se movem através do

espaço, tanto em termos de migração pendular (busca por lugares mais acolhedores para trabalhar, estudar) quanto em termos de deslocamentos diários em espaços que podem ser mais ou menos acolhedores.

Essas espacialidades não apenas confrontam as normas cisheteronormativas que regem o uso e a ocupação dos espaços, como também instauram novas territorialidades, nas quais a presença lésbica é não apenas tolerada, mas afirmada como legítima e produtora de sentidos. Parte-se do pressuposto de que mulheres lésbicas, ao se apropriarem de territórios hostis ou ao criarem espaços seguros — físicos ou simbólicos —, inscrevem suas subjetividades no espaço, disputando narrativas, memórias e visibilidades. Dessa forma, a hipótese sustenta que a experiência da segregação não se encerra na exclusão, mas também desencadeia processos ativos de produção de territórios afetivos e políticos, que operam como formas de resistência e reconfiguração dos lugares.

A ciência geográfica tem de se preocupar em investigar a forma que as relações sociais se manifestam no espaço. Assim, as mulheres lésbicas compõem um contingente de indivíduos que vivenciam o(s) espaço(s) de diferentes formas, visto que a sexualidade/afetividade dos sujeitos, assim como a classe, gênero, raça/etnia também são materializadas e constituídas espacialmente.

Para Massey, o espaço é onde diferentes possibilidades coexistem. Ele é constituído pela multiplicidade de identidades, relações e processos que estão em constante transformação. O espaço é, assim, um terreno de encontro e de potencial conflito entre essas diferenças (Massey, 2008). Portanto, as Geografias Lésbicas propõem investigar as inter-relações espaciais que surgem nas relações sociais de mulheres lésbicas, visto que a produção espacial é constituída pelo encontro das possibilidades e multiplicidades, onde coexistem diversas trajetórias e existências.

Alex Ratts (2003) evidencia que há espaços em que certos grupos sociais ou indivíduos são retraídos, estranhos, e outros que são mais habituados. Para o autor, a Geografia tem o compromisso de investigar esses contrastes espaciais. Nesse contexto, torna-se relevante refletir sobre a noção de espaço interdito (Silva, 2010), entendido como aquele em que a presença de certos corpos e subjetividades é sistematicamente negada, constrangida ou marginalizada. Para muitas mulheres lésbicas, os espaços públicos — e mesmo os privados — podem se constituir como uma interdição simbólica ou material, onde expressões afetivo-sexuais dissidentes são silenciadas, policiadas ou sujeitas a violências.

Essa interdição não se limita à proibição explícita, mas se manifesta também em formas sutis de exclusão, como olhares de reprovação, ausência de representatividade ou ausência de políticas de proteção e reconhecimento. Assim, o espaço interdito revela-se como uma dimensão geográfica do controle social, mas também como campo de disputa, resistência e reconfiguração de presenças.

No artigo “Produção científica geográfica brasileira sobre lesbianidades: invisibilidade acadêmica e social” (Santos, et al 2024), Adelaine Ellis Carbonar dos Santos, Jeziel Silveira Silva, Vanessa de Oliveira Haile e Marcio Jose Ornat destacam um cenário importante, mas também preocupante, no campo científico brasileiro, ao abordar a escassez de estudos sobre lesbianidades na Geografia e o tratamento marginalizado dessa temática na produção acadêmica nacional. A identificação de apenas 201 teses e dissertações em mais de 30 anos (1988-2019) no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, das quais apenas 104 possibilitam uma análise geográfica, evidencia um silenciamento sistemático em relação às vivências lésbicas e suas relações com o espaço.

Esse dado é ainda mais impactante quando comparado ao universo total de pesquisas cadastradas, representando apenas 0,02%, o que revela a pouca atenção dada ao tema dentro da ciência geográfica. O artigo também revela que por muito tempo, as lesbianidades foram invisibilizadas socialmente, inclusive dentro do próprio movimento LGBTQIAPN+, o que resultou na marginalização dessas identidades. Essa invisibilidade não se restringe ao âmbito social, mas também está presente no campo acadêmico, como demonstrado pela ínfima porcentagem de 0,02% das publicações científicas nacionais relacionadas a teses e dissertações que abordam ou discutem a temática das mulheres lésbicas (Santos et al., 2024).

No campo científico geográfico, essa ausência se torna ainda mais evidente, já que não foram identificadas pesquisas sobre Geografias Lésbicas em programas de pós-graduação em Geografia. Tal ausência reflete o silenciamento sistemático e a exclusão dessa temática no desenvolvimento de análises espaciais que poderiam contribuir para a compreensão das vivências de mulheres lésbicas através do espaço.

2.2. Geografias Lésbicas: Análises a partir das Geografias Subversivas e Corporificadas.

“As conexões entre mulheres são as mais temíveis, as mais problemáticas e as forças mais potencialmente transformadoras no planeta”

— Adrienne Rich

Antes de iniciarmos a discussão sobre as Geografias Lésbicas, sinto a necessidade de justificar o uso de pressupostos teóricos de mulheres do norte-global: Gill Valentine e Katherine Browne. As autoras supracitadas possuem algumas características em comum, ambas são mulheres brancas, anglo-saxônicas, geógrafas e pesquisadoras das questões de gênero e das sexualidades. O encontro e interesse por dialogar com essas autoras se deu porque ao pesquisar os termos: “geografia lésbica” - em português, inglês e espanhol no *google* acadêmico, são essas as autoras com mais ocorrência em ambas as línguas.

Santos et al. (2024) realizaram um levantamento bibliográfico de pesquisas que discutem a temática em foco no Catálogo de Teses e Dissertações no *site* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) entre os anos de 1988 e 2019. De acordo com o estudo:

Foram evidenciadas 201 teses e dissertações que se referem às discussões sobre ou em conjunto com a temática das lesbianidades; delas, 136 abordam exclusivamente as vivências lésbicas e 104 possibilitam uma análise geográfica dos seus resultados. Evidenciamos que existem ausências e silenciamentos no campo científico geográfico brasileiro, quanto às lesbianidades e a marginalização desses estudos pela produção científica nacional dada a baixa porcentagem de trabalhos disponíveis no catálogo quando em comparação com o total de pesquisas publicado (0,02%).

São poucas as produções nacionais no contexto geográficos que trazem o termo “lésbicas” em seus títulos ou palavras-chaves. Em comparação com os resultados da busca em inglês, a geografia brasileira se aproxima timidamente dessa temática. O primeiro contato com a autora Kath Browne foi através de livros publicados pela editora Toda Palavra e organizados, dentre outros, pela professora Joseli Maria Silva: “*Contestando o privilégio anglo-americano na produção do conhecimento em geografias das sexualidades e de gêneros*” (Browne, 2011) e o “*Uma perfeita geezer-bird (mulher-homem): os lugares e olhares de corporalização*

“feminina” (Browne, 2016), o que proporcionou maior evidência sobre a temática do corpo na Geografia e em especial o corpo lésbico.

Kath Browne se reúne a outras pesquisadoras anglófonas nas pesquisas dos estudos da Geografia das Sexualidades, assume a supremacia da produção anglo-americana, e reconhece seus privilégios regionais (Norte-global em relação ao Sul-Global) e sociais, enquanto uma mulher branca, cis heterossexual, e acadêmica, apontando como essa diferença afeta nos trabalhos acadêmicos:

Aqui meus privilégios (pelo menos os que eu posso citar, reconhecendo que há muitos outros que eu nem mesmo percebo) pertencem à minha posição como branca, mulher cis, professora/pesquisadora com emprego permanente no norte global, com acesso total à maioria dos periódicos da minha área. (Browne, 2011, p.144).

O primeiro contato com a obra de Gill Valentine deu-se por meio do artigo *Heterosexing space: lesbian perceptions and experiences of everyday spaces* (1993)², que conta com uma metodologia de entrevistas semiestruturadas que trazem a narrativa de mulheres lésbicas em diferentes espaços cotidianos como a casa, o trabalho, em espaços públicos, restaurantes etc. Ciente de que são experiências em outros espaços/tempos e que a lesbianidade aqui é diferente da de lá, foi interessante notar que a forma que as expressões e relatos feitos pelas entrevistadas poderiam ter sido feitos aqui, de mim, ou de lésbicas que vivem ao meu lado.

Neste artigo, Valentine (1993) começa o texto de forma assertiva: “heterossexualidade é a sexualidade dominante na sociedade ocidental” e, para ela, isso não está relacionado somente à forma como as pessoas se relacionam sexualmente, mas diz respeito também às relações de poder que acontecem cotidianamente em todos os espaços. Essa perspectiva dialoga diretamente com a ideia de heterossexualidade compulsória proposta por Adrienne Rich (2010), que comprehende a heterossexualidade não como uma escolha individual, mas como um sistema político e social que impõe normas de comportamento e desejo.

Rich (2010) argumenta que a heterossexualidade é sistematicamente construída e mantida por meio de mecanismos culturais e estruturais que sustentam a subordinação das mulheres, reforçando sua naturalização como única possibilidade legítima de sexualidade. Assim, a hegemonia da heterossexualidade, conforme destacado por Valentine (1993), não se limita a práticas sexuais, mas estrutura relações de poder em todos os âmbitos sociais.

Gill Valentine é uma acadêmica reconhecida no campo da geografia e da sexualidade,

² Espaço de heterossexualização: percepções e experiências lésbicas dos espaços cotidianos.

cujas contribuições têm sido fundamentais para o desenvolvimento das Geografias Lésbicas. Seu trabalho aborda como as experiências lésbicas são moldadas por e refletem a interseção entre o espaço e a sexualidade, desafiando perspectivas tradicionais da Geografia que frequentemente negligenciam as vivências lésbicas. Para a autora, as específicas espacialidades destes sujeitos (LGBTQIAPN+) tensionam a heterossexualidade inscrita no espaço, até então invisível (Valentine, 1993).

Uma contribuição relevante para a interseccionalidade entre gênero e sexualidade é apresentada por Valentine (1993), a autora argumenta que a heterossexualidade ocupa uma posição dominante na cultura ocidental moderna, no entanto, essa dominância não se limita apenas a atos sexuais e afetivos em ambientes privados, mas se manifesta como um processo de relações de poder que permeia a maioria dos espaços cotidianos. Valentine identifica a casa, o local de trabalho, os espaços sociais (como hotéis que reforçam a ideia de um espaço familiar ou relacionados ao adultério heterossexual, e restaurantes associados a rituais de intimidade e namoro heterossexual), além de ambientes comerciais, de serviços e espaços públicos, como exemplos de espaços onde a heterossexualidade se materializa e se reafirma.

Valentine utiliza uma abordagem interseccional para entender como as experiências lésbicas são influenciadas por outras identidades sociais, como raça, classe e idade. Ela enfatiza que a experiência lésbica não é homogênea e que diferentes camadas de identidade podem afetar significativamente como as lésbicas experienciam e interagem com o espaço. Este enfoque permite uma compreensão mais complexa e nuancada das relações entre espaço e sexualidade (Valentine, 1993).

O trabalho de Gill Valentine tem implicações profundas para as Geografias Feministas e Lésbicas, ajudando na expansão dessa temática na ciência geográfica, pois a inclusão das experiências lésbicas amplia o escopo das Geografias Feministas, que tradicionalmente se concentrou mais nas experiências das mulheres cis heterossexuais. Valentine ajuda a integrar as questões lésbicas de maneira mais central no discurso geográfico, além de desafiar a norma dominante, uma vez que suas pesquisas desafiam as heteronormatividades e promovem uma maior compreensão das complexidades da sexualidade no espaço, o que contribui para um campo geográfico mais inclusivo e representativo atualmente, além de incentivar novas formas de pensar sobre o espaço, levando em conta as experiências diversas e muitas vezes marginalizadas das lésbicas. Seu trabalho promove uma visão mais inclusiva e diversa da Geografia.

Para além de uma simples fragmentação da ciência geográfica ou de um recorte de base identitária, as Geografias Lésbicas se destacam como um campo temático essencial para ampliar e diversificar as perspectivas da Geografia. Ao propor a análise das relações entre sujeitos e espaços a partir das experiências de mulheres lésbicas, este campo desafia as heranças hegemonicamente sexistas que historicamente moldaram a Geografia como ciência. Assim, as Geografias Lésbicas questionam as epistemologias androcêntricas e, aqui reforçamos, brancocêntricas, que limitaram a compreensão das dinâmicas espaciais, trazendo à tona as inter-relações entre sociedade e natureza por meio de olhares que abarcam as vivências dissidentes de gênero e sexualidade. Desse modo, o campo temático contribui para a transformação da Geografia em uma ciência mais inclusiva e comprometida com a compreensão de dinâmicas espaciais que abarquem tanto as dimensões físicas quanto as humanas.

Apesar do exposto acima, a Geografia enquanto campo científico tem se renovado e se interessado por estudos que envolvam sujeitos que destoam ao padrão imposto pela sociedade. Inaugurada pela Geografia Cultural de bases fenomenológicas, feministas e *queer*, a temática do corpo tem sido um elemento de interesse recente por parte da geografia brasileira. Geógrafas e geógrafos têm avançado cada vez mais em pesquisas que partem da relação corpo-espço, consolidando um campo de pesquisa e ações intituladas *geografias corporificadas* (Oliveira, 2019; Silva et al, 2019, 2023).

A subversão da Geografia acontece majoritariamente por uma parte de pesquisadores que têm fundamentado suas pesquisas em epistemologias feministas e a partir de análises corporificadas: Joseli Maria Silva propõe pensar corpo, corporeidade, as sexualidades ao pensar o espaço na análise geográfica. Coordenadora do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), grupo responsável pela criação da Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidade Ibero-Latina-Americana, atualmente o grupo detém um extenso acervo de livros dentre os quais destacam-se: - Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços; Geografias Feministas e das Sexualidades: encontros e diferenças; Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades; Interseccionalidades, Gênero e Sexualidades na Análise Espacial. O grupo também alimenta um banco de dados do Observatório da Geografia Brasileira que mapeia a produção de artigos em publicações científicas em um longo período e que já passou de 30 mil artigos mapeados.

Entende-se por Geografias Subversivas (Silva, 2009), os estudos dentro da Geografia comprometidos a questionar os métodos e metodologias científicas hegemônicas, caracterizado

por uma perspectiva branca, masculina e ocidental, de forma que possa fluir e visibilizar novas epistemologias de grupos excluídos e repudiados pela perspectiva da modernidade colonial (Silva, 2009). Assuntos como gênero, sexualidade e raça são postos de forma espacializadas a partir da corporeidade dos sujeitos, onde a intersecção corpo-espacó é utilizada no entrecruzamento das questões relativas ao corpo e à corporeidade como fundamentais no que se refere a compreender as espacialidades de sujeitos que apesar dos percalços que caracterizam suas trajetórias, não se deixam submeter.

As geografias do corpo nos propõem pensar em como a corporeidade é uma categoria importante que diz respeito ao nosso ser e estar no mundo, uma vez que ela é definidora das nossas relações socioespaciais. Anita Loureiro de Oliveira, juntamente com as pesquisas desenvolvidas pela COLETIVA – Grupo de Pesquisa em Geografia, Cultura, Existência e Cotidiano (do qual sou membra pesquisadora), tem contribuído para a consolidação de geografias das existências e corporificadas, a partir de uma orientação teórico-metodológica ancorada em epistemes comprometidas com a valorização de sujeitos corporificados e com a validação da subjetividade para a compreensão de suas ações, sendo fundamental que se faça por meio de um diálogo sensível e criativo com conhecimentos e saberes populares, ancestrais e do senso comum que surgem nesta geografia do cotidiano e que tensiona o campo geográfico dominante (Oliveira, 2012; 2019). Para a autora:

A proposta de pensar uma geografia existencial e corporificada pressupõe a valorização das diversas formas de existir e o reconhecimento de corpoespacialidades diversas e em movimento. Para alcançar essa corpoespacialidade plural buscamos uma geografia que explique seu sentido existencial e que possa estar aberta às questões de método propostas pelos estudos feministas ao sugerirem a valorização dos saberes situados, corporificados, parciais, localizados, críticos, que formam redes de conexões e articulam a política e a epistemologia, tal como nos inspira Haraway (1995) (Oliveira, 2019).

É indispensável mencionar o livro ‘Geografias Lésbicas: gênero, lugar e poder’ (*Lesbian Geographies: gender, place and power*) organizado por Kath Browne e Eduarda Ferreira, pois é uma obra que toca justamente na invisibilidade das experiências espaciais de mulheres lésbicas nos estudos geográficos, além de questionar as limitações epistemológicas que a Geografia sofre, por romper com a barreira do fazer científico tradicional, fornecendo alteridades a forma convencional de pensar o espaço e espacialidade dos sujeitos (Silva; Ornat, 2017).

Outro ponto desenvolvido pelas autoras é o questionamento do protagonismo masculino na Geografia das Sexualidades, apesar da consolidação desse campo no âmbito das ciências

geográficas, ainda é limitado os estudos sobre espacialidades de mulheres não heterossexuais e assumidamente lésbicas, sendo predominante a relação corpo-espaco de homens homossexuais. Por isso, se faz necessário demarcar o campo de estudos da “Geografias Lésbicas” para viabilizar produções científicas na ciência geográfica.

As Geografias Lésbicas (Browne; Ferreira, 2015) constituem uma vertente dos estudos geográficos que utilizamos para discorrer sobre as sexualidades postas espacialmente e cujos desdobramentos insurgem de corpos não heteronormativos e dissidentes. Entende-se por Geografias Lésbicas as temáticas que dizem respeito aos lugares onde vivem e de que modo vivem, trabalham e garantem suas práticas de lazer, as mulheres que se identificam como lésbicas, que reivindicam o termo ou que podem ser vistas como lésbicas, na intenção de investigar como essas pessoas se encontram em determinados lugares, se relacionam nos espaços públicos, têm acesso livre ou restrito às cidades e também como elas negociam os lugares onde não são bem-vindas; são sujeitas a abusos e opressões e onde elas se sentem inseguras ou vulneráveis (Browne; Ferreira, 2015).

As primeiras aparições dos estudos sobre lésbicas no contexto geográfico surgem com geógrafas anglófonas americanas na década de 1990, em resposta às geografias urbanas de sexualidades, que tinham como foco os homens gays, e se desenvolveram a partir delas. Já a Geografia das Sexualidades começou a se destacar no início da década de 1980 com explorações dos guetos gays nos Estados Unidos, na cidade de São Francisco. Pouco se fala da participação ativa de mulheres lésbicas nesse cenário, mostrando a invisibilidade no cerne dos estudos geográficos sobre sexualidade. Silva e Ornat (2017) trazem a seguinte interpretação do que vem a ser as Geografias Lésbicas, segundo o pensamento de Browne e Ferreira (2015):

As geografias lésbicas nascem, portanto, pela luta contra a invisibilidade das vivências lésbicas em ambos os campos epistemológicos, feminista e das sexualidades, no contexto de produção científica anglófona nos anos 1980. Assim, a perspectiva das geografias lésbicas se pauta desde o início pela interseção entre gênero e sexualidades, trazendo como preocupação a forma como estas interseções ocorrem na relação com diferentes espaços e tempos (Silva; Ornat, 2017).

De acordo com essas referências, as geografias lésbicas não são simples nem universais, mas o que une as discussões nesta área são as considerações sobre como as normatividades sexuais e de gênero continuam a marginalizar as lésbicas e as mulheres *queer*. Um ponto alto da perspectiva das autoras é maneira como entendem e classificam a termologia “lésbica”. Para elas, não existe definição única para tal termo, entretanto, reconhecem a necessidade de uso e a

apropriação, uma vez que o termo ilustra uma relação de poder específicas (Browne; Ferreira, 2015).

A categoria “Lésbica” é uma identidade, que pode ser historicamente lida de formas diferentes ao longo do tempo e dos espaços. A associação do termo à identidade sexual é algo recente, usado para categorizar pessoas e formar uma “comunidade”. Esta comunidade possui algumas maneiras de driblar as interdições espaciais que impedem ou não facilitam a sua existência de forma plena, pois “o lugar e o espaço estão ativamente criando gênero, corpos sexuados e sexualidades” (Browne, 2004). As autoras apontam que o local onde o sexo/gênero/sexualidade é “realizado” é importante, pois ele influencia o que acontece.

Ora, os espaços possuem “normas”, algumas impostas pela sociedade e se manifestam de forma simbólica. Em geral essas normas são ‘respeitadas’ e ‘cumpridas’, por exemplo: ainda não é comum que casais de lésbicas ou duas mulheres demonstrem afeto em público em qualquer lugar, pois os espaços são em sua maioria “naturalmente” heterossexual (Bell et al., 1994) Valentine (1996), aponta que quando essas “normas” são transgredidas – um casal de lésbicas se beija em um supermercado – as normas do espaço heterossexual são questionadas. Mas isso não é visto socialmente como algo natural, ou ainda, o casal pode ser submetido a ações desconfortáveis, que vão evidenciar estranhamento em suas ações, podendo, inclusive, ser alvo de ataques pessoais por um descuido numa demonstração de carinho, afeto ou amor.

Todas essas ações e reações variam espacialmente, recriando os lugares e as pessoas dentro dele, em outras palavras, o que acontece em um local não apenas refaz esse local, como também refaz as pessoas dentro dele, ou seja, as identidades, de certa forma, são constituídas em parte, por meio de onde estamos (Browne; Ferreira, 2015, p.9). Ao considerar o corpo como uma das possibilidades analíticas para compreender as dinâmicas socioespaciais em mulheres lésbicas é preciso considerar a concepção de espaço aberto e relacional da autora feminista Doreen Massey, pois a experiência espacial não é linear entre os sujeitos.

Massey (2008) concebe o espaço como um produto das inter-relações que se manifestam em diferentes escalas, do global ao local, e enfatiza sua condição de lócus da multiplicidade, onde distintas trajetórias coexistem. Nesse sentido, a presença e as experiências de mulheres lésbicas nos espaços cotidianos tensionam a normatividade espacial, evidenciando essa multiplicidade ao romperem com as lógicas hegemônicas de ocupação e circulação. A autora destaca que não há multiplicidade sem espaço, assim como não há espaço sem multiplicidade, e a vivência lésbica materializa essa indissociabilidade ao desafiar estruturas

que buscam homogeneizar e invisibilizar determinadas existências.

Diante da indissociabilidade entre espaço e multiplicidade, a noção de espaço proposta por Massey (2008) rompe com concepções fixas e homogêneas, ressaltando seu caráter dinâmico e relacional. O conceito se desenvolve a partir do pressuposto de que o espaço é aberto e continuamente constituído pelas interações que nele ocorrem. Para a autora, reconhecer essa abertura é essencial, pois permite compreender o espaço não como uma estrutura estática, mas como um processo em constante transformação. Suas proposições, portanto, emergem de uma perspectiva política e intencional, desafiando abordagens que negligenciam as diferenças, ignoram as dimensões relacionais das dinâmicas sociais e perpetuam a ideia de estruturas rígidas e imutáveis, resultando em fechamentos ao invés de possibilidades de reconfiguração.

Para a autora, o espaço não segue uma correlação coerente, pois ele não é fechado, ou seja, nem tudo já está relacionado com tudo. Assim, comprehende-se que, para Massey (2004), o espaço é dinâmico, e esse dinamismo se estabelece através das multiplicidades de trajetórias existentes em concomitância a ele. Assim, é preciso considerar que as espacialidades são construídas e reconstruídas; estruturadas e reestruturadas continuamente, variando a partir dos marcadores de diferenças que cerceiam os sujeitos.

Massey (2004) propõe o conceito de *geometria do poder* para demonstrar como diferentes grupos sociais têm mobilidades desiguais e vivenciam o espaço de forma diferenciada, dependendo de sua posição na estrutura social. Esse conceito pode ser mobilizado para analisar como a lesbianidade, enquanto marcador de identidade sexual, interage com outras categorias – como raça, classe e deficiência – na configuração do espaço vivido. A lesbianidade é um marcador de identidade sexual, mas como aponta Browne e Ferreira (2015) é preciso atentar-se a algumas considerações em relação ao uso do termo.

Em primeiro lugar as homo/normatividades homogêneas que o termo oferece, “gay”, “lésbica” acabam por se tornarem nomenclaturas que não considerando as dicotomias de gênero, criam estereótipos e passam a serem vistos e identificados a partir de padrões tão perigosos quanto os padrões heteronormativos. Em segundo, apesar do exposto anteriormente, o termo lésbica continua a ser uma forma importante como um identificador social que faz com que pessoas que se identificam como tal, continuem a se reunir coletivamente para superar a tensão gerada pelos dispositivos da heterossexualidade (Foucault, 2015), portanto, esse rótulo também merece respeito e atenção acadêmica. Em terceiro lugar, reconhecendo que lésbica não é uma categoria coerente ou homogênea, e que a rotulação é fluida no espaço e no tempo, as

geografias lésbicas têm o potencial de contestar ainda mais a própria natureza da geografia e como fazemos geografia (Browne; Ferreira, p. 13, 2015).

Além da Geografia, outros campos científicos utilizam-se das Geografias Lésbicas. Natália Borges Polessso, escritora, pesquisadora e tradutora brasileira, literária lésbica, autora do livro Amora (2015) no qual contém o conto “Vó, a senhora é lésbica?” propõe em seus textos literários, abordar espacialidades de mulheres lésbicas como recurso auto reflexivo. Segundo a autora:

Sobretudo, as geografias lésbicas dizem respeito às possibilidades de encontrar, ressignificar e criar espaços onde o trânsito das lésbicas e/ou mulheres *queer* seja possível. As geografias de lésbicas fornecem uma crítica importante das interseções do patriarcado, dos sexos, da homofobia e do heterossexismo, bem como a garantia de que as lésbicas e as espacialidades femininas *queer* tornem-se visíveis. (Polessso, 2018, p. 7).

Em um artigo intitulado “Geografias lésbicas: literatura e gênero” publicado no dossiê sáfico da revista Criação & Crítica - n.20 de 2018, a autora utiliza-se das Geografias Lésbicas para cartografar e quantificar a produção literária de mulheres lésbicas no Brasil. Além dessa metodologia a autora utiliza-se também das geo-grafias, para produzir politicamente suas geografias lésbicas, onde produções literárias vão servir de subsídios para analisar espacialidades de mulheres lésbicas:

É a partir das personagens e dos narradores que o leitor depreende a construção das espacialidades, das paisagens, das experiências de espacialidade e, finalmente, a ideia de horizonte contida em narrativa. O terceiro elemento, o leitor, nos desobriga da ingenuidade de crer que uma obra não tem impacto diferente dependendo de quem a lê. Portanto, o trabalho, também é uma perspectiva, um conjunto de fatores que combinados procura entender as espacialidades como possibilidade de construções que variam no tempo em função do espaço. Toda e qualquer construção literária é humana e intelectual, e é a experiência enquanto relação do sujeito com o mundo e da significação com a realidade que nos permite observar e descrever os fenômenos, assim, o modo como são descritos se torna substrato empírico para o trabalho. Experiências narrativas que se projetam de um ponto de vista lésbico, como elemento da sua própria construção narrativa, estabelecem construções que engrandece sobremaneira o repertório de espacialidades e paisagens na literatura, além de abrirem espaço para outros horizontes narrativos e de pesquisa (Polessso, 2018, p. 11).

As geo-grafias podem ser compreendidas como produções literárias e/ou artísticas que, ao se distanciarem das formas tradicionais de representação espacial adotadas pela Geografia, oferecem subsídios valiosos para a compreensão da realidade e dos fenômenos geográficos. Ainda que concebidas sob o viés da ficção, essas construções partem de um arcabouço espacial que constitui a subjetividade do autor ou autora, o que confere aos textos literários uma

densidade geográfica capaz de revelar elementos significativos sobre grupos sociais, condições de vida, paisagens, lugares e momentos históricos.

Através da palavra escrita, o espaço é recriado, tensionado e reconfigurado, possibilitando leituras sensíveis das territorialidades. Essa perspectiva metodológica de investigação das espacialidades por meio de textos literários foi sistematizada no projeto *Geografias* de Geny Ferreira Guimarães, que propõe a literatura como instrumento de leitura do espaço vivido e como expressão de experiências territoriais marcadas por desigualdades, afetos e resistências.

Ao considerar a literatura como campo legítimo de produção de conhecimento geográfico, essa abordagem amplia as fronteiras epistemológicas da Geografia e reafirma o valor das narrativas subjetivas na construção de interpretações críticas e plurais sobre o espaço. Segundo Geny Guimarães:

(...) na produção literária é possível encontrar descrições de lugares e relações geográficas que se travam nestes que nem sempre são encontrados em algumas pesquisas específicas, principalmente quando se trata de momentos históricos, lugares e pessoas que são vistos de forma marginalizada na sociedade. São informações do texto literário de grande valia para a Geografia e que seu estudo pode ser ampliado nesta área específica do conhecimento e discutido de forma espacial e/ou territorial. É o caso da Literatura Negra brasileira e a Literatura Negra africana, uma vez que ambas podem, perfeitamente, fazer parte das aulas de Geografia com vários objetivos a serem alcançados (Guimarães, 2012).

A exemplo disso, a obra de Conceição Evaristo destaca-se, uma vez que a escritora, nascida em Belo Horizonte em 1946, é reconhecida por sua contribuição à literatura negro-brasileira contemporânea, desenvolveu o conceito de *escrevivência*, que une "escrever" e "vivência", para descrever uma escrita que emerge das experiências cotidianas de mulheres negras, entrelaçando memória, ancestralidade e resistência. Ela afirma que sua escrevivência é "contaminada pela nossa condição de mulher negra na sociedade brasileira", refletindo uma escrita comprometida com a realidade e o cotidiano, uma opção metodológica que venho também afirmando desde a graduação (Rodrigues, 2022).

Assim como a produção literária é capaz de descrever lugares, momentos históricos e pessoas de forma detalhada, revelando aspectos geográficos que escapam às pesquisas convencionais, as Geografias Lésbicas, dentro e fora da ciência geográfica, se beneficiam de outras formas de narrativa, como a literatura, para abordar experiências espaciais marcadas pela dissidência de gênero e sexualidade. No campo literário, histórias e vivências de mulheres

lésbicas revelam como seus corpos e trajetórias se relacionam com os espaços de maneira singular, questionando normas espaciais e sociais.

Por exemplo, no trabalho monográfico *Geo-grafias e Narrativas de Mulheres Negras: a escrevivência de Conceição Evaristo*, a leitura do conto “Isaltina Campo Belo” suscitou uma identificação quase imediata — não a partir da violência explicitada no enredo, mas pela complexidade subjetiva inicialmente construída: a experiência de habitar um corpo que sente, em sua interioridade, as angústias provocadas por não corresponder às normatividades impostas pelas convenções sociais de gênero e sexualidade.

Essa dimensão sensível da narrativa de Conceição Evaristo, se revelou potente para a análise das espacialidades lésbicas, na medida em que a literatura produzida pela autora, ancorada no conceito de *escrevivência*, oferece uma via legítima para compreender como se articulam os marcadores de raça, gênero, classe e sexualidade na constituição dos sujeitos e de seus territórios afetivos.

Ainda que a narrativa se apresente como ficcional, ela carrega marcas de uma experiência coletiva que inscreve no texto uma verdade social — o que permite à Geografia, por meio da abordagem das geo-grafias, analisar criticamente os modos como as mulheres negras lésbicas são subjetivadas e territorializadas em espaços marcados por múltiplas camadas de opressão.

Dessa forma, a produção literária torna-se também um documento geográfico de resistência e denúncia (Guimarães, 2015), possibilitando a elaboração de leituras espaciais a partir da escuta sensível das narrativas do corpo e da memória. Essas narrativas ampliam as discussões geográficas ao trazer à tona questões de pertencimento, exclusão, resistência e ressignificação de territórios. Fora da ciência geográfica, as Geografias Lésbicas também desempenham um papel político e pedagógico, promovendo reflexões sobre como os espaços são organizados e vividos por sujeitos dissidentes, oferecendo ferramentas para compreender e transformar as relações sociais e espaciais.

Kath Browne e Gill Valentine contribuíram de forma significativa na consolidação das Geografias Lésbicas, apesar da sexualidade ser tema geográfico há muitos anos, o enfoque em mulheres não heterossexuais ainda carece de mais atenção, principalmente na geografia brasileira que sofre com a deslegitimização acerca dessa temática. O espaço ocupado e produzido por mulheres lésbicas é permeado por desafios de contrariar as normas espaciais vinculadas à heterossexualidade, proporcionando em suas ações, ou pelo simples ato de existir e ocupar

determinado espaço, um rompimento heteronormativo da paisagem através de seus corpos.

2.3.Lesbofobia e Lesbocídio no Brasil

O Brasil possui uma relação complexa e multifacetada com a população LGBTQIAPN+ no geral. Embora tenha avançado significativamente em termos de direitos e reconhecimento legal, a sociedade brasileira ainda enfrenta desafios consideráveis relacionados à aceitação e à proteção das pessoas que destoam a normatividade de gênero e sexualidade. Nos últimos anos, o Brasil implementou uma série de políticas e decisões judiciais que visam promover a igualdade e proteger os direitos da população LGBTQIA+, como por exemplo o reconhecimento do país ao direito das pessoas trans de alterarem o nome e gênero em documentos oficiais sem a necessidade de cirurgia ou decisão judicial.

Outro exemplo notável inclui a legalização do casamento entre pessoas do mesmo gênero pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2011, e a criminalização da homofobia e da transfobia, equiparando-as ao crime de ódio e racismo, em 2019. Entretanto, recentemente a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou o projeto que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

O projeto em questão, formulado pelo deputado denominado Pastor Eurico, proposto como PL 580/07, apresentava no parecer do texto do projeto estabelece que nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento, à união estável e à entidade familiar (Agencia Brasil, 2023). A existência de um projeto dessa magnitude mesmo após a conquista do direito anos antes, evidencia um retrocesso e ataque contra as pessoas que se relacionam com pessoas do mesmo gênero, direito esse conquistado ao longo de décadas de luta por uma comunidade que se articula globalmente, na busca de igualdade contratual, para que parte da população LGBTQIAPN+ dispor do mesmo mecanismo legal e jurídico que a parcela da população heterossexual já possuía nas questões patrimoniais.

Além dos ataques sofridos de formas institucionais, legais e políticas, a vivência cotidiana para muitas pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil é marcada por discriminação, violência e exclusão social. O país tem um dos índices mais altos de crimes de ódio contra essa população, e a falta de políticas públicas efetivas e abrangentes muitas vezes resultam em marginalização e vulnerabilidade dessa comunidade.

Organizações não governamentais e ativistas LGBTQIA+ têm um papel muito importante na luta por direitos e na busca por mais aceitação e respeito. Eles se dedicam a educar a sociedade, oferecer apoio e recursos para quem precisa e pressionar por mudanças nas leis e políticas que tornem o mundo um lugar mais seguro e acolhedor para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Enquanto o Brasil demonstra progressos importantes no âmbito legal, o desafio contínuo é traduzir esses avanços em uma aceitação e proteção reais para a população LGBTQIA+ em todas as esferas da sociedade, principalmente no que se refere ao acesso a trabalho formal, respeito às identidades de gênero, direito à cidade e o direito à vida propriamente dita, visto que muitas pessoas são assassinadas só por existirem.

Dados apontam que a violência contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil é alarmante. Em 2022, foram registradas 273 mortes de pessoas LGBTQIA+, com a maioria das vítimas sendo travestis e mulheres trans (Brasil, 2023). O Brasil continua sendo um dos países mais perigosos para essa população. No que se refere a mulheres lésbicas, de acordo com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, nos primeiros oito meses de 2023, foram registrados mais de 5.000 casos de violações de direitos contra lésbicas, incluindo violência física, psicológica e sexual.

Neste contexto, este subcapítulo é essencial para compreender o que é lesbofobia e lesbocídio, já que esses termos, apesar de serem usados com frequência, muitas vezes são mal interpretados ou reduzidos ao conceito mais amplo de homofobia. Embora a homofobia abranja discriminações e violências contra pessoas LGBTQIA+ de forma geral, ela não contempla as especificidades das experiências vividas por mulheres lésbicas. A lesbofobia, por exemplo, vai além da rejeição ou violência por orientação sexual; ela está intimamente ligada ao machismo e à misoginia, pois mulheres lésbicas são duplamente marginalizadas: por serem mulheres e por se desviarem das expectativas heteronormativas (Borillo, 2010).

A homofobia é um termo utilizado para descrever uma série de atitudes negativas, preconceitos e discriminações direcionadas às pessoas que são, ou são percebidas como sendo, homossexuais. A homofobia pode se manifestar de diversas formas, incluindo agressões verbais, físicas, exclusão social e discriminação institucional e até mesmo no meio virtual. De acordo com Borillo (2010), "a homofobia refere-se a uma hostilidade sistemática, marcada por violência, desprezo e preconceito contra pessoas homossexuais, bissexuais e transexuais" (p.

29). Esse conceito é essencial para compreender como a sociedade muitas vezes marginaliza indivíduos com orientações sexuais não-heteronormativas.

No livro *Homofobia: História e Crítica de um Preconceito*, Borrilo (2010) propõe que a homofobia não é apenas uma hostilidade direcionada à orientação sexual, mas um fenômeno intrinsecamente vinculado ao machismo e à misoginia. “O objeto da rejeição não é o homossexual enquanto indivíduo, mas a homossexualidade como fenômeno psicológico e social” (p. 22) – sugere que a homofobia (e, por extensão, a lesbofobia) não se limita a uma aversão pessoal ou individualizada a pessoas homossexuais, mas sim a um mecanismo estrutural que rejeita a própria existência da homossexualidade enquanto possibilidade legítima de vida.

A homofobia não apenas afeta negativamente a vida dos indivíduos LGBTQIA+, mas também perpetua um ambiente de desigualdade e injustiça social. A discriminação pode ocorrer em diversas esferas, como no trabalho, na família, na escola e em espaços públicos. Quando o indivíduo em questão é mulher lésbica, o termo lesbofobia se faz necessário, visto que ele é específico para essa parcela da população.

A Rede Nacional de Lésbicas (RNL), um coletivo formado por ativistas e pesquisadoras comprometidas com a defesa dos direitos das mulheres lésbicas no Brasil. Sua atuação se dá tanto no campo da militância quanto na produção de conhecimento acadêmico e político sobre a realidade das lésbicas no país, articulando redes de apoio, incidência política e estratégias de enfrentamento às múltiplas formas de violência que afetam essa população.

Entre suas principais iniciativas, destaca-se a produção do *Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil*, um documento que sistematiza dados sobre assassinatos de lésbicas no país, evidenciando as formas extremas de violência de gênero e sexualidade que atravessam essas mortes. O levantamento realizado pelo coletivo busca não apenas quantificar os casos de lesbocídio, mas também analisar as dinâmicas dessas violências, incluindo os contextos nos quais ocorrem e os perfis das vítimas, contribuindo para o reconhecimento do lesbocídio como um fenômeno social e político que demanda políticas públicas específicas.

Segundo o Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil, “a lesbofobia é um fenômeno social que se caracteriza pelo ódio, aversão e discriminação contra mulheres que se relacionam afetivamente ou sexualmente com outras mulheres” (Peres; Soares; Dias, 2018, p. 10). Esse conceito é essencial para entender a dupla opressão enfrentada pelas mulheres lésbicas, que sofrem tanto por sua orientação sexual quanto por seu gênero.

Lesbofobia é uma forma específica de preconceito e discriminação direcionada contra mulheres lésbicas. Este tipo de violência não apenas combina elementos de homofobia, mas também de misoginia, uma vez que as mulheres lésbicas são alvo tanto por sua orientação sexual quanto por seu gênero. “A lesbofobia pode se manifestar de diversas formas, incluindo agressões físicas e verbais, exclusão social, discriminação no ambiente de trabalho e institucional, além de violência sexual” (Peres; Soares; Dias, 2018).

O dossiê destaca ainda que a lesbofobia se manifesta de maneiras específicas, tais como a invisibilidade das relações lésbicas e a hipersexualização das mulheres lésbicas. Além disso, a lesbofobia institucional perpetua a marginalização dessas mulheres através de políticas e práticas que as deixam em desvantagens sistematicamente. "A violência lesbofóbica, portanto, é uma expressão de poder patriarcal e heteronormativo que visa controlar e punir mulheres que desafiam as normas de gênero e sexualidade" ((Peres; Soares; Dias, 2018, p. 15). Assim, para reiterar, quem sobre lesbofobia são mulheres lésbicas, que são:

A condição lésbica pode ser entendida como um conjunto complexo de implicações sociais que giram em torno da figura da lésbica, ou seja, conceitos positivos e preconceitos que compõem uma noção do que é ser lésbica em determinada sociedade. Assim, a condição lésbica no Brasil engloba todas as formas de representação, representatividade e construção de estereótipos do que é ser lésbica na sociedade brasileira, independente desta ser uma noção positiva ou não. (Peres; Soares; Dias, 2018, p. 19).

Quando a lesbofobia ocorre de forma intensa e violenta, resultando no assassinato de mulheres lésbicas, o termo que usamos para denominar é o lesbocídio, visto que feminicídio embora diga respeito à morte de mulheres, não dá conta das particularidades que envolvem o lesbocídio, portanto, embora haja semelhança gramatical, trata-se de significados diferentes. Podemos definir o lesbocídio como:

O lesbocídio, diferente do feminicídio, não é um ato que possui tão recorrentemente características domésticas e familiares, como poderá ser constatado por meio dos dados apresentados ao longo deste trabalho. São hegemonicamente tentativas de extermínio, catalogadas como crimes de ódio e motivadas por preconceito. São ações que demonstram a inabilidade de alguns segmentos da população de aceitarem as lésbicas e as respeitarem como pessoas em igualdade de direitos e deveres constitucionais. (Peres; Soares; Dias, 2018, p. 20).

Dessa forma, o lesbocídio – o assassinato de mulheres lésbicas por sua orientação sexual – carrega uma particularidade que o diferencia de outras formas de violência motivadas pela homofobia. Ele é marcado por uma violência que frequentemente tenta reafirmar o controle

masculino sobre os corpos e as escolhas das mulheres. Como vimos, a condição lésbica diz respeito a relações sexuais e afetivas entre mulheres, apesar desse fator, o lesbocídio não parte do contingente de violência doméstica, visto que ele é acometido no Brasil, principalmente por homens, isso evidencia que ao contrário do feminicídio, onde a vítima possui vínculo conjugal com o assassino, o lesbocídio não parte desse pressuposto, por isso se faz necessário o uso corretamente da terminologia.

Além disso, as motivações são distintas nos dois casos, apesar de ambos os tipos de assassinatos serem decorrentes da misoginia e dominação masculina, o lesbocídio ocorre quando o assassino em questão está insatisfeito com a existência de determinada lésbica, ou ainda, da categoria como um todo, ou seja, mulheres com as quais ele não possui necessariamente vínculos familiares, conjugais ou domésticos. (Peres; Soares; Dias, 2018, p. 20)

O combate ao lesbocídio se mostra uma pauta muito importante no que se refere à violência contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil, as autoras apontam alguns argumentos e estratégias usadas pela comunidade na reivindicação de seus direitos:

1. O número de mortes evitáveis decorrentes de crimes de ódio lesbocídio no Brasil está crescendo vertiginosamente a cada ano; 2. As lésbicas possuem os mesmos direitos e deveres que as demais cidadãs e cidadãos da nação, portanto, deve ser garantido para elas o direito a uma vida digna, um direito fundamental; 3. O combate à cultura do machismo, da misoginia e da lesbofobia é uma forma de enfrentamento de preconceitos e de transformação da sociedade em busca de uma concepção mais inclusiva de justiça. 4. A questão da orientação sexual das mulheres assassinadas no Brasil não consta como um dado fundamental na maioria dos estudos atuais do feminicídio, o que demonstra uma falta de dados sobre lesbofobia e um aspecto da lesbofobia institucional e da invisibilidade lésbica. (Peres; Soares; Dias, 2018, 2018, p. 21).

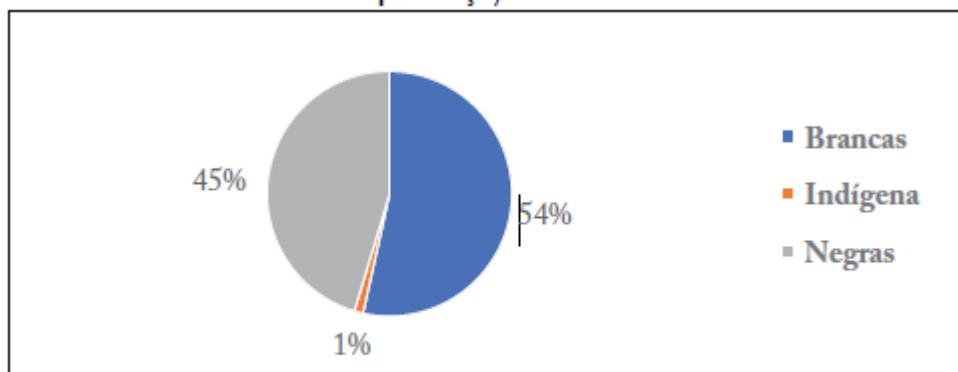
O *Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil* (2018), elaborado pela RNL, fornece uma análise detalhada sobre a violência cometida contra mulheres lésbicas no Brasil. Os dados apresentados revelam a gravidade e a extensão desse problema, destacando as diversas formas de discriminação e violência que essas mulheres enfrentam. Analisando os dados de 2017, apontam o perfil das vítimas, evidenciando que há predominância de mulheres jovens e de baixa renda, o que sugere como a vulnerabilidade socioeconômica aumenta o risco de violência

De acordo com o dossiê, em 2017, foram registrados 54 assassinatos de mulheres lésbicas, um aumento significativo em relação aos anos anteriores. Além disso, 57% dos casos

envolveram vítimas com até 24 anos de idade, e 65% ocorreram no interior do país. Outro dado alarmante é que 83% dos agressores identificados eram do sexo masculino.

Ainda analisando o dossiê, os dados apresentados sobre raça/etnia nos casos de lesbocídio revelam que, de forma geral, lésbicas brancas são registradas como as principais vítimas em relação às lésbicas negras, indígenas e mestiças. No entanto, essa diferença quantitativa apresenta um cenário conflituoso quando comparada aos dados gerais de mortalidade da população negra e indígena no Brasil. De acordo com o IBGE (2014), a população brasileira é majoritariamente composta por pessoas negras (54%), e, segundo a BBC (2017), a cada 23 minutos uma pessoa jovem e negra é assassinada no país. Além disso, dados do CIMI (2014) apontam que 138 pessoas indígenas foram assassinadas em 2014, evidenciando que esses grupos enfrentam índices alarmantes de violência.

Figura 1- índice em porcentagem de lésbicas assassinadas por raça/etnia (2014-2017).



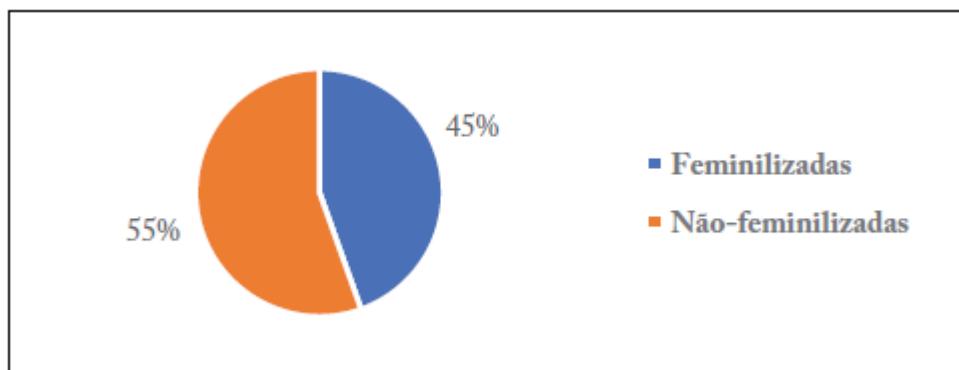
Fonte: *Lesbocídio – As histórias que ninguém conta*

A discrepância nos dados sobre lesbocídio sugere que o racismo estrutural, aliado ao caráter seletivo das narrativas midiáticas, influencia diretamente quais casos são noticiados e registrados. Lésbicas negras, por exemplo, podem ser menos visibilizadas nessas estatísticas devido à interseccionalidade de opressões que enfrentam, como racismo, misoginia e lesbofobia, o que pode levar à subnotificação de suas mortes como lesbocídio. Assim, é necessário evidenciar que esses números, apesar de impactantes, não refletem completamente a realidade, uma vez que nem sempre se quantifica adequadamente o número de lésbicas negras vitimadas por violência extrema no Brasil.

Os dados disponíveis sobre lesbocídio indicam que o número de assassinatos de lésbicas não-feminilizadas é maior do que o de lésbicas feminilizadas. Esse dado reflete um padrão de violência que está profundamente ligado às normas de gênero impostas pela sociedade.

Mulheres lésbicas não-feminilizadas, muitas vezes percebidas como transgressoras das expectativas de feminilidade hegemônica, acabam sendo alvos de um ódio específico que combina lesbofobia com a rejeição a corpos e performances que desafiam os padrões heteronormativos e cis normativos de gênero.

Figura 2 - índice em porcentagem de lésbicas assassinadas por: feminilizadas e não-feminilizadas.



Fonte: Lesbocídio – A história que ninguém conta

É importante salientar que o uso do termo "não-feminilizada" é controverso, pois parte do pressuposto de que há uma feminilidade padrão contra a qual se pode medir as outras. A pesar de haver, é importante destacar que as feminilidades são múltiplas e plurais, e não devem ser reduzidas a um único modelo. Mulheres lésbicas, independentemente de como expressam sua feminilidade ou a ausência dela, enfrentam dinâmicas complexas de violência que têm como base tanto sua orientação sexual quanto suas expressões de gênero.

Essa pluralidade de feminilidades torna evidente a necessidade de aprofundar a análise sobre como os padrões de violência se manifestam de forma diferente, dependendo das formas de expressão de gênero. Ao mesmo tempo, reforça-se a importância de evitar categorizações simplistas que possam invisibilizar e padronizar a diversidade das vivências de mulheres lésbicas.

2.4. Lésbicas, corpo e espaço: Cotidianos

Começo esse debate com a lembrança de um infeliz fato ocorrido em dezembro de 2016 no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) no Rio de Janeiro (RJ), com um casal de mulheres que frequentava o local e foi vítima de lesbofobia por um homem que era namorado de uma funcionária do CCBB. Uma das vítimas que se identifica como “Eri Eri” relatou em sua rede social que estava com a namorada na exposição de Mondrian que acontecia no salão central do espaço em questão, e, segundo uma das vítimas, o homem escreveu “meu pau” em um quadro destinado a interações do público na exposição. Em seguida, a mesma apagou na intenção de evitar que crianças do local visualizassem as palavras escritas. Num segundo momento, o homem ainda não satisfeito em expor seus insultos, desta vez escreveu “fora lésbicas” (fig. 3) no quadro interativo³.

Figura 3 - Quadro interativo – CCBB-RJ.



Fonte: Exame.com

O homem não foi exposto ou identificado, mas em nota, o CCBB informou que era namorado de uma das funcionárias e que não possuía vínculo com a instituição. Entretanto, no dia do ocorrido, a funcionária estava presente e não interveio na ação do homem, pelo contrário,

³ Disponível em: <https://exame.com/brasil/casal-de-lesbicas-denuncia-homofobia-no-ccbb-rio/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

quando acionada pelas vítimas, a mesma riu e declarou não poder fazer nada. Ainda em seu relato, a vítima diz: "O tempo inteiro que escrevia a reclamação ele ficou a menos de um metro de mim rasgando os papéis da caixa. Todos presenciaram a cena e nada fizeram mesmo quando pedimos alguma intervenção" (CCBB RJ, 2017, s/p.). Como medida em uma publicação na página do CCBB no Facebook, o centro cultural informou que fez o registro da ocorrência na delegacia por discriminação.

O caso teve repercussão no meio virtual e, de forma organizada, a comunidade LGBTQIA+ se articulou a fim de promover uma manifestação pacífica no salão central do CCBB-RJ. A Akemi Nitahara, repórter da Agência Brasil (2017), relata que o ato chamado de "Lesbianizar o CCBB" foi inicialmente idealizado pelo Grupo de Estudos Cênicos da Uerj, que definiu o protesto como um "evento-coletivo-manada inclusivo" para "ocuparmos o hall do CCBB com nossos corpos, porque foi exatamente assim que surgiu o caso de lesbofobia, apenas com a presença das duas pessoas no espaço". ([s.n.], 2017).

Recentemente houve mais um caso parecido com esse, dessa vez no Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR), outro espaço que funciona como centralidade às manifestações culturais e diversidades sexuais na zona portuária do Rio de Janeiro (RJ), a funcionária chef Isabela Duarte, foi agredida física e verbalmente por uma mulher identificada como Juliana de Almeida Cezar Machado no restaurante do Museu do Amanhã.

Segundo informações do G1, ao contrário do primeiro caso, nessa situação em específica temos uma agressora mulher, branca, moradora da Zona Sul do Rio de Janeiro e de uma classe social favorecida economicamente. A vítima Isabela Duarte relatou ao G1: "Ela atingiu o meu lábio. Me bateu no rosto. Ela me arranhou no braço, na mão. E aí eu me afastei um pouco da situação para não me exaltar mais. Depois a polícia chegou, ela continuou cometendo crimes homofóbicos" (G1, 2023).

O motivo, não se sabe ao certo, e não é relevante para justificar as agressões físicas e ofensas lesbofóbicas à vítima em questão. Atos de intolerância e violência contra pessoas que destoam da heteronormatividade sexual tem ocupado um lugar constante nos jornais e nas redes sociais, o preconceito e a discriminação contra mulheres que se relacionam com mulheres (de forma exclusiva ou não) tem sido cada dia mais explícito, evidenciando uma problemática social que por muito tempo se comportou de forma velada: a lesbofobia.

Em linhas gerais, a lesbofobia pode ser definida como a repulsa ou preconceito contra a homossexualidade feminina ou contra mulheres homossexuais. É o significado que aparece

quando se faz uma pesquisa rápida sobre a temática na internet, mas seus desdobramentos estão além dessa simples definição, visto que não é apenas sobre preconceito. Conforme Borrillo (2009, p. 22-23), “a lesbofobia consiste em uma especificidade no cerne de outra: a lésbica sofre pelo fato de ser mulher e pelo de ser homossexual. Diferentemente do homem gay, ela acumula discriminações contra o gênero e contra a sexualidade”.

Há lesbofobia explícita nos dois casos relatados acima, assim como estes, muitos outros episódios de violência contra mulheres lésbicas ocorrem no Rio de Janeiro, seja em espaços públicos ou privados. O primeiro caso relatado contou com uma contraversão à experiência lesbofóbica vivenciada pelas vítimas: foi realizado um beijaço no espaço central do salão principal do CCBB, onde lésbicas e outros membros da comunidade LGBTQIA+ se reuniram na intenção de ocupar e reformular a ocupação daquele espaço afirmando suas presenças em lugares nos quais ocorrem interdições às suas existências.

Esse movimento se manifestou como forma de protesto e reexistência lésbica, que geralmente é um grupo frequente no espaço em questão, seja atraído pelo conteúdo artístico e cultural que o espaço oferece, ou pela centralidade do espaço em relação à própria cidade do Rio de Janeiro (RJ). No primeiro caso, o “beijaço” foi a contra-ação à violência sofrida pelas vítimas; no segundo caso, houve uma ação em frente ao Museu de Arte do Rio, onde manifestantes se organizaram de forma pacífica, em solidariedade à vítima e a todas as mulheres lésbicas que têm de lidar com opressões cotidianas. O que chamamos de contra-ação, em verdade é a ação social que nos termos de Ana Clara Torres Ribeiro permite que utilizemos a cartografia da ação para localizar o sujeito corporificado que insiste em existir mesmo quando se espera o seu silenciamento ou o seu apagamento (Ribeiro, 2001).

O ato de protesto contra a lesbofobia foi convocado pela Revista Brejeiras, publicação independente e movimento cooperativo formado por mulheres lésbicas feministas, e foi aderido por outros movimentos após uma chamada coletiva nas redes sociais. A ação articulada por essas mulheres pode ser compreendida enquanto uma ação social, como propõe a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro, para a autora:

É a partir da ação (protestos, reivindicações e lutas) contextualizada que sujeitos sociais vivenciam a sociabilidade que permite a sobrevivência e, conseguem defender valores culturais recusados pela modernidade tardia. Observa-se que, com a crise societária, segmentos e grupos sociais tomam “para si” a responsabilidade por traçar o seu futuro, o que modifica a sua leitura dos recursos territorializados. A cidade, como território alienado e alienante, tem sido desvendada por sujeitos sociais que interrompem vias, ocupam pedágios e impedem a circulação urbana. Este é apenas um sintoma de processos, muito mais amplos, que denunciam o esgotamento

das formas dominantes de construção das relações sociedade-espacó. (Ribeiro, 2009, p. 151).

Como propõe a autora, protesto, reivindicações e lutas em diferentes contextos, se configuram enquanto formas de ação social com as quais os sujeitos reivindicam direitos e justiça em comum em um tecido social esgarçado pela crise societária. Tanto o “beijaço” no CCBB-RJ, quanto o ato realizado após o caso de lesbofobia que ocorreu no MAR-RJ, foram formas de ação direcionadas e assertivas na luta contra a discriminação e violência sofrida por mulheres lésbicas e revelam o sentido da ação coletiva que se opõe às intolerâncias do cotidiano revelada em tentativas de interdição espacial a grupos específicos e ações que revelam a potência de afirmação da presença de existências negadas.

Na ação realizada no MAR-RJ, foram produzidos cartazes com frases de afirmação. O ato incluiu discursos e exibição de faixas com dizeres como “Somos mulheres lésbicas na luta” e “Acolhe tua filha sapatão”, relatou a jornalista Camila Marins, uma das organizadoras:

Lesbofobia é o ódio contra as mulheres lésbicas. A gente entende que a lesbofobia é da sociedade, mas também do poder público, que não formula políticas públicas específicas para as lésbicas. Há um apagamento das mulheres lésbicas na construção e qualificação das políticas públicas (Marins, 2023, s/p.).⁴

As mulheres lésbicas passam por diversos tipos de atravessamentos que não ocorrem com mulheres heterossexuais. Por exemplo, o simples ato de ir ao médico ginecologista, realizar uma consulta ou exame, pode colocá-las em situações constrangedoras, pois os profissionais de saúde quase sempre não estão preparados para lidar com perspectivas sexuais não heterossexuais, o que faz com que esse público não procure tratamento adequado quando necessário.

De acordo com o I LesboCenso⁵ Nacional, realizado pela Liga Brasileira de Lésbicas e pela Associação Lésbica Feminista de Brasília – Coturno de Vênus, publicado em 2022, 24,98% das mulheres lésbicas se sentiram discriminadas e/ou violentadas em um atendimento ginecológico por conta de sua orientação sexual. Esse fator acaba por resultar na precariedade da saúde ginecológica das mulheres lésbicas, uma vez que não recebem um atendimento

⁴ Sapatão PRETA, jornalista, fundadora da **Revista BREJEIRAS**, FEMINISTA e ativista LGBTQIA+.

⁵ LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS; ASSOCIAÇÃO LÉSBICA FEMINISTA DE BRASÍLIA – COTURNO DE VÊNUS. *I LesboCenso Nacional: Mapeamento de Vivências Lésbicas no Brasil – Relatório Descritivo 1ª Etapa (2021-2022)*. Curitiba; Brasília: LBL; Coturno de Vênus, 2022. Disponível em: <https://lesbocenso.com.br/relatorio-primeira-etapa>. Acesso em: 15 abr. 2024.

adequado às suas condições sexuais.

Os dados citados evidenciam a necessidade de políticas públicas que reconheçam e enfrentem as especificidades da saúde de mulheres lésbicas, rompendo com os modelos heterocentrados que ainda predominam nos serviços médicos. Ao negligenciar os atravessamentos de gênero e sexualidade no cuidado ginecológico, perpetuam-se barreiras estruturais que afastam essas mulheres do direito ao cuidado integral e respeitoso. Nesse sentido, pensar a saúde como um território também significa identificar seus regimes de exclusão, mas igualmente seus potenciais de transformação a partir de práticas mais inclusivas e comprometidas com a diversidade sexual.

Embora essa realidade não se manifeste, em muitos casos, de forma explícita como na intervenção lésbofobia ocorrida no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), no Rio de Janeiro, ela é igualmente ofensiva e excludente. A sutileza das violências institucionais e simbólicas que operam nos atendimentos de saúde, ao deslegitimarem as vivências lésbicas, reforçam um regime de silenciamento que nega a essas mulheres o direito ao cuidado, à escuta e à existência digna. Reconhecer essas formas de exclusão é fundamental para a construção de espaços sociais e institucionais verdadeiramente democráticos e inclusivos.

As violências simbólicas e institucionais que mulheres lésbicas enfrentam — como a negligência no atendimento à saúde, o silenciamento de suas experiências nos espaços públicos e culturais, e a invisibilização de suas identidades — produzem efeitos profundos e contínuos em seu cotidiano. Essas formas de exclusão não são apenas pontuais; elas estruturam práticas sociais, relações interpessoais e acessos a direitos básicos, limitando a circulação, a expressão e o reconhecimento dessas mulheres em múltiplos contextos.

Portanto, é justificável que investigar espacialidades cotidianas de mulheres lésbicas, torna-se não apenas pertinente, mas urgente, viabilizar as ações que essas mulheres constroem e ocupam como estratégias de resistência, afirmação e cuidado coletivo. No contexto da cidade do Rio de Janeiro, marcada por fortes desigualdades socioespaciais e por uma visível hierarquização das sexualidades nos espaços urbanos, essas ações de encontro e criação revelam potências que subvertem a lógica cisheteronormativas predominante.

Pesquisar os espaços produzidos por mulheres lésbicas para mulheres lésbicas é, portanto, uma forma de reconhecer e valorizar práticas espaciais autônomas que promovem acolhimento, pertencimento e visibilidade, além de contribuir para o mapeamento de territorialidades que escapam à normatividade urbana. Essa investigação também permite

compreender como se articulam os marcadores de gênero, sexualidade, raça e classe nos modos de produção espacial urbana.

3. EPISTEMOLOGIA NEGRO-SAPATÃO: LÉSBICAS NEGRAS E SUAS JORNADAS GEOGRÁFICAS

Figura 4 - Homem Vitruviano (adaptação)



(fonte: Tanya L. Saunders)

A epistemologia negro-sapatão é um conceito desenvolvido por Tanya L. Saunders em seu ensaio *"Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária"* (2017). Nesse texto, Saunders reflete sobre como uma epistemologia negro-sapatão pode ser um terreno fértil para a construção de uma teoria de liberação decolonial, que subverte estruturas de poder coloniais e heteronormativas.

Essa perspectiva epistemológica desafia as epistemologias hegemônicas e coloniais que categorizam os seres humanos com base em uma ideia equivocada e racista de "raça". Tal projeto deu respaldo científico para a supremacia racial e a intensificação do colonialismo europeu nas Américas, promovendo a hierarquização de raças/etnias e a desumanização de pessoas classificadas como "não humanas". A autora salienta:

Para esta edição especial sobre lésbicas, eu gostaria de oferecer algumas reflexões sobre o porquê eu considero que pensar sobre a "lésbica negra" é um ponto de partida produtivo para desafiar o atual estado das coisas para a população afro-descendente nas Américas. Eu estou particularmente interessada em pensar nas divisões da sociedade, como a sociedade brasileira, em vários grupos que formam umas hierarquias de "seres humanos" e "não-humanos", como uma forma de pensar em como seria possível uma política de coalisão mais ampla e centrada na emancipação humana, sendo, através dela, o "ser humano" redefinido. (Saunders, 2017, p. 104).

A imagem que inicia esse subcapítulo é uma releitura do *Homem Vitruviano* de Leonardo da Vinci, substituindo a figura masculina renascentista por uma figura feminina negra. Esta ressignificação visual é inspirada por Harmonia Rosales, artista afro-cubana que frequentemente articula questões de identidade, negritude, ancestralidade e gênero em suas produções. Assim, ideologicamente a releitura substitui a figura masculina branca por uma mulher negra, promovendo um deslocamento simbólico profundo ao reinscrever corporalidades negras femininas nos cânones da representação artística e humanista.

Como mulher negra e sapatão, ao escrever sobre essa temática, trago também minha própria vivência como parte integrante dessa epistemologia. Minha experiência enquanto corpo dissidente — simultaneamente marcado por raça, sexualidade e gênero — permite uma reflexão que ultrapassa os limites das teorias abstratas e se ancora no cotidiano. Essa perspectiva negra-sapatão nasce da resistência cotidiana, da resistência em espaços onde nossas existências são negadas, e da criação de mundos alternativos onde corpos como os nossos são celebrados.

Essa escolha de me colocar no texto dialoga diretamente com o método "desde dentro", descrito por Geny Guimarães (2018; 2020) que valoriza a produção de conhecimento a partir de quem vive e sente as realidades analisadas. Minha escrita se ancora nessa abordagem porque, ao falar sobre corpos negros e sapatões, falo também de mim mesma, do lugar que ocupo no mundo e das dinâmicas de poder que atravessam minha existência.

Além disso, alinho-me ao conceito de "escrevivência", de Conceição Evaristo, que rompe com a objetividade distante e fria das narrativas tradicionais e propõe uma escrita que nasce da experiência vivida e compartilhada. Escrevo a partir do que vivo porque sei que essas experiências são parte fundamental da construção de uma epistemologia que afirma nossas histórias, reconhece nossas lutas e cria espaços onde nossas vozes são legitimadas e respeitadas. Assim, meu texto não apenas descreve uma realidade, mas também é um ato de resistência e criação de memória.

A epistemologia negro-sapatão valoriza o saber que emerge das interseccionalidades, das experiências vividas e do afeto como prática política. Ela questiona os sistemas que historicamente nos relegaram à margem e reivindica novas formas de produção de conhecimento, baseadas em nossas histórias, ancestralidades e modos de ser. Essa postura não é apenas crítica; é criadora, transformadora e profundamente libertária, oferecendo uma lente única para desconstruir estruturas coloniais e construir caminhos para uma práxis verdadeiramente emancipatória (Saunders, 2017).

Como Tanya L. Saunders aponta, a epistemologia negro-sapatão é uma ferramenta crucial para questionar as bases coloniais e heteropatriarcais que sustentam as desigualdades globais. E, a partir da minha perspectiva, reafirmo que ela também é um espaço de criação, onde narrativas de mulheres negras e sapatão, se tornam potentes agentes de transformação social e epistemológica.

Por fim, para a autora, a epistemologia negra sapatão é uma medida de quebrar com paradigmas dominantes, já que o corpo lésbico negro, serviu de sustentação para as definições do “não-humano”, sendo a “humanidade” definida por corpos masculinos, brancos, ricos, heterossexual, cristão e burguês, o que a sociedade ocidental definiu com “homem”, um processo enraizado na América Colonial (Saunders, 2017, p. 114). Esse corpo do homem universal tem sido a medida da norma a partir da qual tudo que não se adequa é tratado como desvio e inadequação.

3.1. Sapatão e preta! Reflexões sobre gênero, raça e sexualidade.

Como abordado no subcapítulo anterior, as Geografias Feministas e das Sexualidades falham no que diz respeito às racialidades e, portanto, às espacialidades de mulheres lésbicas negras. Se os estudos com abordagens centrais em mulheres que se relacionam com mulheres são poucos, os estudos sobre mulheres lésbicas e negras são quase inexistentes. Dito isso, entendo ser imperativo que seja delineado o lugar de fala de onde insurge a necessidade de racializar as Geografias Lésbicas. Segundo Collins (1997, p.9, apud Ribeiro, 2017, p.61):

(...) a teoria do ponto de vista feminista precisa ser discutida a partir da localização dos grupos nas relações de poder. Seria preciso entender as categorias de raça, gênero, classe e sexualidade como elementos da estrutura social que emergem como dispositivos fundamentais que favorecem as desigualdades e criam grupos, em vez de pensar essas categorias como descriptivas da identidade aplicada aos

indivíduos.

Partindo do princípio de que eu, enquanto uma mulher negra e lésbica, residente da Baixada Fluminense – Rio de Janeiro, tenho forte proximidade e pertencimento em relação ao que está sendo pesquisado, considero que ao contrário do que uma certa visão positivista do fazer científico defende como princípio metodológico, o distanciamento do pesquisador com o objeto da pesquisa, não se fará possível, pois parto do princípio de que as questões relacionadas às minorias sociais, o pessoal é também coletivo/político, e assim, as minhas vivências permitiram, justamente, uma maior acuidade da observação e análise do objetivo da pesquisa. Nesse caso, como salienta bell hooks (2017, p. 97):

(...) percebo que o texto escrito - a conversa teórica - é mais significativo quando convida as leitoras a se engajar na reflexão crítica e na prática do feminismo. Para mim, essa teoria nasce do concreto, de meus esforços para entender as experiências da vida cotidiana, de meus esforços para intervir criticamente na minha vida e na vida de outras pessoas. Isso pra mim é o que torna possível a transformação feminista (hooks, 2017).

A feminista negra comprehende em si a teoria e a prática enquanto produz epistemologias acerca de sua comunidade e carrega em si os elementos formadores desta teoria. Ao teorizar a prática, bell hooks defende a importância de transformar nossas vivências em fontes legítimas de conhecimento e análise crítica.

Para hooks (2017), as experiências de opressão, resistência e transformação vividas por sujeitos marginalizados são indispensáveis para compreender as estruturas de poder que moldam a sociedade. Ao escrever como uma mulher negra e sapatão, tomo minha vivência não como um ponto de vista isolado, mas como uma lente a partir da qual é possível teorizar o mundo e questionar as narrativas hegemônicas que nos excluem.

É preciso que se faça uma análise racializada dos (e a partir dos) corpos e das espacialidades em questão. Para esta etapa, utilizaremos dos avanços e contribuições das Geografias Negras, campo de estudo que tem se organizado a partir de epistemologias próprias, decoloniais (anticoloniais) e antirracistas, voltadas para pensar espacialidades negras e tudo que a compõe: ancestralidade, corporeidade, sexualidade, identidade, subjetividade e outros aspectos marcadores de diferenças que constituem essas espacialidades.

A geografia carece de metodologias específicas no que se refere às demandas de grupos populacionais socioracializados. A partir dessa necessidade, as Geografias Negras surgem como uma possibilidade, ou ainda como uma alternativa para:

Repensar a geografia por meio da construção de métodos e metodologias para que as histórias, culturas e conhecimentos de grupos socioraciais colonizados e escravizados possam ser inseridos em perspectivas de análises espaciais afirmativas. (Guimarães, 2020).

De forma organizada e sistematizada geógrafos e estudantes de Geografia em diferentes trajetórias de formação acadêmica e campo de atuação, têm se disposto a pensar novas epistemologias e metodologias a partir da chamada “dimensão racial do espaço” (Guimarães, 2015), pois, tal como propõe Ratts (2003), há uma dimensão espacial das relações étnico-raciais.

Apesar dessa organização das pessoas negras na Geografia ter tido visibilidade nos últimos anos, não é de hoje que geógrafos negros têm realizado suas pesquisas considerando as relações raciais. Milton Santos refletia sobre o racismo na sociedade brasileira, muitas vezes indagado sobre a questão racial no Brasil afirma que “ser negro no Brasil é frequentemente ser objeto de um olhar vesgo e ambíguo” (Santos, 2000) e ao refletir sobre a epistemologia da existência, propõe três dados bases para a discussão dessa questão: a corporeidade, a individualidade e a cidadania.

Para Santos (2000), no caso brasileiro, a corporeidade é algo que possui mais ressonância na sociedade do que sua individualidade propriamente dita. Quando se trata do negro “o corpo da pessoa também se impõe como uma marca visível e é frequente privilegiar aparência como condição primeira de objetivação e de julgamento” (Santos, 2000). Ainda o autor aponta que:

[...] a corporeidade nos leva a pensar na localização (talvez pudéssemos chamar de lugaridade), a mobilidade, a destreza de cada um de nós, isto é, a capacidade de fazer coisas bem ou mal, muito ou pouco e as possibilidades daí decorrentes. E aí aparece em resumo, o meu corpo, o corpo do lugar, o corpo do mundo. Eu sou visto, no meio, pelo meu corpo. Quem sabe o preconceito não virá do exame da minha individualidade, nem da consideração da minha cidadania, mas da percepção da minha corporalidade (Santos, 1997, p. 134-135).

Frantz Fanon em “Pele Negra, Máscaras Brancas”, evidencia que “onde quer que vá, o preto permanece um preto” (Fanon, 2008, p.149) e como resultado disso acontece o que Santos (2000) apresenta como uma “cidadania mutilada”, pois a “corporeidade” do negro se dá de forma distorcida e perversa, sobressaindo a sua “individualidade”, pois para Santos (2000) o homem (diríamos, a pessoa) é o seu corpo, a sua consciência, a sua socialidade, o que inclui também a sua cidadania.

As Geografias Negras têm se constituído como um campo de atuação que se compromete a pensar sobre métodos, metodologias, epistemologias afrocentradas, de modo que possam contribuir tanto na concepção de pesquisas quanto na formação docente e nas práticas pedagógicas. Geny Guimarães (2020) entende que só assim é possível desenvolver uma perspectiva antirracista e, de fato, enegrecida, com as seguintes abordagens: 1. Escritas Geográficas Enegrecidas: enegrecer esta ciência com teóricos negros por meio de: (a) repensar a historiografia da Geografia a partir de rasuras e construções geográficas negras e (b) preocupar-se com uma bibliografia e com um conteúdo epistemológico, metódico e de metodologias negras; 2. Fazer Geográfico Enegrecido: com pesquisas cujos objetos de estudos sejam negros e sobre relações étnico-raciais (Guimarães, 2020).

A partir dessas abordagens podemos fazer então uma geografia negra e antirracista, entendendo que o antirracismo não é somente sobre não ser racista, o que está em questão é o que se faz ativamente a respeito do antirracismo. E a Geografia ainda sofre uma forte resistência e invisibilidade com propostas não tradicionais, que vão discutir de forma direta as relações étnico-raciais. Guimarães (2020) aponta que as Geografias Negras não são novas e nem outras, mas uma forma própria e legítima de entender o espaço.

Para compreendermos como são construídas as múltiplas relações de corpo-espacço de mulheres negras lésbicas e analisar como estão localizadas as afro-lesbianidades ou afro-sapatão em espaços centrais do Rio de Janeiro (RJ), é um intento que se configura por meio das minhas próprias vivências e histórico de frequentadora desses espaços, inspirada em bell hooks, utilizarei também de meus esforços da vida cotidiana, para teorizar as práticas que me são vivenciadas, e assim, construir escrevivências.

Lésbica, sapatão, sapatona, fancha, caminhoneira, fufa, sáfica etc., são termos ou gírias usadas como substantivos (ou adjetivos) para denominar mulheres que se relacionam com mulheres, porém, há uma hierarquia do uso desses termos em relação a que tipo de mulher ele é direcionado. As mulheres lésbicas, independente de raça/etnia, idade, classe social, e local onde vivem, estão sujeitas a sofrerem lesbofobia, violência, insultos e outras discriminações. Entretanto, o acúmulo de algumas dessas variantes irá conduzir as experiências sociais de determinadas mulheres.

Monique Wittig, um dos nomes de referência do lesbofeminismo foi audaciosa ao dizer que “uma lésbica não é uma mulher” (Wittig, 2002, p. 4), pois, ser mulher é estar inserida no domínio heterossexista. Seus argumentos podem ser pontuados da seguinte forma: a lésbica não

é uma mulher, pois não está inserida na relação heterossexual; o discurso opressor é o discurso da heterossexualidade; as lésbicas escapam à compulsória heterossexualidade social, não se submetendo à hierarquização heterosexista; a lesbianidade é, para autora, algo que se situa além das categorias homem e mulher; é um conceito revolucionário.

Apesar de coerente dentro do arcabouço teórico em que se insere, a afirmação de Wittig demanda aprofundamentos quando observada sob uma perspectiva interseccional. A heterossexualidade compulsória (Rich, 2010), embora rejeitada pelas práticas afetivo-sexuais das mulheres lésbicas, ainda as atravessa de forma estrutural, pois opera como norma social que define e regula os corpos, as relações e os acessos a direitos — inclusive para aquelas que se colocam à margem desse sistema.

Além disso, é importante reconhecer que a proposta de Wittig se inscreve em um contexto específico, marcado pelas experiências de mulheres brancas, ocidentais e pertencentes ao Norte Global. Em realidades atravessadas por sociedades com heranças coloniais duradouras, como é o caso do Brasil, as mulheres negras, por exemplo, historicamente nem sequer foram reconhecidas como sujeitos humanos plenos, sendo constantemente desumanizadas, animalizadas ou reduzidas à função de força de trabalho e objeto sexual.

Nesse sentido, a categoria “mulher” para mulheres negras não parte da mesma lógica proposta por Wittig, pois “mulher” nesse contexto, se refere a uma categoria que muitas vezes, sequer lhes foi concedido. Assim, a crítica à heterossexualidade como regime político deve ser necessariamente ampliada para considerar os efeitos do racismo, do colonialismo e da classe na constituição das subjetividades lésbicas, sob risco de reproduzir uma análise que universaliza experiências.

Se considerarmos o que aponta Simone de Beauvoir (1980) sobre a categoria de gênero, entende-se que a mulher não é definida em si mesmo, mas em relação ao homem e através do olhar da masculinidade (branca e ocidental). Em contrapartida, seguindo a lógica desse sistema de alteridade, para Grada Kilomba a mulher negra é o outro do outro:

Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. [...] Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro (Kilomba, 2008, p. 124).

Esse sistema de alteridade, onde percebe-se a mulher negra sendo o outro do outro fica mais intenso se cruzarmos a identidade sexual, dessa forma, o que seria a lésbica negra dentro desse sistema de alteridade? Monique Wittig demonstrou que a opressão patriarcal imposta às mulheres, não era a mesma opressão imposta às lésbicas, o que fazia com que as lésbicas não fizessem parte da classe das mulheres, o que a levou a afirmar que “as lésbicas não são mulheres”.

Já a autora negra e lésbica Ochy Curiel, nascida na República Dominicana, o feminismo lésbico é uma das práticas mais libertadoras na luta pela emancipação das mulheres, independentemente de serem lésbicas ou não. Na perspectiva de Ochy Curiel, precisa ser analisado a partir de uma interseccionalidade reformulada, não separando essas categorias: mulher-negra-lésbica, pois essas categorias estruturais não devem ser vistas de forma dissociadas.

A interseccionalidade nos ajuda a entender como cada sujeito é afetado por diferentes formas de opressão combinadas de modo a agravá-las. No caso das mulheres negras não é possível entender suas dinâmicas socioespaciais e a construção de suas trajetórias sem considerar o racismo estruturante que marca a sociedade brasileira, assim como é inviável que se discuta o racismo que as afetam sem considerar o sexism e as demandas das experiências próprias às mulheres negras. Justamente por essa questão, a interseccionalidade é adequada para a situação da mulher negra lésbica, pois:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p.177).

Ainda que o conceito tenha sido articulado por Kimberly Crenshaw (2002) e que Curiel faça duras críticas ao que considera ser uma abordagem liberal de Crenshaw, outras intelectuais feministas negras também constituíram suas análises com base na chave analítica da interseccionalidade, dentre as quais se destacam Patrícia Hill Collins e Angela Davis⁶. Davis

⁶ Mulheres, raça e classe (2016) por Angela Yvonne Davis: Professora norte americana, filósofa, socialista, ativista no Movimento Negro dos EUA e do mundo e do Movimento Feminista Negro.

articula raça, gênero e classe compreendendo que essas categorias estruturais não devem ser vistas de forma dissociadas. Já Audre Lorde⁷, defende em seu projeto intelectual político, que não existe, e nem pode existir hierarquia de opressão. A pensadora que se apresenta como: mulher-negra-lésbica (sem ordem hierárquica), mãe, socialista, poeta, aponta que dentro da comunidade negra, ela é mulher, e dentro do grupo de mulheres ela é lésbica, “qualquer ataque contra pessoas negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica” (Lorde, 2019) e o contrário também acontece, para ela:

Eu não posso me dar ao luxo de lutar por uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular. E eu não posso tomar a liberdade de escolher entre as frontes nas quais devo batalhar contra essas forças de discriminação, onde quer que elas apareçam para me destruir. E quando elas aparecem para me destruir, não demorará muito a aparecerem para destruir você (Lorde, [1983] 2019).

No Brasil, intelectuais negras como Lélia González - “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984), Beatriz Nascimento – “Uma história feita por mão negras” (2021), Sueli Carneiro – “Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil” (2011), entre outras, construíram contribuições valiosas para analisar como diferentes marcadores de opressão se articulam, mesmo não usando o termo interseccionalidade. Há décadas a intelectual Lélia González (1984) analisou as formas de como as mulheres negras foram historicamente estereotipadas e representadas no imaginário popular e na produção acadêmica brasileira. Considerando a latinidade dos negros na América, a intelectual propõe a categoria política e cultural de Amefricanidade, que diz respeito a questões de ordem geográfica, linguística ideológica e cultural que se estabelece na diáspora africana na América Latina.

Assim como Lélia Gonzalez (1984), Sueli Carneiro (2011) também articulou raça e gênero em suas análises e deu significativas contribuições para o movimento de mulheres negras. Responsável por fundar o Geledés – Instituto da Mulher Negra, Carneiro (2011) defende a necessidade de enegrecer o feminismo, pois comprehende que os debates de gênero não podem ter como base exclusivamente a experiência de mulheres brancas dos países “desenvolvidos”.

Ainda sobre interseccionalidade, Carla Akotirene em seu livro *O que é*

⁷ Audre Lorde: Mulher negra, caribenha-americana, feminista, lésbica e ativista dos direitos civis. Texto: *Não existe hierarquia de opressão* (1983). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao>

interseccionalidade? (2018), propõe o uso do conceito também como uma ferramenta teórico-metodológica, para ela:

É uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas. Infelizmente agora sofre os perigos do esvaziamento, pois caiu no gosto acadêmico das branquitudes. Fala-se muito de feminismo interseccional sem trabalhar o paradigma afrocêntrico, de forma desconexa da origem, fundamento e propostas epistemológicas das feministas negras (Akotirene, 2018).

Segundo as contribuições de Crenshaw, Akotirene apresenta a interseccionalidade como método em disputa com as metodologias que se têm por hegemônicas. As duas intelectuais defendem que a questão central do conceito surge a partir das especificidades de mulheres negras, “é da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade” (Akotirene, 2018, p. 19). Entretanto, Curiel aponta que a interseccionalidade em Kimberlé Crenshaw é uma proposta liberal e moderna, mesmo sendo produzido por uma mulher negra afro-americana pois:

o conceito pouco questiona sobre a produção dessas diferenças presentes nas experiências de muitas mulheres, principalmente mulheres racializadas e empobrecidas. Assim, ele tende a um multiculturalismo liberal que deseja reconhecer as diferenças, incluindo-as em um modelo diferente, mas que não questiona as razões para a necessidade dessa inclusão. Em outras palavras, ele é definido a partir do paradigma moderno ocidental eurocêntrico. (Curiel, 2019, p. 19).

Para a autora, elementos como raça, gênero, classe são “constitutivos da episteme moderna colonial; elas não são simples eixo de diferenças, são diferenciações produzidas pelas opressões, de maneira imbricada, que produzem o sistema colonial moderno” (Curiel, 2019, p. 19). Assim, a crítica ao uso da interseccionalidade está em como um eixo de diferença que atravessa os sujeitos, são analisados de formas separadas: mulher, negra, lésbica.

Em uma entrevista publicada no *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 3 n.4, ao ser questionada sobre o que seria a interseccionalidade no ponto de vista do lesbófeminismo, a autora responde que depende de qual lesbianidade, uma vez que não existe apenas uma forma de ser lésbica:

Eu creio que não existe o ponto de vista lésbico, como não existe o ponto de vista das mulheres, como não existe o ponto de vista das negras, porque isso é homogeneizar. Então, eu diria que existem pontos de vista de acordo com o projeto político que se tem. Eu, como lésbica feminista, que não sou *apenas* lésbica

feminista, sou uma lésbica feminista antirracista, afro, decolonial e do Caribe etc., tenho como projeto político tentar alcançar coletivamente o objetivo de acabar com todas as opressões desumanas que se fazem a muitas pessoas. (Curiel, 2017, p. 10).

O fragmento acima expõe o que Curiel acredita ser a intersecção, a não separação em categorias, lésbicas, negras, mulheres, pois o “ponto de vista” dela enquanto lésbica não pode ser isolado das outras categorias que a compõe, em resposta ela diz:

[...] meu ponto de vista é esse, se o meu projeto político é esse, meu ponto de vista lesbofeminista é acabar com todas as opressões. Eu não posso separar minha condição de afrodescendente e antirracista de meu projeto lesbofeminista, no sentido de não verticalizar as agendas e as estratégias teóricas e políticas. E quando você se coloca como uma feminista decolonial que luta pela transformação social, então a transformação é tudo. (Curiel, 2017, p. 11).

Para ela, a lesbianidade ultrapassa a categoria “eixo” proposto na interseccionalidade de Crenshaw, pois ele se manifesta para além de uma identidade sexual, ou seja, o que constitui a essência do “ser lésbica” não está somente na atração/preferência sexual entre mulheres. Segundo a autora:

A lesbianidade feminista para muitas de nós não é nem uma identidade, nem uma orientação, nem uma opção sexual; mas uma posição política, posição que implica entender a heterossexualidade como um sistema e um regime político, implica aspirar e construir a liberdade e a autonomia das mulheres em todos os planos. É uma proposta transformadora que supõe não depender nem sexual, nem emocional, nem econômica, nem culturalmente dos homens. Significa compreender que a sexualidade é muito mais do que o coito, implica em criar laços e solidariedades entre mulheres, sem hierarquias ou relações de poder. Significa entender como o patriarcado afeta os corpos das mulheres, corpos históricos que são afetados de perto pela globalização e transnacionalização do capital, pelo racismo, pela pobreza, pela guerra, mas também, corpos que têm construído resistência e oposição à desigualdade que produz o patriarcado corpos que têm imaginado e criado outras relações sociais, outros paradigmas, outros mundos” (Curiel, 2007, p. 6).

Assim, pensar sobre a lesbianidade em mulheres negras é preciso partir de uma intersecção que vá ao encontro do pensamento de Curiel, pois as vivências de mulheres negras lésbicas carecem de ultrapassar a ideia de uma intersecção de eixos entrecruzados, pois o corpo é a experiência mulher-lésbica-negra de forma concomitante:

E o que a proposta da interseccionalidade faz? Como seu nome indica, intersecciona. Então, o problema da interseccionalidade é que, por meio dela, primeiro se assume que as identidades se constroem de maneira autônoma, quer dizer, que minha condição de mulher está separada da minha condição de negra e que minha condição

de negra também está separada da minha condição de lésbica. E de classe. Esse é o primeiro problema. E que há um momento em que, como as utopistas, isso se intersecciona. Isso é um problema, porque, quando entendemos o Sistema Mundo Colonial, todas essas condições são produzidas pelos sistemas de opressão. (Curiel, 2017, p11).

Pensar em como o corpo lésbico e negro se constitui no espaço, é uma tarefa que exige ir além da interseccionalidade. As Geografias Feministas Negro-Sapatão trazem a potência de um enfoque que viabilizará a compreensão de seus sentidos de mundo e como impactam suas espacialidades e experiências. As relações das mulheres negras e lésbicas no que concerne a territorialidades, corporeidades, cultura, política e outros, são permeadas por opressões e interdições em múltiplas instâncias relacionais, conduzindo suas trajetórias e cerceando suas identidades, mas podem trazer veredas reflexivas inovadoras.

Massey (2008) aponta que o espaço é produto das relações e que, portanto, deve ser entendido como uma dimensão na qual se estabelece a multiplicidade de narrativas, trajetórias e vivências. Aqui, a vivência em questão diz respeito a um grupo social que possui dinâmicas espaciais específicas. Pensar sobre como determinadas corporeidades de mulheres negras lésbicas, por exemplo, produzem espacialidade diferentes em diferentes contextos significa pensar sobre o cotidiano e sobre como nossas espacialidades são marcadas por essa corporeidade.

A própria nomenclatura “lésbica”, é utilizada de formas variadas entre as mulheres negras, muitas vezes refletindo as normas de gênero que permeiam a sociedade. De maneira geral, o termo "lésbica" tende a ser associado a mulheres que se aproximam mais das expectativas tradicionais de feminilidade, como comportamentos, vestimentas ou estéticas que seguem os padrões considerados "femininos". Por outro lado, para mulheres negras que se afastam desses padrões, adotando expressões de gênero que desafiam a feminilidade hegemônica, outros termos são frequentemente usados, como "sapatão", "caminhoneira" ou "fancha".

Essas nomenclaturas não são neutras, pois carregam consigo camadas de estigma e preconceito, especialmente quando direcionadas a mulheres que fogem quase integralmente das expectativas sociais relacionadas ao gênero. Isso reflete como as normas de gênero, muitas vezes, influenciam até mesmo as formas de nomear e categorizar mulheres lésbicas, criando hierarquias e reforçando estereótipos. Essa dinâmica é ainda mais complexa para mulheres negras, cujos corpos e identidades já são marcados por interseções de racismo, misoginia e lesbofobia.

Por fim, gênero, raça e sexualidade são marcadores sociais que não devem ser generalizados e/ou analisados a partir de perspectivas que não contemplem, de fato, a complexidade da existência lésbica, as vivências de cada mulher e devem ser respeitadas individualmente, e não de forma genérica, como se elementos em comum, levassem a experiências iguais. O meu corpo lésbico-negro transita espacialmente em meio a múltiplas variantes de opressão, sendo interditado somente por existir em determinados espaços que podem não ser interditados a lésbicas brancas que performam a feminilidade e que têm passabilidades condizentes com o padrão normativo.

É preciso mergulharmos cada vez mais nas reflexões de intelectuais negras e/ou lésbica como Audre Lorde, Adrienne Rich, Ochy Curiel, Gloria Anzaldúa, que questionam os padrões heteronormativos da sociedade atual, e que criticam o feminismo utópico, ocidentalizado e branco, que generaliza a categoria “mulher”. Se, na perspectiva de Monique Wittig, meu corpo lésbico desafia a noção de mulher enquanto construção inserida no sistema heterossexista, é o meu corpo negro que reinscreve a urgência da pergunta histórica de Sojourner Truth⁸ — 'E não sou eu uma mulher?' — convocando à intersecção entre raça, gênero e sexualidade como territórios de disputa por reconhecimento e existência.

3.2. A violência contra mulheres negras e a luta por justiça

A violência contra mulheres negras constitui uma das expressões mais persistentes e brutais das desigualdades estruturais no Brasil, trata-se de um fenômeno multidimensional, atravessado por marcadores de raça, gênero, classe e território, que inscreve nos corpos dessas mulheres experiências históricas de subalternização, silenciamento e exclusão dos mecanismos institucionais de proteção e justiça.

Na obra *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*, Sueli Carneiro analisa de maneira crítica os efeitos entrelaçados do racismo e do sexismo na experiência vivida por mulheres negras, evidenciando como as estruturas de poder forjadas no contexto colonial continuam a

⁸ Frase proferida por Sojourner Truth como uma intervenção na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Sojourner Truth, *Sojourner Truth nasceu escrava em Nova Iorque, sob o nome de Isabella Van Wagener*, foi uma abolicionista e ativista dos direitos das mulheres afro-americana. TRUTH, Sojourner. *Discurso na Convenção de Direitos das Mulheres em Akron, Ohio* (29 de maio de 1851). Transcrição de Marius Robinson publicada em *Anti-Slavery Bugle*, 21 jun. 1851.

operar no presente, agora por meio de dinâmicas sofisticadas de exclusão, violência e desigualdade social. A autora denuncia a forma como essas mulheres permanecem à margem das políticas públicas e do sistema de justiça, enfrentando múltiplas formas de opressão e negligência institucional. Sua reflexão reforça a urgência de políticas interseccionais que respondam de modo reparador às desigualdades históricas e estruturais (Carneiro, 2011).

Este capítulo propõe discutir como essas violências operam em mulheres negras lésbicas em diferentes contextos e como a luta por justiça, empreendida por mulheres negras, tem produzido formas coletivas de resistência, denúncia e reinvenção das práticas de cuidado, proteção e reparação.

Ao evidenciar a centralidade do ativismo negro feminino na produção de agendas políticas antirracistas e antipatriarcais, busca-se compreender como essas vozes e corpos tensionam os limites do sistema de justiça tradicional e abrem caminhos para formas outras de justiça, ancoradas na memória, no território e na ancestralidade.

Para aprofundar essa reflexão, serão abordados três casos emblemáticos que evidenciam diferentes expressões da violência contra mulheres negras no Brasil contemporâneo: o assassinato de Luana Barbosa dos Reis, brutalmente morta após uma abordagem policial em Ribeirão Preto (SP), em 2016; o assassinato da vereadora Marielle Franco, executada no centro do Rio de Janeiro, em 2018, episódio que expôs a conivência entre estruturas de poder, milícias e o silenciamento político de mulheres negras; e o caso de Ane Caroline violentamente assassinada em 10 de dezembro de 2023 no Maranhão.

A análise desses episódios permite evidenciar não apenas os mecanismos de produção e legitimação da violência institucional, mas também os modos pelos quais familiares, movimentos sociais e coletivos de mulheres negras têm exigido justiça, memória e reparação diante da negação sistemática de seus direitos.

3.3.O caso Luanna Barbosa

A cada dia, a violência ceifa vidas de mulheres negras no Brasil. Mas para as lésbicas negras, essa realidade é ainda mais cruel. A interseccionalidade entre racismo, sexism e homofobia as torna alvos fáceis de um sistema que as marginaliza e desvaloriza. Neste subcapítulo, investigaremos a dimensão da violência contra lésbicas negras, suas causas e as lutas por justiça.

O brutal assassinato de Luana Barbosa, mulher negra, lésbica e periférica, em 2016, tornou visível a violência sistêmica que atinge as mulheres negras LGBTQIA+. O caso de Luana, que foi espancada até a morte por policiais militares após se recusar a ser revistada por um homem, expôs a interseccionalidade entre racismo, machismo, lesbofobia e violência policial. A morte de Luana não foi um caso isolado, mas sim um dos muitos exemplos de como a violência institucional e social se manifesta contra as mulheres negras lésbicas. Seus gritos por justiça ecoam e nos impulsionam a aprofundar a discussão sobre o lesbocídio no Brasil.

Figura 5 - Luana Barbosa.



Fonte:diplomatique.org⁹

A violência contra mulheres lésbicas no Brasil atinge proporções alarmantes, não apenas em casos de lesbofobia, mas também de lesbocídio, onde a violência culmina na morte da vítima. O caso emblemático de Luana Barbosa, assassinada em São Paulo, em 2016, evidencia a brutalidade e a discriminação enfrentadas por essas mulheres. Este caso tornou-se um marco na luta contra a violência direcionada a mulheres lésbicas, destacando a urgência de ações e políticas públicas para garantir a segurança e os direitos dessas populações.

Luana Barbosa dos Reis, uma mulher negra e lésbica, foi brutalmente assassinada aos 34 anos, em Ribeirão Preto, São Paulo. Mãe de dois filhos, Luana não performava a feminilidade padrão e enfrentava diariamente preconceitos e discriminação por sua identidade de gênero e orientação sexual. Em 8 de abril de 2016, Luana foi abordada por policiais militares enquanto pilotava sua motocicleta. Ao ser tratada como homem, Luana exigiu ser revistada por policiais mulheres, conforme garantido pela Constituição Brasileira. No entanto, seu pedido foi negado de maneira hostil e violenta pelos policiais, que a espancaram brutalmente com socos e chutes.

Cinco dias após a agressão, Luana morreu devido aos ferimentos. Sua morte gerou indignação e revolta, sendo amplamente discutida na mídia e em organizações de direitos humanos. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Organização das Nações Unidas (ONU) pediram uma investigação imparcial e a punição dos responsáveis. Contudo, até hoje, os agressores não foram devidamente punidos, refletindo a impunidade que ainda cerca muitos casos de violência policial no Brasil.

⁹ Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-que-faz-o-caso-luana-barbosa-tao-assustador/>

A campanha "Nenhuma Luana a Menos" foi criada em Ribeirão Preto como uma resposta à brutalidade sofrida por Luana, buscando conscientizar a sociedade e pressionar as autoridades por justiça. Esta campanha simboliza a luta contínua das mulheres lésbicas por reconhecimento, respeito e proteção dos seus direitos.

O caso de Luana Barbosa é um símbolo da violência extrema e da discriminação enfrentada por mulheres lésbicas no Brasil. Sua história é um grito por justiça e uma chamada urgente para a implementação de políticas públicas eficazes que protejam os direitos dessas mulheres. A memória de Luana continua a inspirar movimentos de direitos humanos e a luta pela igualdade e pela justiça. O Estado brasileiro precisa assumir sua responsabilidade, punir os agressores e garantir que nenhuma outra mulher sofra o mesmo destino trágico.

Luana Barbosa, presente!

3.4. Marielle Franco

“As rosas da resistência nascem no asfalto.

A gente recebe rosas, mas
vamos estar com o punho cerrado
falando de nossa existência
contra os mandos e desmandos
que afetam nossas vidas.”

Marielle Franco

Figura 6 - Marielle Franco.



Fonte: Educa Mais Brasil.¹⁰

Dois anos depois, na cidade do Rio de Janeiro, lidamos com o assassinato de Marielle Francisco da Silva, conhecida como Marielle Franco, vereadora eleita pelo PSOL-RJ e militante pelos direitos humanos e das mulheres. Marielle era uma mulher negra, em um relacionamento com outra mulher, periférica de um dos maiores complexos de favelas do RJ, o Complexo da Maré, e envolvida em políticas públicas para populações urbanas e vulnerabilizadas.

O assassinato de Marielle ocorreu no dia 14 de março de 2018, um crime brutal que também vitimou o motorista Anderson Pedro Gomes, após saírem de um evento intitulado

¹⁰ Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/quem-foi-marielle-franco>

"Jovens Negras Movendo as Estruturas", na Casa das Pretas, próximo à Lapa – RJ. Marielle era uma figura de destaque na política e uma forte representante das mulheres negras. A violência que tirou a vida de Marielle diz respeito ao silenciamento de mulheres negras que ousam falar, se fazer ouvidas e reivindicar os direitos que, por muitos anos, foram negados no Brasil.

Marielle Franco nasceu em 27 de julho de 1979 e cresceu na Maré, um dos maiores complexos de favelas do Rio de Janeiro (RJ). Formada em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e com mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), ela dedicou sua vida à luta pelos direitos humanos, especialmente os das mulheres, negros, LGBTQIA+ e moradores de favelas. Sua atuação na Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi marcada pela defesa intransigente dos direitos dessas populações e pela denúncia da violência policial nas comunidades.

Marielle foi uma voz potente contra as injustiças e uma referência para muitas mulheres negras que encontraram nela uma inspiração para lutar por um lugar na sociedade. Sua morte chocou o Brasil e o mundo, gerando uma onda de protestos e mobilizações que continuam a reverberar até hoje. O legado de Marielle permanece vivo na luta por um país mais justo e igualitário, onde todas as vozes possam ser ouvidas e respeitadas.

Marielle Presente!

3.5.Ana Caroline

Figura 7 – Ana Caroline



Fonte:Instagram/ocupasapatão

O lesbocídio, a forma mais extrema de violência contra mulheres lésbicas, é uma triste realidade no Brasil, um país marcado por elevados índices de crimes de ódio. A discriminação e a violência de gênero, combinadas com o preconceito contra a orientação sexual, tornam essas mulheres alvos vulneráveis. O caso de Ana Caroline, violentamente assassinada em 10 de dezembro de 2023, exemplifica a gravidade dessa questão. Segundo a Rede Nacional de Pessoas Trans (RENAST), o Brasil é um dos países mais perigosos para pessoas LGBTQIA+, com altas taxas de homicídios motivados por ódio a essas pessoas.

Ana Caroline desapareceu em 10 de dezembro de 2023, após sair do trabalho na cidade

de Maranhãozinho, a 232 km da capital São Luís (MA) (G1, 2023)¹¹. Dias depois, seu corpo foi encontrado em estado de extrema violência, teve a pele do rosto, o couro cabeludo, os olhos e as orelhas arrancados. Ana Caroline havia se mudado para a cidade recentemente, junto com sua companheira, buscando novas oportunidades de emprego e uma vida melhor. Não houve indicações claras sobre a motivação do crime, e ninguém foi preso. A brutalidade do assassinato e a falta de respostas das autoridades geraram indignação e protestos por parte do movimento lésbico e de organizações de direitos humanos. Cida Gonçalves, Ministra da Mulher, classificou o assassinato de Ana Caroline como um caso de lesbofobia, reforçando a necessidade de políticas públicas efetivas para combater a violência contra mulheres lésbicas no Brasil (G1, 2023). A ministra destacou que o preconceito e a discriminação são fatores que aumentam a vulnerabilidade dessas mulheres, exigindo ações concretas do Estado para proteger seus direitos e garantir sua segurança.

A morte de Ana Caroline mobilizou o movimento lésbico em todo o país. Diversas manifestações foram organizadas para exigir justiça e a punição dos responsáveis. Os protestos também buscaram conscientizar a sociedade sobre a realidade do lesbocídio e a urgência de medidas efetivas para combatê-lo. A campanha "Nenhuma a Menos", que já vinha ganhando força com outros casos de violência contra mulheres lésbicas, intensificou suas ações em resposta a este crime. A luta por justiça para Ana Caroline tornou-se um símbolo da resistência e da busca por direitos das mulheres lésbicas no Brasil.

No Rio de Janeiro, foi realizado o ato “Justiça por Ana Caroline”, organizado pela coletiva Ocupa Sapatão – RJ. O caso de Ana Caroline é mais uma evidência da brutalidade enfrentada por mulheres lésbicas no Brasil. A falta de respostas e de justiça para esses crimes reflete a necessidade urgente de políticas públicas que garantam a segurança e os direitos desse grupo. A mobilização do movimento lésbico e das organizações de direitos humanos é fundamental para pressionar o Estado e a sociedade a reconhecerem e combaterem o lesbocídio, assegurando que nenhuma outra mulher sofra a mesma violência.

Ana Caroline, presente!

¹¹ Ver: G1. Manifestantes protestam contra morte de jovem brutalmente assassinada no MA; família diz que não tem acesso às investigações. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/12/20/manifestantes-protestam-contra-morte-de-jovem-brutalmente-assassinada-no-ma-familia-diz-que-nao-tem-acesso-as-investigacoes.ghtml>. Acesso em: 16 jul. 2024

4. DA MARGEM AO CENTRO: A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS SEGUROS E A VISIBILIDADE LÉSBICA NO RIO DE JANEIRO, RJ

Os espaços onde mulheres lésbicas se sentem seguras ou acolhidas são frequentemente aqueles que assumem um caráter dissidente, resistindo às normas heteronormativas e patriarcais que estruturam grande parte da cidade. Esses lugares, muitas vezes construídos a partir de lutas coletivas e práticas de resistência, não apenas oferecem refúgio, mas também se tornam territórios de afirmação identitária e reivindicação política. Eles evidenciam a necessidade de repensar a cidade para além da sua configuração normativa.

Nesse contexto, a cidade, enquanto palco das relações sociais, também se configura como um campo de disputa por poder, visibilidade e representação. Quem tem direito à cidade? Para Lefebvre (2001), o direito à cidade vai além do acesso à moradia ou aos serviços básicos. Ele abrange um conjunto de direitos que permite a participação ativa na produção e gestão do espaço urbano. É um direito à vida urbana plena, que inclui acesso à cultura, lazer e trabalho aos fluxos da cidade. David Harvey (2014), ao repensar o direito à cidade, num sentido de direito mais abrangente, enfatiza seu caráter coletivo, priorizando a transformação urbana por meio de ações compartilhadas.

Esse direito transcende o acesso individual aos recursos urbanos, propondo a reconfiguração da cidade a partir de: “mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos” (2014, p. 28). Para Harvey, trata-se de reivindicar poder sobre o processo de urbanização, possibilitando que a cidade seja continuamente recriada de maneira inclusiva e democrática, atendendo às necessidades coletivas e promovendo mudanças estruturais.

É importante destacar que o próprio David Harvey, assim como outros autores renomados nos estudos sobre a pós-modernidade, foi alvo de críticas de geógrafas feministas, como Doreen Massey (1991), por abordar o direito à cidade a partir de um sujeito universal que, na prática, reflete as experiências de um homem branco do norte global. Esse enfoque ignora as diferenças de gênero, raça e classe, não contemplando as vivências de grupos historicamente marginalizados.

Nesse sentido, a crítica de Joseli Maria Silva no artigo *‘não me chame de senhora, eu sou feminista!’: Posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey*

(2014) reforça esse ponto ao destacar a importância de reconhecer as posições de poder e os lugares de fala na produção de conhecimento geográfico. Silva aponta que as teorias geográficas frequentemente reproduzem perspectivas, brancocêntricas e heteronormativas, ignorando as interseccionalidades que atravessam gênero, raça, classe e sexualidade (Silva, 2014).

Para mulheres lésbicas, o direito à cidade significa não apenas ocupar territórios e espaços, mas ressignificá-los, transformando-os em espaços de resistência e liberdade que desafiam as dinâmicas de exclusão e reforcem o caráter plural e democrático da vida urbana. As mulheres lésbicas, historicamente marginalizadas e silenciadas, têm buscado ocupar esses espaços já dispostos na cidade, desafiando as normas heteronormativas e patriarcais, pois o espaço é simultânea e paradoxalmente elemento de negação e possibilidade de existência de sexualidades não heterocisnormativas (Ferreira, et al., 2018).

Assim, pensando nessa ressignificação espacial, organizada por mulheres lésbicas que se apropriam de espaços centrais já dispostos na cidade do Rio de Janeiro (RJ), este capítulo tem como objetivo analisar como as mulheres lésbicas do Rio de Janeiro (RJ) têm utilizado e se apropriado do espaço urbano, transformando-o em um lugar de encontro, resistência e afirmação de suas identidades.

Para alcançar este objetivo, foram selecionadas ações e movimentos organizados por e para mulheres lésbicas que se concentram em espaços centrais da cidade do Rio de Janeiro (RJ). A escolha dessa região se justifica pela alta frequência de eventos desse tipo em locais como praças públicas, bares, espaços e casas culturais. Os eventos/ações escolhidos para análise foram: Isoporzinho das sapatão, Slam das Minas, O Rebu bloco, Sapagode e Velcro, e foram intencionalmente selecionadas por constituírem similaridades de articulação, tais como: locais estratégicos, público-alvo e direcionamento político.

Ao localizar e analisar essas ações, percebe-se que elas se manifestam enquanto ações sociais insurgentes por uma parcela específica de sujeitos que se viram na necessidade de reformular suas espacialidades. Assim, inspirando-se no referencial teórico de Ana Clara Torres Ribeiro, a cartografia da ação social nos permite compreender os espaços de sociabilidade a partir das ações e de sujeitas corporificadas. De acordo com Ribeiro et al. (2001), a cartografia da ação social busca captar e expressar as dinâmicas da sociedade, incluindo suas lutas, aspirações e os desejos das populações de base. Trata-se de um tipo de cartografia que reflete tanto os movimentos coletivos quanto o cotidiano das vivências comunitárias, traduzindo as práticas sociais em mapeamentos significativos.

Não se trata de mapear ou quantificar as ações aqui investigadas, pois diante dos riscos já mencionados, produzir um mapa com a localização das ações identificadas pela pesquisa poderia não ser seguro para as sujeitas das ações. Trata-se, portanto, de um estudo para compreender o sentido das ações, tal como as mulheres que as materializam e suas relações com o espaço vivido evidenciam. Na cartografia da ação social o foco é muito mais a ação social, os sujeitos da ação, o processo de produção e aprendizado coletivo do que no produto cartográfico em si, “a leitura de resistências à opressão e à exclusão impõe o mapeamento analítico de práticas diárias e das táticas de sobrevivência que têm permitido a afirmação de identidades sociais até recentemente ocultadas pelos projetos políticos da modernidade” (Ribeiro et al., 2001, p. 35).

Assim, traçando um perfil desses eventos/ações nota-se uma simultaneidade espacial e identitária que os caracteriza: o predomínio de mulheres que escolhem subverter padrões normativos de uso do espaço público, tornando visível algo que, por muito tempo, se manifestou de forma velada e invisibilizada — a expressão de sua sexualidade, afetividade e corporeidade de mulheres lésbicas e não heterossexuais.

Entendendo corporeidade como a forma dos sujeitos serem e estarem no mundo, trabalhamos com uma perspectiva espacial das geografias corporificadas (Oliveira, 2019;2021), onde as variantes que constituem as existências, também articulam as dinâmicas do espaço com e a partir da relação corpo-espelho, as geo-grafias do corpo nos propõe pensar em como a corporeidade é uma categoria importante que diz respeito ao nosso ser e estar no mundo, uma vez que ela é definidora da nossa relação socioespacial. Judith Butler (2018) em: *corpos em aliança e a política das ruas* - aponta que:

(...) quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público, eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma existência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária.

Com essa reflexão, Judith Butler (2018) explora a ideia de que a ocupação do espaço público pelos corpos é um ato profundamente político. Ao se juntarem em ruas, praças ou outros espaços coletivos, os corpos não estão apenas presentes fisicamente, mas estão exercendo um "direito de aparecer" que é plural e performativo. Esse direito não se limita à visibilidade; ele envolve a afirmação da existência de pessoas e grupos que, muitas vezes, são marginalizados ou apagados pelas estruturas sociais, políticas e econômicas dominantes.

Os tensionamentos apresentados por Oliveira (2019) que insurgem de diálogos com as Geografias Feministas, têm contribuído para a consolidação de geografias existenciais e corporificadas (Oliveira 2019; 2021), a partir de uma orientação teórico-metodológica ancorada em epistemes comprometidas com a valorização de sujeitos corporificados e com a valorização da subjetividade para a compreensão de suas ações, sendo fundamental que se faça por meio de um diálogo sensível e criativo com conhecimentos e saberes populares, ancestrais e do senso comum que insurgem neste fazer geográfico corporificado (Oliveira, 2019).

Desta forma, este capítulo também busca compreender como corpos e subjetividades de mulheres lésbicas e negras se apropriam e transformam os espaços que escolhem ocupar, desafiando normas de gênero e sexualidade e construindo novas geografias na cidade. Essa presença se manifesta tanto por meio de ações político-culturais, como atos, marchas e rodas de conversa, quanto na ocupação de praças e outros espaços públicos para celebrações e encontros afetivos.

Esses encontros revelam ações espontâneas, em um sentido de planejamento orientado pelas teorias do envolvimento (Ribeiro, 2012), o que significa dizer que as reuniões vão além da simples celebração: carregam um profundo significado político e social. Elas desafiam estruturas opressoras, afirmam identidades e reivindicam o direito à existência plena e coletiva em uma sociedade que, historicamente, silencia, marginaliza e fetichiza os corpos e as vozes dessas mulheres. Por meio dessas ações, ocupações e encontros, novas formas de pertencimento e resistência às interdições são forjadas, transformando os territórios urbanos em espaços de liberdade e contestação.

A discussão sobre o direito à cidade e a disputa pelo espaço urbano gira em torno do processo de urbanização que historicamente exclui grande parte da população. Esse modelo de desenvolvimento urbano resulta em cidades profundamente marcadas pela desigualdade social e territorial, onde os centros urbanos se tornam espaços segregados e exclusivos, distantes da diversidade e da totalidade das experiências sociais. O acesso livre aos espaços e aos recursos da cidade, embora devesse ser garantido a todos, é controlado pelo Estado e por aqueles pertencentes às classes mais privilegiadas.

Nesse cenário, grupos historicamente marginalizados, como as mulheres lésbicas, enfrentam barreiras específicas na reivindicação de seu direito pleno à cidade. Além da exclusão social e econômica, elas lidam com violências simbólicas e físicas que limitam sua circulação e presença em espaços urbanos. A luta pelo direito à cidade, nesse contexto, inclui não apenas

a demanda por acesso igualitário aos espaços e recursos urbanos, mas também a construção de uma cidade onde mulheres lésbicas possam existir plenamente, sem medo ou discriminação. Afinal, o espaço urbano, que deveria ser compartilhado por todos, ainda reflete desigualdades que diferenciam, excluem e negam direitos fundamentais, especialmente a quem vive na interseção de múltiplas opressões.

Se pensarmos o espaço como propõe Massey (2008) como encontro de trajetórias, torna-se evidente que a produção do espaço se configura enquanto um processo contínuo e dinâmico. Ainda, para autora, o espaço é um produto de inter-relações, onde diversas trajetórias coexistem pela possibilidade da existência de multiplicidades que resultam das inter-relações. No caso do contingente de mulheres lésbicas articuladas e reconfigurando espaços de existências, percebe-se ações envoltas de multiplicidade, como veremos nas ações a seguir.

4.1. Isoporzinho das Sapatão: Da Praça ao Movimento

Figura 8 - Isoporzinho das sapatão: Pedra do Sal.



(fonte: Ihateflash)

O Isoporzinho das Sapatão é uma ação coletiva e espontânea, um movimento que surgiu de forma orgânica como uma iniciativa simples e autônoma, fruto da necessidade de criar espaços de encontro e visibilidade para mulheres lésbicas no Rio de Janeiro (RJ). A ideia era reunir mulheres lésbicas e bissexuais em praças públicas, levando cada uma seu próprio isopor (fig. 7) com bebidas e petiscos (daí o nome), para compartilhar momentos de lazer e celebrar a identidade lésbica.

A origem exata do Isoporzinho das Sapatão é um tanto desconhecida, pois o movimento surgiu de forma coletiva a partir de iniciativas de diversas mulheres que buscavam um espaço

seguro para se encontrarem. Não há uma única pessoa ou grupo que possa ser creditado como criador, mas sim uma coletiva de mulheres que, juntas, deram vida a essa ação/movimento.

O encontro acontece desde 2015, e sua primeira edição ocorreu na Praça São Salvador – RJ, para comemorar os 2.5 mil likes de sua página no Facebook. Aqui, percebe-se que o movimento até então articulado em espaços e redes sociais virtuais, se materializa no espaço público e torna-se mais visível na cidade do Rio de Janeiro há quase uma década.

Em entrevista a Fabiano Moreira, redator do jornal *O globo*, a participante do evento Lia Ribeiro, enfatiza que “Acabou a era dos nomes de festas discretas. Nós usamos sapatão mesmo, fazemos piada com caminhões, pochetes térmicas, a ideia é se reapropriar dessas expressões preconceituosas e não termos vergonha dessas palavras. Somos sapatões mesmo” (Moreira, 2015). Outra participante, aponta que “o mais importante é estarmos no espaço público, dando visibilidade às lésbicas, bebendo cerveja com as amigas e economizando, porque o Rio está muito caro, o que torna o evento ainda mais democrático” explica a artista visual Susana Amaral (Moreira, 2015).

Ao analisar as redes sociais (*facebook*¹², *instaram*¹³) do Isoporzhinho das Sapatão percebe-se que a maior ocorrência dos eventos e encontros ocorrem no mês de agosto, onde se comemora no dia 29, o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, data que marca um momento crucial na luta por direitos e reconhecimento da diversidade sexual. A escolha da data é referente ao dia 29 de agosto de 1996, quando ocorreu o 1º Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), atual SENALESBI pela inclusão de mulheres bissexuais.

A proposta do Isoporzhinho das Sapatão é a ação direta de ocupação temporária de espaços públicos e urbanos na região central da cidade do Rio de Janeiro para uma igualmente momentânea apropriação simbólica de um espaço público para a reunião e sociabilidade lésbica em meio à cotidianidade da cidade. A edição mais notável aconteceu em agosto de 2019 na Pedra do Sal – Gamboa, Rio de Janeiro, região com alto índice de manifestações culturais e de resistência para a população preta e LGBTQIA+. Atualmente, o evento é itinerante, ou seja, não possui um lugar fixo e pode ocorrer de forma gratuita em espaços públicos, ou em espaços privados com uma pequena taxa de contribuição para custear o espaço, *dj's* e demais gastos como faixa/card com a arte visual que representa o movimento:

¹² <https://www.facebook.com/IsoporzhinhodasSapatao>

¹³

Figura 9 - Copo personalizado Isoporinho das sapatão.



Fonte: Ihateflash

Figura 10 - Faixa Artística do movimento Isoporinho das sapatão.



Fonte: Ihateflash

4.2. Erguer a Voz: Slam das Minas – RJ.

Uma litania para a sobrevivência

Para aqueles entre nós que vivem no litoral
em pé frente às arestas constantes da decisão
cruciais e sós
para aqueles entre nós que não podem dar-se ao luxo
dos sonhos passageiros da decisão
que amam de passagem por soleiras
nas horas entre auroras
olhando para dentro e para fora
no instante antes e depois
buscando um agora que possa gerar
futuros
como pão na boca de nossos filhos
para que seus sonhos não reflitam
a nossa morte:
Para aqueles entre nós
que foram impressos com o medo
como uma linha tênue no centro de nossas testas
aprendendo a temer com o leite de nossas mães
pois por esta arma
esta ilusão de alguma segurança a ser achada
os de passos pesados esperavam silenciar-nos
Para todos nós
esse instante e esse triunfo
Nunca fomos destinados a sobreviver.
E quando o sol se ergue temos medo
que talvez não permaneça
quando o sol se põe temos medo
que talvez não se erga de manhã
quando nossos estômagos estão cheios temos medo
da indigestão
quando nossos estômagos estão vazios temos medo

que talvez nunca mais comamos
 quando nós amamos temos medo
 que o amor desaparecerá
 quando estamos sós temos medo
 que o amor jamais voltará
 e quando falamos temos medo
 que nossas palavras não sejam ouvidas
 nem bem vindas
 mas quando estamos em silêncio
 ainda assim temos medo
 Então é melhor falar
 lembrando-nos
 de que nunca fomos destinados a sobreviver
 Audre Lorde
 (tradução de Ricardo Domeneck)

De origem americana e iniciada nos anos 80, a Slam Poetry ou somente Slam é uma competição que mistura poesia e performance, com regras simples e dinâmicas que lembram as batalhas de rima. No Slam há uma conexão direta com o movimento Hip Hop, surgido na década de 70 nos EUA, é um dos traços mais marcantes do Slam. Ambos levam a poesia para as ruas, democratizando o acesso à arte e permitindo que qualquer pessoa experimente sua poética. Além disso, o júri, escolhido de forma aleatória no público, contribui para tornar as pontuações mais democráticas e justas (De Sá, 2021).

No Brasil, o Slam das Minas nasceu em 2008, como uma resposta à predominância masculina nos espaços de declamação. Ele se tornou um espaço seguro e acolhedor onde apenas mulheres sobem ao palco e têm voz. A prática tem crescido, especialmente no Rio de Janeiro (RJ), e vem transformando territórios centrais da cidade em potências de empoderamento e resistência feminina, composto principalmente por mulheres periféricas, negras e LBT.

Participar do Slam das Minas é mais do que declamar poemas: é descobrir-se, fortalecer-se e conectar-se com outras mulheres. O movimento incentiva a leitura e a valorização de autoras femininas, negras e periféricas, elevando vozes que muitas vezes são ignoradas pela sociedade. Nos versos e performances, as participantes compartilham suas histórias, suas dores

e suas alegrias, denunciando o machismo estrutural e outras formas de opressão como na poesia que inicia esta discussão.

No Rio, o protagonismo lésbico no Slam das Minas é um dos elementos mais potentes e notáveis. A movimentação acontece mediadas pelo grupo LBT: Moto Tai, Débora Ambrósia, Gênesis, Tom Grito¹⁴, Rejane Barbosa, DJ Bieta, Andrea Bak e Lian Tai. E teve sua primeira edição em maio de 2017 (De Sá, 2021). As participantes abordam temas como assédio, repressão sexual, racismo, lesbofobia e a luta pelo direito de amar livremente. Suas performances desafiam as normas heteropatriarcais e criam um espaço de resistência coletiva que vai além da poesia: é um ato político, artístico e existencial. Abaixo segue imagem com as integrantes e organizadoras do Slam das Minas – RJ e da logo-arte visual do movimento:

Figura 11 - Organizadoras e integrantes do Slam das Minas – RJ.



Fonte: Facebook/slamdasminasrj

¹⁴ Tom grito é uma pessoa trans não-binário, poeta, integrante e organizador fundador do Slam das Minas – RJ, autor do livro “Eu sei como sair vivo disso” publicado em 2023 pela editora Malê.

Figura 12 - Logo Slam das Minas – RJ.



Fonte: Facebook/slmandasminasrj

Assim como o Isoporzinho das Sapatão, o Slam das Minas acontece em espaços públicos, de forma itinerante e gratuita. Essa característica facilita o acesso e a presença de mulheres, especialmente das periferias a se verem convidadas a refletir e protagonizar ações coletivas que criam espaços de aproximação e afirmação. É um espaço onde a criatividade feminina floresce, onde o amor se expressa em palavras fortes, e onde cada performance é um grito de liberdade e transformação.

Há também o caráter de competição. Em um artigo intitulado *Slam das Minas RJ: A Articulação das Mulheres pela Poesia e pelo Território*, é explicado como a competição acontece:

Às cinco juradas (excluída a possibilidade de ter homens brancos e heterossexuais nesta posição, embora sejam convidados a assistir e pensarem sobre seus privilégios) escolhidas aleatoriamente no meio da plateia, minutos antes do início das apresentações, são dadas orientações de que, além da poesia, a performance e o conteúdo sejam levados em consideração. Atribuídas as cinco notas por elas, de 0 a 10, são descartadas, antes de calcular a média, a maior e menor pontuação (Veloso, et al, 2021, p.6).

Outra característica referente ao movimento e um dos códigos mais marcantes no Slam das Minas – RJ, está no grito de guerra conduzido pelo grupo, geralmente iniciado pela apresentadora. Antes de cada participante começar a declamar sua poesia, ocorre uma interação com o público, na qual ela diz: “Quando eu disser Slam, vocês respondem!” e coletivamente o público responde com entusiasmo: “Minas!”.

O Slam das Minas transcende o conceito de um simples palco aberto para declamação de poesia, é um território de acolhimento, potência e celebração das *vozes-mulheres*¹⁵ plurais que ecoam ancestralidades e resistências. Cada verso proclamado reverbera as memórias de uma oralidade viva, carregando o espírito da *oralitura*, como conceituado por Leda Martins:

O termo oralitura, da forma como o apresento, não nos remete univocamente ao repertório de formas e procedimentos culturais da tradição linguística, mas especificamente ao que em sua performance indica a presença de um traço cultural estilístico, mnemônico, significante e constitutivo, inscrito na grafia do corpo em movimento e na velocidade (Martins, 2001, p. 84).

Para Martins (2001), a *oralitura* é uma prática narrativa que ultrapassa o registro escrito e permanece viva em tradições orais, especialmente presentes na cultura afro-brasileira. Essa poética se manifesta na voz, no movimento e na ação, ressignificando experiências através da fala e da performance do corpo. No Slam das Minas, a prática de proclamar poesias autorais conecta-se diretamente a essa perspectiva, ao transformar a oralidade em veículo de resistência e expressão.

As poetas que ocupam o microfone reconstruem imaginários e reafirmam identidades, promovendo uma escuta ativa e um diálogo profundo entre o passado ancestral e o presente insurgente. Assim, o Slam das Minas não apenas ecoa a subjetividades, mas também reafirma a dimensão política e estética da *oralitura* como ferramenta de transformação e continuidade cultural.

Os temas abordados são múltiplos e diversos, que vão desde a temática das relações raciais, de gênero, sexualidade, vivências periféricas e outros. O evento também garante a homens trans o direito de participação no microfone, além de sua inclusão na organização do coletivo. Um exemplo marcante é o do poeta Tom Grito, que integra o grupo de organizadores e participa ativamente das apresentações, reforçando a importância de uma pluralidade de vozes no espaço.

Descobrir-se enquanto pessoa trans e continuar participando de um espaço como o Slam das Minas - RJ carrega um significado transformador. Trata-se não apenas de uma afirmação de identidade, mas também de uma oportunidade de reescrever narrativas pessoais e coletivas, desafiando as normas sociais que frequentemente invisibilizam ou marginalizam pessoas trans.

¹⁵ Aqui o termo Vozes-Mulheres refere-se ao poema da escritora Conceição Evaristo, com a intenção de remeter a narrativa ancestral da autora ao relatar as experiências passadas, presente e futuro de mulheres negras de sua família em diferentes contextos temporais.

A presença de homens trans no Slam não só enriquece as trocas artísticas e culturais, como também fortalece a ideia de que a luta pela igualdade e pela representatividade deve ser transversal, acolhendo todas as experiências que desafiam as imposições cis-heteronormativas.

Além disso, a integração de homens trans no Slam das Minas ressignifica a importância do coletivo enquanto espaço de acolhimento e resistência. Para muitos, como Tom Grito, trata-se de um lugar onde a descoberta de si pode se transformar em potência criativa, com a arte se tornando uma ferramenta poderosa para questionar preconceitos e promover mudanças sociais. Ao se abrir para múltiplas identidades, o Slam das Minas - RJ reafirma seu compromisso com a diversidade e a inclusão, consolidando-se como um espaço indispensável na cena cultural e política da cidade.

No livro *Erguer a Voz: Pensar como Feminista, Pensar como Negra*, bell hooks (2019) aborda a centralidade da fala como prática de resistência e emancipação, sobretudo para mulheres negras e outras populações marginalizadas. Para hooks (2019) romper com o silêncio imposto pelas estruturas de opressão é um ato radical, pois permite a construção de narrativas próprias e a reivindicação de lugares de poder em sociedades marcadas pela exclusão. Essa perspectiva ressoa profundamente nas práticas do Slam das Minas - RJ, um espaço onde a palavra é ferramenta de luta, acolhimento e transformação.

De acordo com hooks (2019), erguer a voz exige tanto coragem quanto responsabilidade, pois implica assumir os riscos insurgentes ao ato de dizer:

Fazer a transição do silêncio para fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma experiência de nossa transição de objeto para sujeito — a voz liberta. (hooks, 2019, p. 38).

A prática de declamar uma poesia autoral em público vai além da manifestação da criatividade individual, configurando-se como “um ato de resistência, um gesto político que desafia políticas de dominação que nos conservam anônimos e mudos” (hooks, 2019, p. 36). Assim como bell hooks argumenta que o silêncio perpetua a marginalização, o Slam das Minas - RJ desafia esse silêncio ao dar protagonismo às vozes de mulheres LBT, e homens trans, criando um ambiente onde falar é um ato político e poético.

Audre Lorde, mulher negra, lésbica, feminista e poeta, autora do prefácio que inicia esse texto de bell hooks, nos convida a transformar o silêncio em linguagem e ação, enfatizando que o silêncio, muitas vezes motivado pelo medo ou pela opressão, não oferece proteção contra as

violências estruturais que enfrentamos. Ao afirmar que "seu silêncio não vai te proteger", Lorde (2019) destaca que permanecer calada diante das injustiças apenas perpetua os sistemas de dominação e invisibilização. Para ela, a transformação do silêncio em fala é um ato de enfrentamento e sobrevivência, uma forma de reivindicar a existência e a autonomia, e isso se manifesta no Slam das Minas – RJ.

Ao subir em um palco e reivindicar suas histórias e perspectivas, as participantes rompem com as barreiras do silêncio impostas pela cisheteronormatividade, pelo racismo e pelo machismo, transformando suas vivências em poesia e resistência. Nesse sentido, o Slam encarna a prática de "erguer a voz" defendida por hooks (2019), e transforma o silêncio em linguagem e ação, como propõe Lorde (2019), provando que a fala coletiva não só desconstrói as opressões, mas também constrói novas possibilidades de existência e pertencimento.

Abaixo segue a poesia falada de Sabrina Azevedo¹⁶, participante ativa do Slam das Minas – RJ:

Então eu cresci e embarquei num expresso sem direção
 Conflitos entravam na minha mente sem explicação
 Tristeza, ansiedade e depressão
 Pensei em tirar a minha vida
 Mas a poesia foi a minha salvação
 Mas uns amigos ficaram sozinhos no vagão
 Não tiveram outra opção
 Não conheceram a poesia
 Do pique-pega, eles foram em direção à guilhotina
 E eu lembro daquela tia, agarrada na perna do assassino
 Pedindo para não matarem seu filho.
 Mas POU – ele foi executado
 Gelson da Silva, meu amigo assassinado
 Não teve futuro, morreu no presente, só teve passado
 Mas minha lembrança é ele jogando bolinha de gude ao meu lado
 Ai quem me dera se a vida fosse uma eterna infância

¹⁶ Nascida no Rio de Janeiro, Sabrina Azevedo é poeta, atriz, escritora, dramaturga, comediante e produtora cultural. Bicampeã do Slam RJ por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, representou o Rio de Janeiro no Slam BR (Campeonato Brasileiro de Poesia Falada) realizado em São Paulo. Em 2019, venceu o Torneio Nacional Singulares de Poesia. Fonte: instagram.com/eusabrinaazevedo

Sei que nem todas serão iguais à minha
 Mas eu ainda tenho esperança
 Que criança viva como criança
 E que ali, para ela, a vida seja uma eterna brincadeira
 E que pais desorientados saibam:
 um gesto errado afeta uma criança pela vida inteira
 Então que nossas lembranças sejam nossas heranças
 Porque brincadeira de criança é paz, amor e esperança

...

Tu já ouviu a história da menina preta
 Que cresceu evitando se olhar no espelho
 Tinha algo errado
 Seguia desviando de bala
 Com a mesma habilidade
 De desviar da bola no queimado
 Nunca gostou de pique pega
 E achava injusto o pique alto
 Por que sempre tá com você
 Se você tá no baixo
 Mas achava interessante o pique cola
 Se seu amigo foi pego
 Ele fica ali parado
 Na atividade
 Sem direito de ir ou vir
 Ta congelado
 Até que alguém do seu time prova que tá do seu lado
 Te dar um toque e tu livre
 Eu chamo esses de revolucionários
 Ela demorou a entender o alerta cor
 Até precisar descer pra pista

E vê que se não tivesse a cor certa
Levaria bolada
A LER TÁ COR
QUAL COR?
BRANCO
Morto, vivo
Morto, vivo
Morto, vivo
Subindo e descendo até se confundir
E ela começar a duvidar da sua existência
E Optar pelo pique esconde
Porque achou mundo perigoso
E só queria ouvir “123 salve todos”
Só quem foi sabe o que é ser uma criança avançada
Mente acelerada
Em tudo ela estava ligada
Ela tava ali e ninguém viu
E quando ela notou o que viu
Correu, fugiu., sumiu... Xiu...
Ninguém viu
Corre menina foge pra mata
Foge que lá você tá protegida
Corre menina foge pra mata
Foge que ela você tá protegida
Dormiu criança
Sentiu cólica na madrugada
E acordou mocinha
Foi esse o nome que disseram
E como pular amarelinha
Jogou a pedrinha
E já não queria ser criança aos 12
Aos 12 queria ser novinha de 14

É que em 2007 Mc dido lançou
 A que mais tocava:
 “Pega as mocinhas de 14”
 E ala sabia que pra ser aceita
 Tinha que ser desejada
 Então alisa o cabelo e maquiagem na cara
 Essa é a resistência de uma mina preta favelada
 Ela viu sua favela ser invadida
 Lembrou o pique bandeirinha
 De um lado os “zomi” de preto
 Do outro os cria de vermelho
 E foi voltando da escola que viu que a favela tinha sido tomada
 A novinha ficou bolada
 E como no jogo uno eles deram um bloqueio
 Na outra rodada ela chegou o +4
 Eles ficaram irritados
 E elas ainda tinha o +2
 Mas nem deu tempo
 Disseram “mete o pé da favela ou tu vai ficar como exemplo “
 Expulsa de casa aos 15
 E nem foi pelos pais
 Aquilo foi um lembrete
 “Agora tá valendo você não é mais café com leite”
 vivência gera ação
 Ação gera reação
 Faz abrir a visão
 E ela entende que nunca vai ser como eles
 Que o foco da bolinha de gudi
 Sempre foi mirar, acertar e
 Tomar tudo que é deles
 Pra ela que cresceu tentando ser branca
 Tá ali era fácil

“Eu posso falar com eles agir como eles.
 Eles não podem falar como eu falo e agir como eu ajo”

E é eu e eu mesma no taco
 E cada 10 pontos é mais 10 evolucionários
 Isso é trabalho feito mesmo sem edital aprovado
 E o sonho não é mais tá na academia
 Ela nem sabe se da tempo
 Mas fé pros preto acadêmico
 E o certo
 É tu transformar esse discurso que aprendeu
 Pra papo reto
 Hoje dizem que ela é marrenta
 Marra não
 Postura
 Rj a vida é dura
 Então atura
 E se somos em vida o sonho dos nossos antepassados
 Será que hoje eles se sentem vingados
 E ela pensa “O que meus descendentes vão ter de legado?”
 Então ela deixa registrado
 E fica a mensagem
 Por sabrina Azevedo
 Pique flow poético de Nick minaj

As duas poesias acima de Sabrina Azevedo carregam uma carga emocional e uma profunda reflexão, ao abordar temas como a dor da perda, os impactos da violência na infância e a potência transformadora da poesia. A poesia resgata memórias de uma infância marcada pela inocência das brincadeiras com a brutalidade da realidade, que interrompe sonhos e encerra vidas de forma precoce. A salvação pela poesia, narrada pelo eu lírico, revela um ato de resistência: transformar a dor e o trauma em versos que carregam esperança e reflexão. Ao final, o poema clama por um mundo onde a infância seja protegida, celebrada e vivida plenamente, destacando a necessidade de gestos afetivos na criação de crianças.

Essa perspectiva conecta-se diretamente com o pensamento de Audre Lorde em *Poesia não é um luxo*:

Para as mulheres, então, a poesia não é um luxo. É uma necessidade vital da nossa existência. Ela cria a qualidade da luz sob a qual baseamos nossas esperanças e nossos sonhos de sobrevivência e mudança, primeiro como linguagem, depois como ideia, e então como ação mais tangível. É da poesia que nos valemos para nomear o que ainda não tem nome, e que só então pode ser pensado. Os horizontes mais longínquos das nossas esperanças e dos nossos medos são pavimentados pelos nossos poemas, esculpidos nas rochas que são nossas experiências diárias. (Lorde, 2019).

Para Lorde, a poesia é mais do que uma forma artística; é uma necessidade vital, uma prática que permite imaginar futuros possíveis e dar forma a sentimentos que ainda não encontraram palavras. “Como poetas. E não existem novas dores. Já as sentimos antes. E escondemos esse fato no mesmo lugar onde temos escondido nosso poder. As dores emergem dos nossos sonhos e são os nossos sonhos que apontam o caminho da liberdade” (Lorde, 2019, p. 49).

No Slam da Sabrina Azevedo, a poesia aparece como um suporte para ludibriar a dor, uma ferramenta que transforma experiências de sofrimento em resistência e criação. Lorde (2019) argumenta que a poesia é um ato político e espiritual, pois permite acessar verdades profundas, articular emoções complexas e gerar mudanças concretas.

No contexto do poema, a poesia atua como um meio de ressignificar a perda e manter viva a memória dos que foram silenciados pela violência. Ela é o espaço onde a infância, a esperança e o desejo de um futuro melhor podem ser preservados e reivindicados. Assim, a obra reafirma o que Audre Lorde (2019) proclama: a poesia não é um luxo, mas uma necessidade urgente para imaginar, resistir e transformar.

Por fim, o Slam das Minas – RJ é um movimento que nasce e permanece nas ruas, reafirmando sua proposta de ser um espaço de resistência e expressão coletiva. Protagonizado por mulheres, predominantemente lésbicas e negras, o Slam transcende a poesia como arte individual, tornando-se uma prática política e transformadora. É nas ruas que essas vozes encontram ouvidos atentos, desafiando silêncios históricos e construindo novas narrativas. Assim, o Slam das Minas – RJ se consolida como uma ação de visibilidade e empoderamento, onde a palavra é arma e cura, onde a poesia ajuda a mulheres LBT e homens trans a erguerem suas vozes.

4.3.Arte, corpo e música: Sapagode, O rebu (bloco de carnaval)

Este subcapítulo diz respeito à dimensão musical e cultural do movimento lésbico/sapatão no Rio de Janeiro (RJ), destacando iniciativas que celebram a expressão artística e a convivência de mulheres lésbicas e bissexuais. Um exemplo notável é o grupo de pagode *Sapagode*, formado por mulheres lésbicas que promovem rodas de samba e pagode com apresentações em eventos públicos e privados, o grupo se consolida como um espaço festivo e de visibilidade, ressignificando a relação entre gênero, sexualidade e música no cenário carioca.

De acordo com o trabalho monográfico de João L. Meneses (Do samba ao pagode: uma análise sobre a origem e o desenvolvimento do pagode no Brasil), o pagode é um estilo musical brasileiro, que surgiu no Rio de Janeiro entre as décadas de 1970 e 1980 como uma derivação do samba. Incorporando elementos do partido-alto e do samba de roda, o pagode trouxe uma nova roupagem ao gênero, caracterizando-se por um ritmo mais festivo e dinâmico. Além disso, o pagode se distingue pela ênfase na melodia vocal, pela introdução de instrumentos inovadores, como o banjo adaptado e o repique de mão, e pela capacidade de dialogar com influências contemporâneas, mantendo-se conectado às tradições do samba, mas com uma energia própria que conquistou públicos diversos (Meneses, 2016).

Assim como o samba, o pagode por muito tempo foi um espaço predominantemente masculino, nesse contexto, a existência de um grupo de pagode formado exclusivamente por mulheres lésbicas, como o *Sapagode*, adquire um significado ainda mais profundo. Este grupo não é apenas uma celebração musical, mas também um espaço de resistência e autonomia, criado para mulheres lésbicas apreciarem e se expressarem livremente, sem o temor de assédios ou importunações.

Em um cenário musical e social historicamente dominado por homens e pela heteronormatividade, um grupo de pagode 100% lésbico ressignifica os gêneros (o musical e o feminino), promovendo uma experiência inclusiva e acolhedora, onde a música não é apenas entretenimento, mas também afirmação de identidade e construção de comunidade. Além de oferecer um ambiente seguro, o *Sapagode* contribui para a visibilidade e a valorização da cultura lésbica no Rio de Janeiro, mostrando que o pagode também pode ser um território onde mulheres lésbicas protagonizam ações e narrativas, criam redes de apoio e celebram sua existência com orgulho e alegria.

O Sapagode tem esse nome com a intenção de informar já no nome do grupo a que ele veio: uma mistura de *sapatão* e pagode, e enfatiza também o caráter político de ocupação das ruas, principalmente as ruas do centro do Rio de Janeiro onde o grupo se apresenta constantemente. Abaixo alguns exemplos de cards de divulgação de ações do Sapagode no Rio de Janeiro:

Figura 13- Sapagode arte-convite de divulgação 1



Fonte: [instagram.com/sapagode](https://www.instagram.com/sapagode)

Figura 14 - Sapagode arte-convite de divulgação 2



Fonte: [instagram.com/sapagodeoficial](https://www.instagram.com/sapagodeoficial)

Maria sapatão, sapatão, sapatão
 De dia é Maria
 De noite é maria também.¹⁷

Outro destaque é o bloco *O Rebu*, reconhecido como o primeiro bloco carnavalesco lésbico do Rio de Janeiro, com uma configuração semelhante ao *Sapagode*. Focado no período do carnaval, o bloco agrupa mulheres lésbicas e bissexuais em torno da alegria e da ocupação de espaços públicos, ampliando a representatividade no maior evento cultural do país.

O bloco ganha esse nome em referência ao “rebuceteio”. A palavra "Rebuceteio" é definida em diversos dicionários como uma reunião de pessoas em meio a barulho e confusão. Contudo, no contexto da comunidade lésbica do Rio de Janeiro, o termo ganha uma conotação mais específica: refere-se a um grupo de mulheres lésbicas ou bissexuais que compartilham entre si uma rede de relações afetivas ou amorosas passadas ou presentes. Por exemplo, a ex-namorada de uma mulher pode ser atual de uma amiga ou ex de outra mulher do mesmo círculo, mas todas mantêm boas relações e convivem de forma harmoniosa.

Figura 15- O Rebu Bloco.



Fonte: instagram.com/orebubloco

¹⁷ Fragmento da marchinha popular de carnaval de rua “Maria sapatão” adaptado pelo bloco O Rebu.

O bloco *O Rebu*, no Rio de Janeiro, faz referência direta a essa dinâmica ao escolher o termo como inspiração para seu nome. Mais do que uma brincadeira com o conceito, *O Rebu* utiliza o espírito de coletividade e conexão implícito em "rebuceteio" para criar um espaço de celebração e resistência que é politicamente posicionado. Esse coletivo cultural se posiciona contra o feminicídio, a lesbofobia, a transfobia e outras formas de violência que atingem mulheres e pessoas LGBTQIA+.

Por meio de manifestações artísticas e lúdicas, *O Rebu* transforma o carnaval em uma plataforma de denúncia, ao mesmo tempo em que celebra a força, a diversidade e os vínculos afetivos da comunidade lésbica e bissexual. Assim, *O Rebu* não apenas ressignifica o termo "rebuceteio" como também amplia seu alcance, transformando-o em um símbolo de solidariedade, luta e alegria compartilhada, reforçando a importância de espaços que acolhem e valorizam essas experiências.

A divulgação acontece por meio das redes sociais *facebook*¹⁸ e *Instagram*¹⁹, e os eventos ocorrem em espaços públicos e privados na região central do Rio de Janeiro. Durante o carnaval, o bloco geralmente faz o cortejo no Arco do Teles – Praça XV de Novembro, onde acontecem outros movimentos carnavalescos. O local é divulgado somente no dia do evento, a fim de evitar contrapartidas e para não atrair pessoas fora do público-alvo, argumento que é considerado quando a pesquisa opta por não produzir mapas com localizações referentes a essas ações de modo a não expor em demasia as espacialidades estudadas.

Reconhecido como o “primeiro bloco lésbico assumido no Rio de Janeiro”, possui atualmente cerca de 2.385 seguidores na rede social Instagram. Mais do que um bloco carnavalesco, *O Rebu* se destaca como um movimento cultural e político que promove ações para além da folia, como rodas de conversa sobre raça e sexualidade e leituras coletivas de textos, com o objetivo de fortalecer politicamente mulheres que se relacionam com mulheres.

Durante a pandemia de COVID-19, quando o bloco foi impossibilitado de ir às ruas, o coletivo adaptou suas atividades e organizou uma série de debates virtuais abordando temas relevantes, como saúde mental e ginecológica da mulher lésbica, violência doméstica entre mulheres, raça e sexualidade, maternidade lésbica, mercado de trabalho, entre outros.

¹⁸ <https://www.facebook.com/orebubloco>

¹⁹ <https://www.instagram.com/orebubloco/>



Fonte: instagram.com/orebubloco

Movimentos como *O Rebu* desempenham um papel fundamental para a comunidade lésbica do Rio de Janeiro ao criarem espaços seguros de acolhimento, diálogo e troca de experiências. Em um cenário onde a violência, a invisibilidade e a discriminação ainda são realidades frequentes, iniciativas como essa possibilitam a construção de redes de apoio, promovem a conscientização política e fortalecem a identidade coletiva. Além disso, ao abordar temas interseccionais, *O Rebu* amplia a compreensão sobre os desafios e as potencialidades das mulheres lésbicas em diferentes contextos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e representativa.

Por meio de suas ações, seja nas ruas durante o carnaval ou em plataformas digitais, *O Rebu* reafirma a importância de ocupar espaços culturais e políticos, celebrando a diversidade e lutando por visibilidade e direitos para as mulheres que se relacionam com mulheres.

4.4.Noite delas: Velcro e Bailão das Sapatão

No contexto das festas noturnas, a *VelcroLivre* e *Bailão das Sapatão* ocupam um lugar de protagonismo ao oferecerem eventos noturnos exclusivos para mulheres lésbicas e bissexuais. Produzidas por mulheres e realizadas em casas noturnas do Rio de Janeiro (RJ), essas festas seguem o formato de balada e se consolidaram como ambientes seguros e acolhedores, onde a diversão se alia à construção de uma comunidade.

Nesses eventos só são permitidos a entrada de mulheres LBT e homens transexuais. Essa movimentação de festas noturnas é uma manifestação significativa do protagonismo lésbico e bissexual, promovendo encontros, redes de apoio e a reafirmação de identidades que resistem e celebram em um cenário historicamente marcado pela invisibilidade. Além de permitir que mulheres se relacionem afetivamente sem sofrer importunações e preconceitos, sem que seus corpos ou seus beijos sejam fetichizados.

A *VelcroLivre* é uma festa noturna emblemática no Rio de Janeiro, voltada exclusivamente para mulheres e pessoas com vulva. Criada como um espaço de celebração, segurança e acolhimento, a festa destaca-se por sua proposta inclusiva e por dar protagonismo a mulheres lésbicas e bissexuais em todas as etapas de sua produção. Desde as DJs que animam a pista até as fotógrafas que registram os momentos, passando pelas produtoras que organizam o evento, a *VelcroLivre* é inteiramente conduzida por mulheres, fortalecendo a representatividade e valorizando os talentos femininos em um setor predominantemente masculinizado.

Um dos diferenciais da festa é a chamada "lista trans", que garante acesso gratuito a pessoas trans, promovendo a integração de um público frequentemente marginalizado em espaços noturnos. Essa iniciativa não apenas reconhece a importância da inclusão, mas também reforça o compromisso da *VelcroLivre* em criar um ambiente verdadeiramente acolhedor e respeitoso para todos que compartilham de suas propostas.

Figura 17- Velcro Livre e lista trans.



Fonte: instagram.com/velcrolivre/

Ao oferecer um espaço seguro e dedicado para mulheres lésbicas, a *VelcroLivre* não se limita ao entretenimento, uma vez que ela representa um movimento cultural e político que celebra a diversidade lésbica, desafia as normas cis-heteronormativas e contribui para a construção de uma rede de apoio e fortalecimento coletivo. Esse ambiente, onde mulheres podem se divertir, criar e se conectar sem o receio de assédios ou discriminação, é um marco importante na cena noturna do Rio de Janeiro, reafirmando o direito ao lazer e à liberdade de existir em plenitude.

4.5.Bailão das sapatão

Figura 18 - Bailão das sapatão.



Fonte: instagram.com/bailaodas.apatao

O Bailão das Sapatão é mais do que uma festa noturna voltada para mulheres lésbicas e bissexuais. Com uma forte pegada política, o evento é organizado por uma produção composta exclusivamente por mulheres LBT e tem como destaque a presença de DJs e animadoras que também fazem parte dessa comunidade. O evento ocorre na Rua Sacadura Cabral, próximo à Pedra do Sal, na região portuária do Rio de Janeiro, território marcado por histórias de resistência e ancestralidade.

Além de ser um espaço de diversão e expressão cultural, o Bailão das Sapatão se destaca como um importante núcleo de articulação política e econômica para mulheres LBT. Durante as festas, acontece uma feira de empreendedorismo que proporciona às mulheres a oportunidade de comercializar produtos e serviços, promovendo trocas e fortalecendo redes de apoio mútuo. O evento também inclui saraus e microfones abertos, possibilitando que as participantes expressem sua criatividade, artes e vivências.

A atuação do Bailão vai além do espaço festivo, pois se alinha a Ocupa Sapatão²⁰ na organização de atos e manifestações em prol do movimento lésbico no Rio de Janeiro, como caminhadas do orgulho lésbico, piquenique em praças públicas e outros. Essa articulação amplia o alcance das pautas políticas, reivindicando direitos e visibilidade, enquanto fortalece a solidariedade entre as integrantes do movimento.

²⁰ A Ocupa Sapatão é uma coletiva de mulheres lésbicas que realizam ações no Rio de Janeiro em prol e para mulheres lésbicas em diversos contextos. Iniciou no ano de 2019. As ações acontecem durante todo o ano, mas o mês de agosto, mês que se comemora a visibilidade lésbica é quando ocorrem ações com mais intensidades. Nos últimos anos, a coletiva realizou atos e manifestações pacíficas contra o lesbocídio e a lesbofobia. O nome diz respeito a ação de ocupar espaços públicos para reivindicar direitos das mulheres lésbicas e promover ações culturais/festivas a fim de reunir o público-alvo em questão.

A importância do Bailão das Sapatão transcende sua função como evento recreativo. Ele consolida um espaço seguro e acolhedor para mulheres lésbicas e bissexuais, permitindo que suas vozes sejam ouvidas e que suas demandas políticas ganhem força. Além disso, iniciativas como as feiras de empreendedorismo e os saraus ressaltam a relevância de mulheres lésbicas se articularem para além da luta política, reconhecendo que o fortalecimento da comunidade também se dá por meio do apoio econômico, cultural e afetivo.

A existência de espaços como o Bailão das Sapatão reforça a necessidade de integrar resistência e celebração, mostrando que a luta por direitos pode — e deve — ser acompanhada por momentos de conexão, troca e expressão criativa. Essa articulação multifacetada fortalece não apenas o movimento lésbico, mas a rede de suporte necessária para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

5. AFRO-VELCRO: ENEGRECENDO OS ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA SAPATÃO

Este capítulo tem por finalidade investigar o protagonismo de mulheres negras e lésbicas na construção e preservação de espaços seguros no Rio de Janeiro (RJ), com foco na intersecção entre raça e sexualidade dissidente. Sabendo que determinados espaços permanecem interditados para lésbicas em geral, a pesquisa revela que essas interdições se tornam ainda mais severas quando se trata de lésbicas negras. Esse duplo estigma – de gênero e sexualidade não normativa, somado à racialização do corpo negro – configura um cenário de exclusão ainda mais profundo, evidenciando as desigualdades estruturais que atravessam as vivências dessas mulheres na sociedade brasileira.

Nesse contexto, este estudo é um desafio teórico-prático que se insere no campo da pesquisa participativa, onde a pesquisadora não apenas analisa o objeto de estudo, mas também se posiciona como sujeito integrante do universo investigado. Assim, ao utilizar o pronome "nós", reafirmo meu pertencimento a este coletivo de mulheres negras e lésbicas, reconhecendo que faço parte das dinâmicas sociais, culturais e políticas que compõem o cerne da pesquisa. Este posicionamento não apenas legitima a análise, como também assegura que as reflexões aqui apresentadas emergem de uma vivência compartilhada, e não de uma observação distanciada.

Com esse olhar participativo, o capítulo examina como nós, mulheres negras e lésbicas, ao ocuparmos papéis de liderança em movimentos e iniciativas culturais, desempenhamos um papel fundamental na criação de ambientes seguros, acolhedores e politicamente ativos. Esses espaços oferecem refúgio diante das exclusões impostas, mas também funcionam como plataformas para a resistência, a expressão cultural e a articulação política. Ao discutir essas dinâmicas, a pesquisa ajuda a compreender as estratégias mobilizadas na luta por pertencimento e visibilidade, bem como a importância desses espaços enquanto territórios de afirmação, resistência e reconstrução identitária.

Por meio dessa análise, pretende-se destacar como o protagonismo de lésbicas negras é indispensável na transformação de espaços que, historicamente, nos foram negados, ao mesmo tempo que reafirma a necessidade de enegrecer os ambientes de resistência lésbica como parte de uma luta interseccional. Essa abordagem participativa não só potencializa a compreensão das experiências investigadas, mas também fortalece a integração de nossas vozes na

construção de narrativas coletivas que impulsionam mudanças nos espaços de socialização de mulheres lésbicas.

5.1.Afro-velcro: de pretas para pretas

A partir das experiências vividas nas festas, ações e em outros eventos voltados para mulheres lésbicas, e na observação analítica de sua organização e movimentação, a pesquisa vem acompanhando a Afro-Velcro, uma coletiva de mulheres negras, lésbicas e bissexuais que se reuniram a fim de fortalecer laços de amizade, apoio, afetividade e outras relações solidárias dentro e fora do espaço virtual. O elo surgiu de um grupo de amigas lésbicas negras que frequentavam os eventos lésbicos no Rio de Janeiro e perceberam uma maior predominância de mulheres brancas.

A primeira articulação enquanto grupo/coletiva aconteceu na rede social Facebook em agosto de 2016, com a intenção de reunir mulheres negras lésbicas e bissexuais para se encontrar no ato da visibilidade lésbica que aconteceu na Cinelândia - RJ. Esse primeiro grupo possui 358 membros e ainda existe na rede social Facebook, porém com pouca movimentação. O grupo é privado e oculto, permitindo que somente membros possam encontrar e acessar o mesmo.

Figura 19 - Afro-velcro: primeiro grupo.

Sobre este grupo

AFRO VELCRO RJ é um grupo destinado a mulheres negras lésbicas e bissexuais, que residam no estado do Rio de Janeiro e que estejam acima dos 16 anos de idade.

 **Privado**
Somente membros podem ver quem está no grupo e o que é publicado nele.

 **Oculto**
Somente membros podem encontrar o grupo.

 **Histórico**
Grupo criado em 11 de agosto de 2016. Nome alterado pela última vez em 12 de abril de 2020. [Ver mais](#)

Fonte: facebook.com/groups/1047340788713768

No ano de 2021, foi criado um segundo grupo com o mesmo objetivo, tendo como membros 191 mulheres. Com a defasagem da rede social Facebook, o grupo migrou para outra rede social mais interativa, e no dia 04/11/2021 foi criado no WhatsApp. Atualmente, o grupo

é bastante ativo com 62 integrantes, das quais 3 são administradoras e tem por objetivo reunir mulheres negras com interesses em comum, como lazer, festas, indicações de leituras, profissionais da saúde física e mental, entre outros.

A necessidade de criar um espaço exclusivo para mulheres negras lésbicas se justifica, como já tratado, pela interseccionalidade das opressões vividas por esse grupo. Ao serem negras e lésbicas, essas mulheres sofrem duplamente com o racismo e a lesbofobia, experiências que muitas vezes não são compreendidas ou dada a devida importância por outras mulheres lésbicas que não vivenciam o racismo de forma tão intensa.

A Afro-Velcro nasceu da percepção de que as mulheres negras precisavam de um lugar seguro para compartilhar suas experiências, buscar apoio mútuo e construir redes de solidariedade. Ao se unirem, elas encontram um espaço onde podem se reconhecer, se fortalecer e lutar juntas por seus direitos. Além de promover a união e a troca de experiências, a Afro-velcro também desempenha um papel fundamental na visibilização das questões que afetam as mulheres negras lésbicas. Ao compartilhar informações sobre saúde, educação, cultura e outros temas relevantes, o grupo contribui para a construção de um conhecimento mais amplo e abrangente sobre realidades específicas dessas mulheres.

Figura 20 - Afro-velcro: segundo grupo.

Sobre este grupo

Olá meninas, bem-vindas ao nosso grupo. 🖤

Esse espaço foi criado para mulheres negras que se relacionam com mulheres. Bora afrocentrar nossas relações!? Sabemos que apesar de avanços nas relações dentro da comunidade LGBT+, as pautas de pessoas negras ainda são deixadas pra trás...

Feito de pretas para pretas! 🖤 ❤️ [Ver menos](#)

Privado

Somente membros podem ver quem está no grupo e o que é publicado nele.

Oculto

Somente membros podem encontrar o grupo.

Histórico

Grupo criado em 1 de agosto de 2021. Nome alterado pela última vez em 1 de agosto de 2021. [Ver mais](#)

Fonte: facebook.com/groups/615575566075533

Figura 21 - Afro-velcro – Logo/arte.



Fonte: Whatsapp do grupo (autor desconhecido)

Assim como o primeiro grupo, o segundo também foi criado de forma privada e oculta, para preservar a privacidade das integrantes. O nome permaneceu Afro-velcro em referência a afro (negras) e velcro, movimento citado no capítulo anterior. Na rede social whatsapp do grupo, existem algumas regras e requisitos a serem respeitados, como podemos observar a seguir:

Figura 22- Afro-velcro – New era.



Regras do grupo:

1° Sem negrômetro;

Sabemos que entendimento e aceitação de negritude é um longo processo. Lembrem-se que a moderação irá avaliar as mulheres antes de aceitá-las no grupo.

2° Sem discurso de ódio ou ofensas;

3 °Grupo de mulheres negras;

Aqui é um espaço para relacionamentos, histórias, dúvidas e sugestões de mulher negra para mulher negra.

4° Proibido vazamento;

Não vaze posts do grupo, o grupo existe de forma privada pra todas terem privacidade.

Criado em 04/11/2021

Fonte: acervo pessoal²¹

²¹ Imagem retirada do grupo do whatsapp a qual eu sou integrante desde a sua criação em 2021 e com ciência/autorização das mediadoras.

A primeira regra estabelece que não será tolerada a prática popularmente conhecida como "negrômetro", que consiste em determinar se uma pessoa é negra ou não, ou em criar hierarquias baseadas em tons de pele ou níveis de melanina. Essa regra visa evitar discriminações e reforçar a equidade entre as participantes. A segunda regra enfatiza a importância do respeito mútuo, proibindo qualquer discurso de ódio ou ofensas. O objetivo é garantir um ambiente harmônico e acolhedor para a socialização do grupo.

A terceira regra é, na verdade, uma reafirmação do público deste espaço, evidenciando que ele é destinado exclusivamente a mulheres lésbicas negras, fortalecendo sua presença, representatividade e protagonismo. Por fim, a quarta regra diz respeito à privacidade do grupo, que valoriza a confidencialidade das interações. Esse cuidado assegura um espaço protegido para que as participantes possam compartilhar suas angústias, experiências e questões pessoais de forma livre e protegida.

Desde sua criação, em 2021, o grupo tem desempenhado um papel crucial para mulheres lésbicas e bissexuais negras do Rio de Janeiro (RJ). Assim como eu, muitas mulheres encontraram nesse espaço um ambiente acolhedor e seguro para refletir e lidar com questões relacionadas à sexualidade, sempre contextualizadas pelas questões raciais que nos atravessam. Dentro do universo de mulheres lésbicas e negras, há uma multiplicidade de vivências que, embora distintas, apresentam pontos de convergência significativos, fortalecendo o sentido de pertencimento e solidariedade entre as participantes.

As ações promovidas pelo grupo ocorrem tanto de forma presencial quanto virtual, abrangendo uma ampla gama de atividades. No formato presencial, incluem encontros em festas, shows, visitas coletivas a exposições em museus do Rio de Janeiro, participação em atos e manifestações. No âmbito virtual, destacam-se rodas de conversa, leituras coletivas de textos selecionados pelo grupo e grupos de estudo voltados para reflexões sobre raça e sexualidade.

Por fim, reconhece-se que a criação deste espaço – uma espacialidade específica para mulheres negras dentro de uma espacialidade lésbica mais ampla, como a Afro-velcro que emerge da Velcro e de outras iniciativas – revela a profundidade das interdições enfrentadas por mulheres lésbicas negras. Essas barreiras se mostram ainda mais intensas e complexas do que aquelas vividas por mulheres lésbicas de forma geral (não-negras), evidenciando a necessidade de um lugar de acolhimento e fortalecimento direcionado às suas vivências particulares.

5.2.Afro-Lésbica, Negra Sapatão: Identidade, Espaço e Resistência.

Eu me nomeio “lésbica”
porque essa cultura oprime, silencia e destrói as lésbicas,
mesmo as lésbicas que não chamam a elas mesmas como “lésbicas”.
Eu nomeio a mim mesma “lésbica”
porque eu quero ser visível para outras lésbicas negras.
Eu nomeio a mim mesma “lésbica”
porque eu não quero subscrever-me
à heterossexualidade predatória/institucionalizada.
Eu me nomeio lésbica
porque eu quero estar com mulheres
(e elas todas não têm que chamarem-se a si mesmas ‘lésbicas’).
Eu me nomeio “lésbica”
porque é parte da minha visão.
Eu nomeio a mim mesma lésbica
porque ser mulher-identificada foi o que veio me mantendo sã.
Eu chamo a mim mesma “Negra”, também,
porque Negra é a minha perspectiva,
minha estética, minhas políticas, minha visão,
minha sanidade.”

Cheryl Clarke, em “Novas Notas em Lesbianismo

Nesta parte busca-se construir uma perspectiva geográfica para o termo “afro-lésbica”, que tem suas raízes nos estudos literários. A afro-lesbianidade surge como uma forma de identificar e reconhecer o protagonismo de mulheres negras e lésbicas tanto na produção literária quanto na ficcionalização de suas vivências. Para nós, lésbicas negras, nossos corpos e trajetórias são marcados e atravessados por pelo menos três formas de opressão que se entrelaçam de modo integral e nos impactam profundamente: raça, gênero e sexualidade. Essas formas de opressão não apenas moldam nossas experiências, mas também nos condicionam a construir espaços próprios.

Ao pesquisar o termo “afro-lésbica” na rede de pesquisa virtual Google, as primeiras informações obtidas são referentes a trabalhos acadêmicos do campo literário, em especial, a literatura afro-brasileira, ou negro brasileira como propõe Cuti (2010). O artigo intitulado “Por uma geografia literária afro-lésbica”²² chamou atenção por abordar a perspectiva das Geografias Lésbicas (Polello, 2018) já apresentada aqui e a proposta de geo-grafias negras (Guimarães, 2020). Dentro dessas perspectivas, as geo-grafias negras têm como base as produções literárias afirmativas, produzidas por pessoas negras e destinadas às mesmas, uma vez que:

(...) na produção literária é possível encontrar descrições de lugares e relações geográficas que se travam nestes que nem sempre são encontrados em algumas pesquisas específicas, principalmente quando se trata de momentos históricos, lugares e pessoas que são vistos de forma marginalizada na sociedade. São informações do texto literário de grande valia para a Geografia e que seu estudo pode ser ampliado nesta área específica do conhecimento e discutido de forma espacial e/ou territorial. É o caso da Literatura Negra brasileira e a Literatura Negra africana, uma vez que ambas podem, perfeitamente, fazer parte das aulas de Geografia com vários objetivos a serem alcançados (Guimarães, 2020, p.11).

Desse modo, podemos compreender que esse conceito diz respeito ao grupo específico de mulheres negras e lésbicas que possuem alguns elementos em comum: estética, sociabilidade, performances do feminino, que são múltiplas e plurais, e redes de apoio e convivência. Uma das propostas reflexivas desta parte da pesquisa é aprofundar analiticamente a adequação do termo afro-lésbicas para as espacialidades produzidas por essas sujeitas em suas ações cotidianas em suas formas de sociabilidade no que se refere ao lazer e aos encontros festivos analisados no capítulo anterior.

Por outro lado, o termo "negra sapatão" emerge com uma potência similar, mas de uso distinto, enraizada nas experiências vividas e nas dinâmicas do cotidiano. Diferente do caráter mais acadêmico e institucionalizado do termo "afro-lésbica", "negra sapatão" é uma expressão mais popular e informal, que carrega consigo a força da oralidade e da autoafirmação. Essa nomenclatura, frequentemente usada, traz um tom de resistência e de apropriação das categorias que historicamente foram usadas de forma pejorativa, e ainda é usada assim, a depender de quem enuncia.

²² Artigo publicado por Elisabeth Costa Silva no 4º Seminário internacional desfazendo gênero. Disponível <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/64204>. Acesso em: 15 de abril de 2024.

Assumir-se como "negra sapatão" é, por si só, um ato de subversão, que desafia as normatividades impostas tanto pelo racismo quanto pela lesbofobia. Dito isso, o diálogo entre "afro-lésbica" e "negra sapatão" se dá, portanto, na complementaridade entre esses dois termos. Enquanto o primeiro termo articula uma dimensão mais teórica e acadêmica, predominante no campo literário, o segundo resgata a vivência cotidiana, a luta no território, e a construção identitária em espaços informais e construídos coletivamente. Ambas as expressões confluem na denúncia às interdições que atravessam as vidas de mulheres negras lésbicas, mas também na celebração das estratégias de resistência e reinvenção que essas mulheres constroem para afirmar suas existências e presença, como o grupo coletivo Afro-velcro.

Ao mesmo tempo, esses conceitos dialogam com diferentes dimensões da identidade e do pertencimento. "Afro-lésbica" enfatiza a ligação com a diáspora africana e com o resgate histórico-cultural, enquanto "negra sapatão" reflete a força da identidade local, da ressignificação de estigmas que a palavra "sapatão" carrega. Assim, juntas, essas duas expressões oferecem um panorama multifacetado da experiência de ser uma mulher negra e lésbica.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, intitulada *Geografias Lésbicas: Reconfigurações Espaciais de Mulheres Negras Sapatão no Rio de Janeiro*, tem sua origem em um acúmulo de experiências vividas em espaços concebidos por e para mulheres lésbicas na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Essas vivências, caracterizadas por trocas significativas e experiências coletivas, forneceram a base empírica para a construção desta investigação, cujo objetivo principal é ampliar o debate na Geografia sobre a relação entre mulheres lésbicas e as questões espaciais, a partir de uma perspectiva interseccional que inclui raça, gênero e sexualidade.

Para tal, inicialmente buscou-se visibilizar a discussão da Geografias Lésbicas no campo geográfico a partir da revisão bibliográfica sobre a produção teórica de geógrafas anglófonas, como Gill Valentine e Kath Browne, que apresentam importantes reflexões sobre as espacialidades lésbicas e suas especificidades. Um dos achados da revisão da literatura foi o que apontou para o uso das Geografias Lésbicas em trabalhos do campo literário (Polessso, 2018). Por outro lado, os dados analisados ao longo desta pesquisa revelaram uma significativa lacuna no âmbito da geografia brasileira, que, embora apresente contribuições relevantes, como as de Joseli Maria Silva (2019) e Souza (et al, 2024), o tema ainda é abordado de forma tímida.

Essa escassez é ainda mais evidente quando se trata da interseção entre lesbianidades e negritude, uma realidade que demanda maior atenção científica e política. Dessa forma, esta pesquisa também se propôs a investigar como mulheres negras sapatão no Rio de Janeiro constroem, ressignificam e moldam os espaços urbanos para garantir sua segurança, visibilidade e expressão corporal, sexual e afetiva. Enfrentando desafios específicos relacionados às intersecções de raça, sexualidade e gênero, essas mulheres reconfiguram o espaço urbano não apenas como territórios de resistência, mas também como lugares de afirmação identitária e criação coletiva.

Dessa forma, ao abordar essa temática, este estudo contribui para suprir lacunas teóricas e metodológicas no campo da Geografia, evidenciando a relevância das espacialidades lésbicas negras como um campo legítimo e urgente de investigação. Essa abordagem é fundamentada em referências que dialogam diretamente com o objetivo proposto, como a epistemologia negra-sapatão desenvolvida por Saunders (2017), que oferece uma perspectiva crítica e interseccional para compreender as dinâmicas espaciais vivenciadas por mulheres negras

sapatão.

No primeiro capítulo da dissertação, foi evidenciada a necessidade de um aprofundamento analítico na investigação de dados mais recentes sobre a violência enfrentada por mulheres lésbicas, abrangendo índices de homicídios, agressões, estupros e outras formas de violência que permeiam suas experiências cotidianas. Essa lacuna de informações quantitativas revela-se como um grande desafio, já que a escassez de registros formais e a subnotificação de ocorrências limitam a compreensão real da dimensão e da especificidade desse problema. A dificuldade em acessar dados sistematizados está diretamente relacionada às barreiras institucionais, à invisibilidade das lésbicas no âmbito das políticas públicas e à ausência de categorias analíticas específicas que contemplem essas vivências. Nesse sentido, embora a presente pesquisa tenha trazido à tona a urgência dessa discussão, torna-se evidente que uma abordagem mais detalhada e ampla requer uma investigação de mais longo alcance, visando um aprofundamento teórico e o desenvolvimento de metodologias específicas e articulações com órgãos públicos, organizações sociais e movimentos que atuam no combate à violência de gênero e sexualidade, para viabilizar a construção de dados mais robustos.

Ao analisar a construção de espaços lésbicos criados por e para mulheres lésbicas, tornou-se evidente que a pesquisa aponta para um mapeamento analítico das ações constituídas enquanto eventos de apropriação espacial temporária que dialogam com a teoria da "cartografia da ação social", conforme proposta por Ana Clara Torres Ribeiro (2001). Esse diálogo não se dá necessariamente pela prática de cartografar no sentido estrito da produção de mapas, mas sim pelo aspecto analítico de reconhecimento de como as ações e práticas das sujeitas evidenciam a criação e a ocupação de territórios simbólicos e afetivos construídos e ocupados por e para mulheres lésbicas.

A pesquisa aprofundou a identificação e caracterização de ações como o *Isoporzinho das Sapatão*, o protagonismo lésbico no *Slam das Minas - RJ*, e as festas *VelcroLivre* e *Bailão das Sapatão* que são ações que em conjunto ilustram como esses eventos transcendem a simples organização de encontros culturais específicos para mulheres lésbicas e podem, por meio das teorias do envolvimento (Ribeiro, 2012) produzir uma Geografia Corporificada atenta à vida urbana e o cotidiano de grupos sociais que resistem às imposições da normatividade hegemônica. Essas ações se configuram como manifestações de resistência às interdições espaciais e evocam a construção coletiva, que articula a criação de espaços de acolhimento, com expressões espaciais do pertencimento e do direito à cidade. São ações que afirmam o

direito à sua própria existência e presença nos espaços públicos. Essas ações revelam um dinâmico movimento de práticas espaciais que, ao mesmo tempo desafiam normas heterocisnormativas, e criam formas de reivindicar o direito à cidade (Lefebvre, 2001) e à vida plena.

Além disso, a pesquisa também revelou a centralidade da interseccionalidade para a compreensão da complexidade das dinâmicas espaciais e das vivências de mulheres lésbicas negras em uma cultura marcadamente sexista e racista como a brasileira (Gonzalez, 1984). Embora eventos como o *Isoporzinho das Sapatão*, o *Slam das Minas - RJ* e as festas *VelcroLivre* e *Bailão das Sapatão* sejam espaços importantes de resistência e expressão lésbica, ficou evidente que, para mulheres negras lésbicas, essas ações nem sempre dialogam plenamente com suas experiências interseccionais e suas demandas por aquilombamentos.

Nos espaços negros, muitas vezes essas mulheres enfrentam deslocamento e invisibilização em razão de sua sexualidade. Por outro lado, nos espaços lésbicos, as questões raciais frequentemente são negligenciadas ou tratadas de forma superficial, o que contribui para a exclusão e a não contemplação das especificidades de suas vivências. Esse contexto evidenciou a necessidade de criação de espaços que dialogassem mais diretamente com as realidades de mulheres negras lésbicas, resultando no surgimento de iniciativas como a coletiva *Afro-velcro*, que foi uma das ações mais interessantes do ponto de vista analítico acerca da produção interseccional de espacialidades negras e lésbicas.

A *Afro-velcro* constitui-se como um espaço fundamental não apenas para acolhimento, mas também para a articulação política, cultural e afetiva de mulheres negras lésbicas, promovendo encontros que reconhecem e valorizam a intersecção de raça e sexualidade em suas experiências, seja no campo virtual, como na confluência do grupo em outras espaço-temporalidades, como na prática de ocupar espaços ainda que temporários para a criação de espacialidades seguras, como as ações analisadas. Esse espaço representa uma resposta direta à carência de ambientes que considerem essas especificidades e demonstra a importância de ações autônomas, espontâneas de sujeitas que se organizam em coletividades para garantir visibilidade, segurança e pertencimento.

Teorizar sobre a *Afro-velcro* e sua relevância tornou-se indispensável para uma melhor compreensão dessa carência e das estratégias criadas por mulheres afro-lésbicas, ou negros-sapatão para reconfigurar os territórios urbanos e sociais. Analisar esses espaços tendo como

referência analítica as interseccionalidades permitiu não apenas ampliar o entendimento sobre as espacialidades lésbicas negras, mas também contribuir para o fortalecimento de políticas e ações que contemplam a diversidade e a complexidade das vivências dessas mulheres no cotidiano da vida urbana.

Por fim, cabe ressaltar que a presente pesquisa evidenciou a relevância social do tema da investigação, produziu um levantamento de referências teóricas que permitiram mostrar o caráter de inovação do tema no campo geográfico e ainda apontou para possíveis desdobramentos analíticos que estimulam a continuidade da pesquisa.

7. REFERÊNCIAS

- BORRILLO, D. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Tradução de G. J. F. Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BRASIL. **Dossiê apresentado ao MDHC indica 273 mortes de LGBTIA+ no Brasil, em 2022**. Serviços e Informações do Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 14 jul. 2024.
- BROWNE, Kath; LIM, Jason; BROWN, Gavin (Ed.). **Geographies of sexualities: Theory, practices and politics**. Farnham: Ashgate Publishing, Ltd., 2009.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Editora José Olympio, 2018.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990].
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CIRQUEIRA, Diogo Marçal; GUIMARÃES, Geny Ferreira; DE SOUZA, Lorena Francisco. **Introdução do caderno temático “Geografias Negras”**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 12, n. esp., p. 3–11, 2020.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV. AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004. p. 7-16.
- CURIEL, Ochy. **El lesbianismo feminista: una propuesta política transformadora**, 2007. Disponível em: <http://lahaine.org/index.php?blog=3&p=23079>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- DE SÁ, Tayná Corrêa. **Revolução através da palavra: reflexões acerca do uso da literatura e da oralidade como expressão social e atuação política no Slam das Minas-RJ**. GIS-Gesto, Imagem e Som-Revista de Antropologia, v. 6, n. 1, 2021.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, volume I: a vontade de saber**. 2^a edição. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GUIMARÃES, Geny. **Geo-Grafias Negras & Geografias Negras**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadorxs Negrxs - ABPN, v. 12, p. 292-311, 30 abr. 2020. DOI 10.31418/2177-2770. 2020.v12.c1.p292-311. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341052806_GEO-GRAFIAS.

GUIMARÃES, Geny. **A Geografia desde-dentro nas relações étnico-raciais**. In: NUNES, Marcone Denys dos Reis; SANTOS, Ivaneide Silva dos; MAIA, Humberto Cordeiro Araújo. **Geografia e Ensino: aspectos contemporâneos da prática e da formação docente**. Salvador: EDUNEB, 2018.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, selo Martins, 2014.

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019b.

_____. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Trad. de Patriota, Rainer. São Paulo: Perspectiva, 2019.

_____. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019a.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Carlos Fortuna. São Paulo: Centauro, 2001.

LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS; ASSOCIAÇÃO LÉSBICA FEMINISTA DE BRASÍLIA – COTURNO DE VÊNUS. **I LesboCenso Nacional: Mapeamento de Vivências Lésbicas no Brasil – Relatório Descritivo 1^a Etapa (2021-2022)**. Brasília: LBL; Coturno de Vênus, 2022. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/component/edocman/feminismos/i-lesbocenso-nacional-mapeamento-de-vivencias-lebicas-no-brasil-relatorio-descritivo-1-etapa-2021-2022>. Acesso em: 15 abr. 2024.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARQUES, P. **Visibilidade lésbica: quando a ida ao ginecologista pode ser um trauma**. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-08/visibilidade-lesbica-quando-ida-ao-ginecologista-pode-ser-um-trauma#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20I,conta%20de%20sua%20orienta%C3%A7%C3%A3o%20sexual>. Acesso em: jul. 2024.

MARTINS, Leda. **Oralitura da memória**. In: FONSECA, M. N. S. (Org.). Brasil afrobrasileiro. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSEY, Doreen. **Flexible sexism. Environment and Planning D: Society and Space**, v. 9, n. 1, p. 31 – 57, 1991b.

MENESES, João Luis dos Santos. **Do samba ao pagode: origens, influências e discografia**, 2016. Disponível em:
https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/19264/2/Joao_Luis_Meneses.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

MOREIRA, Fabiano. **Eventos como Isoporzhinho das Sapatão e Velcro atraem novos grupos de meninas que curtem meninas**. O Globo, 14 ago. 2015. Disponível em:
<https://oglobo.globo.com/cultura/eventos-como-isoporzhinho-das-sapatao-velcro-atraem-novos-grupos-de-meninas-que-curtem-meninas-17177567>. Acesso em: 18 nov. 2024.

NITAHARA, Akemi. **Ativistas protestam contra a lesbofobia no CCBB do Rio de Janeiro**. Agência Brasil, 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-01/ativistas-fazem-ato-contra-lesbofobia-no-ccb-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 15 ago. 2021.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. **Geografias, existências e corporalidades discordantes: narrativas periféricas e transfeminismo**. In: XIII ENANPEGE, São Paulo, 2019.

POLESSO, Natalia Borges. **Geografias lésbicas: literatura e gênero. Revista Criação & Crítica, n. 20, p. 3-19, 2018.**

RATTS, Alecsandro J. P. **Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras.**

Comunicação apresentada no XX Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu-MG, out. 2003.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Cartografia da ação social: região latino-americana e novo desenvolvimento urbano.** In: *Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática*. Buenos Aires: CLACSO, 2009. p. 147-156.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica.** Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 05, 2010.

SANTOS, A. E. C. dos; SILVA, J. S.; HAILE, V. de O.; ORNAT, M. J. **Produção científica geográfica brasileira sobre lesbianidades: invisibilidade acadêmica e social.** Educação: Teoria e Prática, [S. l.], v. 34, n. 67, p. e75[2024], 2024. DOI: 10.18675/1981-8106.v34.n.67.s17931. Disponível em:

<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/17931>. Acesso em: 3 dez. 2024.

SANTOS, Milton. **Ser negro no Brasil hoje.** In: *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002. p. 157-161.

SAUNDERS, Tanya L. **Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária.** Revista Periódicus, v. 1, n. 7, p. 102-116, 2017.

SILVA, Joseli; et al. **Apresentação das jornadas sobre corpos na geografia brasileira: Trilhas equivocadas, rumos encontrados e nossas perpétuas provocações.** In: SILVA, Joseli; ORNAT, Marcio; CHIMIN JUNIOR, Alides (Orgs). *Corpos e Geografias: Expressões e espaços encarnados*. Ponta Grossa: Editora Toda Palavra, p. 17 – 42, 2023.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José. **Geografia Feminista no Brasil nos anos 80, sim senhor! Uma entrevista com Rosa Ester Rossini.** Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 212–219, ago./dez. 2016.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Resenha: **Geografias Lésbicas: Gênero, Lugar e Poder de Kath Browne e Eduarda Ferreira.** Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero, v. 8, n. 2, p. 376-378, 2017.

- SILVA, Joseli Maria. **Não me chame de senhora, eu sou feminista!: posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey.** *Geographia*, Niterói, v. 16, n. 32, p. 23-39, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13796/8996>.
- SILVA, J. M. **Dos espaços interditos à instituição dos territórios travestis: uma contribuição às geografias feministas e queer.** *Terra Livre, [S. l.]*, v. 2, n. 35, p. 53–72, 2015. DOI: 10.62516/terra_livre.2010.417. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/417>. Acesso em: 13 abr. 2024
- SILVA, Joseli (Org.). **Geografias Subversivas: Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades.** Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.
- SILVA, J. M. **A produção do espaço interdito da experiência cotidiana do sujeito transgênero.** In: VII Encontro Nacional da ANPEGE, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2007.
- TEIXEIRA, Analba Brazão; DA SILVA, Ariana Mara; FIGUEIREDO, Ângela. **Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA: entrevista com Ochy Curiel.** *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 3, n. 4, p. 106-120, 2017.
- VELOSO, Ana Clara et al. **Slam das Minas RJ: A Articulação das Mulheres pela Poesia e pelo Território.** *Revista Criação & Crítica*, 2021.